

'Nasci,
criei
e Tô aqui
até hoje'

As espetacularidades do cotidiano rural no Altar do Menino Deus e na Folia de Nossa Senhora do Livramento, em Canápolis (BA).

CÍCERO FÉLIX DE SOUSA

Brasília, 2024



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE ARTES

Departamento de Artes Cênicas

Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas

CÍCERO FÉLIX DE SOUSA

“Nasci, criei e tô aqui até hoje”

As espetacularidades do cotidiano rural no Altar do Menino Deus e Folia de Nossa Senhora do Livramento, em Canápolis (BA).

Brasília

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sousa, Cícero Félix
SS725? "Nasci, criei e tô aqui até hoje" - As espetacularidades do cotidiano rural no Altar do Menino Deus a Folia de Nossa Senhora do Livramento, em Canápolis (BA) / Cícero Félix Sousa; orientador Jorge das Graças Veloso. -- Brasília, 2024.
231 p.

Tese(Doutorado em Artes Cênicas) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Etnocologia. 2. espetacularidade. 3. catolicismo. 4. tradição. 5. Oeste da Bahia. I. Veloso, Jorge das Graças, orient. II. Título.



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE ARTES

Departamento de Artes Cênicas

Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas

CÍCERO FÉLIX DE SOUSA

“Nasci, criei e tô aqui até hoje”

As espetacularidades do cotidiano rural no Altar do Menino Deus e Folia de Nossa Senhora do Livramento, em Canápolis (BA).

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, do Instituto de Artes, Departamento de Artes Cênicas, da Universidade de Brasília.

Área de concentração: Artes

Linha de pesquisa: Cultura e Saberes em Artes Cênicas

Orientador: Prof. Dr. Jorge das Graças Veloso

Brasília

2024

CÍCERO FÉLIX DE SOUSA

“Nasci, criei e tô aqui até hoje”

As espetacularidades do cotidiano rural no Altar do Menino Deus a Folia de Nossa Senhora do Livramento, em Canápolis (BA).

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, do Instituto de Artes, Departamento de Artes Cênicas, da Universidade de Brasília.

Aprovado em 18 de abril de 2024.

Banca examinadora:

Jorge das Graças Veloso
Presidente/UnB

Marlini Dorneles de Lima
Examinador/UFG

Rafael Litvin Villas Bôas
Examinador/UnB

Alexandra Gouvêa Dumas
Examinador/UFBA

Luciana Hartmann
Suplente/UnB

À memória da *véia* Joana do Jataí, dona Pulu, seu Limiro,
dona Isabel, Julinho de Cainana e seu Né de Teodósio.

Às rezadeiras e foliões.

À memória de minha vó Santa.

À minha mãe Guiomar, meu abrigo permanente.

Às minhas três amadas Marias: Stella, Luiza e Letícia.

Aos meus amados filhos Vinícius, Pedro e Flora.

AGRADECIMENTOS

Por sempre se esquecer de alguém, os agradecimentos guardam em si certa injustiça. É sempre um risco. Alguém vai ficar de fora. Não por uma ação deliberada, mas porque o esquecimento também faz parte da memória. Portanto, se não citar alguém que fez parte da trajetividade desta tese, não é porque me faltou gratidão, é porque sou feito dessa matéria que falta e falha. Dito isto, seguem os agradecimentos, que não é maior que o meu afeto, respeito e desejo de agradecer a todas e a todos.

Agradeço à dona Pulu (*in memoriam*), uma mulher de raiz, inspiradora, corpo de resistência; a seu Camilo, um sujeito *dizedô* sensível, *andêis*, experimentado na vida; à Malvina, uma mulher de luta, filha da ancestralidade.

Agradeço ao Rê, um guardião das tradições da reza e da folia, à sua companheira Rosania e aos seus filhos Valernam, Kauan e Sueli, sementes da cultura sagraciona rural.

Agradeço ao Joãozinho, Zezão, Geraldo, Tião, Júlio Cainana (*in memoriam*) e demais foliões que aninam os festejos sagracionais do território.

Agradeço a seu Né de Teodósio (*in memoriam*), folião rezador e patrimônio da cultura sagraciona do território; à paciente e delicada don'Ana, rezadeira e companheira de seu Né; à Monca, atenciosa filha do casal, companheira de Geraldo, também folião rezador.

Agradeço à dona Isabel (*in memoriam*), nonagerária de invejável memória, mãe dos foliões Osvaldo e Adão; às suas netas, que cuidavam dela com um zelo comovente.

Agradeço à dona Filismina, Carma e demais rezadeiras, que levam às manifestações sagracionais a potência da fé feminina.

Agradeço ao Hermes Novais, que conheci em 2014, em uma reportagem que fiz para a revista A sobre o espaço museal Guardados de Hermes, em Santa Maria da Vitória. Conhecedor do território como poucos, ele me abriu importantes caminhos para esta pesquisa. Foi ele quem me apresentou seu Né de Teodósio, dona Pulu, Rê e seu Limiro. Hermes esteve presente em várias incursões que fiz pelo território durante a pesquisa e se tornou uma pessoa muito próxima. Ao meu querido amigo e pesquisador nato, meus mais sinceros e afetuosos agradecimentos.

Agradeço ao Jairo Rodrigues, que conheci em 2011. Artista e professor de história, ele é o guardião da memória do mestre Guarany, o carraqueiro de maior destaque do São Francisco. Assim como Hermes, ele também é um guardador de objetos antigos e obras de artistas santa-mariense. Entre 2018 e 2019, Jairo passou a me acompanhar nas visitas que eu

fazia ao território. Nossos diálogos enriqueceram minha percepção sobre aquele mundo espetacular que se desvelava a cada reflexão, a cada visita.

Agradeço à querida amiga Norminha, companheira de Jairo. Vez por outra ela deixava escapar dos olhos o brilho da alegria ao observar a pesquisa se desenvolvendo.

Agradeço a seu Limiro (*in memoriam*), meu inestimável amigo. O conheci em 2016. Fiz uma reportagem para a revista A sobre a caretagem que ele realizava e sua habilidade artística para fazer máscaras e bonecos com material descartável. Desse primeiro contato, nos aproximamos e, a partir de 2020, ele começou a nos acompanhar (eu e Jairo) nas nossas andanças pelo território. Ele se apropriou tanto do assunto da pesquisa que, em determinado momento, passou a indicar as pessoas com quem eu deveria conversar. Ele perguntava, questionava, cruzava dados e, na volta, fazia suas reflexões. Vez por outra ele me interrompia com a frase “Não ataiando sua proposta que adiante vai...” e expunha sua percepção sobre o assunto. Não é exagero dizer que ele é co-autor desta pesquisa. Sinto que ele não esteja aqui fisicamente para ver o resultado de nosso trabalho, mas sei que, onde ele estiver, está *aprazerado*.

Agradeço à dona Honorina, companheiro de seu Limiro, e à sua filha Tina pelo acolhimento delicado e atencioso manifestado em nossas visitas; à Mira, irmã de seu Limiro, e ao seu filho Joêmio, que nos mantinha frequentemente atualizado sobre os movimentos da comunidade e a saúde de seu tio.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de Brasília por oportunizar a pesquisa sobre esses saberes da cena contemporânea rural. Agradeço aos professores Marcus Mota, Rafael Villas Bôas, Luciana Hartmann, Beth Lopes, Nitza Tenenblat pelas importantes reflexões, provocações e ensinamentos.

Agradeço à Universidade Federal do Oeste da Bahia e ao CNPq que, através do projeto de iniciação científica Identidade Corrente (2015-2017), impulsionaram meu interesse sobre as manifestações sagracionais realizadas pelas comunidades rurais; à Renata Pinho, que participou do projeto citado como orientanda do PIBIC e deu uma inestimável contribuição para o desenvolvimento da pesquisa; ao professor Duda (Eduardo Bastos), colega docente da UFOB de Samavi, pelo incentivo à pesquisa e por me apresentar a Etnocologia.

Aos estudantes Paula Isabella, Mailton de Jesus e Elen Cristina pelo apoio nos registros em audiovisual.

Por fim, agradeço ao meu amável amigo e orientador Graça Veloso. Seu carinho, sensibilidade, delicadeza tornaram fluída e agradável essa caminhada acadêmica. Conhecer

Graça, não foi conhecer um orientador, um professor, foi conhecer um ser humano que vive uma paixão incorrigível pelos os saberes das culturas tradicionais, sensível às causas das minorias, ao lugar de privilégio que a branquitude ocupa na sociedade, às questões raciais, à vulnerabilidade das mulheres nesse meio machista, patriarcal e misógino. Aprender com Graça é estar sempre atento a essa realidade que nos obsedia e desencanta, como diz Rufino. Muito agradecido, meu amigo. Como você diz, a gente é sempre a gente mais o outro, e mais o outro, e mais o outro. Hoje, sou tantos, mais tantos, que o que eu era quando comecei essa pesquisa, está guardado no lugar do que um dia eu fui.

RESUMO

Esta tese tem como propósito compreender como o Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento, manifestações sagracionais que acontecem há várias décadas no Jataí, comunidade rural de Canápolis, no Território de Identidade Bacia do Rio Corrente, Oeste da Bahia, têm resistido na contextualidade da região que se transformou em uma das mais recentes fronteiras agrícolas do Brasil. Reconhecidas pela Etnocenologia como fenômenos sociais extraordinários da cena contemporânea, essas manifestações são marcadas por resíduos do devocionário colonial português, pelas culturas afro-indígenas e constituem um espaço de socialização rural e de resistência cultural. Estruturada a partir da subjetividade existencial da rezadeira dona Pulu (“Nasci, criei e tô aqui até hoje”), esta tese faz uma abordagem transdisciplinar e cosmoperceptiva sobre essas tradições que transgridem a rotina do cotidiano rural do território com estéticas sonoras e visuais, reunindo gente de várias comunidades para celebrar a poésis da fé, o estar juntos em festa e com o sagrado.

Palavras-chave: Etnocenologia, espetacularidade, catolicismo, tradição, Oeste da Bahia.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es comprender cómo el Altar do Menino Deus y la Folia de Nossa Senhora do Livramento, manifestaciones sacras que tienen lugar desde hace varias décadas en Jataí, comunidad rural de Canápolis, en el Territorio de Identidad Bacia do Rio Corrente, al oeste de Bahía, que han resistido en el contexto de una región que se ha convertido en una de las más recientes fronteras agrícolas de Brasil. Reconocidas por la etnocología como fenómenos sociales extraordinarios en la escena contemporánea, estas manifestaciones están marcadas por residuos de devociones coloniales portuguesas, culturas afroindígenas y constituyen un espacio de socialización rural y resistencia cultural. Estructurada a partir de la subjetividad existencial de la rezandera doña Pulu (“Nací, crecí y aún hoy estoy aquí”), esta tesis aborda de forma transdisciplinar y cosmoperceptiva estas tradiciones que transgreden la rutina de la vida rural cotidiana en el territorio con estéticas sonoras y visuales, reuniendo a personas de diversas comunidades para celebrar la poíesis de la fe, el estar juntos en la celebración y con lo sagrado.

Palabras clave: Etnocología, espectacularidad, catolicismo, tradición, Oeste de Bahía.

ABSTRACT

This thesis aims to elucidate the resilience of the Altar do Menino Deus and the Folia de Nossa do Livramento, two sacred manifestations that have persisted for several decades in Jataí, a rural community in Canápolis (BA), located within the Identity Territory of Bacia do Rio Corrente, in the western region of Bahia. This region has recently emerged as one of Brazil's most prominent agricultural frontiers. These manifestations have been identified by ethnocenology as exceptional social phenomena in the contemporary era. They are characterized by the persistence of devotions associated with the Portuguese colonial era, as well as elements of Afro-indigenous cultures. They serve as a forum for rural socialization and cultural resistance. This thesis is structured from the existential subjectivity of the prayer woman Dona Pulu, who says: "I was born, I grew up, and I'm still here today". It adopts a transdisciplinary and cosmoperceptive approach to these traditions that transcend the routine of everyday rural life in the territory, using sound and visual aesthetics to bring together people from different communities to celebrate the poesis of faith, the value of togetherness in celebration, and the sacred.

Keywords: Ethnocenology, spectacularity, Catholicism, tradition, Western Bahia.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – ARARA, PARAÍBA.....	32
IMAGEM 2 – DIA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS, BARREIRAS, BAHIA	44
IMAGEM 3 – CANTINHO DO SENHOR DOS AFLITOS, BARREIRAS, BAHIA	45
IMAGEM 4 – DIA DE OXUM E YEMANJÁ, BARREIRAS, BAHIA	46
IMAGEM 5 – CORTEJO NO RIO GRANDE, BARREIRAS, BAHIA	47
IMAGEM 6 – ALDEIA KIRIRI, MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO, BAHIA	48
IMAGEM 7 – ALDEIA KIRIRI, MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO, BAHIA	48
IMAGEM 8 – CRISTO COM ÁTOMO, BARRA, BAHIA	50
IMAGEM 9 – GÉRARD, BARRA, BAHIA	51
IMAGEM 10 – LAMENTADORES, BARRA, BAHIA.....	52
IMAGEM 11 – PENITENTES, BARRA, BAHIA	53
IMAGEM 12 – ESPLANADA DO SANTUÁRIO, BOM JESUS DA LAPA, BAHIA.....	54
IMAGEM 13 – ESPLANADA DO SANTUÁRIO, BOM JESUS DA LAPA, BAHIA.....	55
IMAGEM 14 – CONFESSIONÁRIOS PÚBLICOS, BOM JESUS DA LAPA, BAHIA	56
IMAGEM 15 – ENCOMENDAÇÃO DAS ALMAS, SANTANA, BAHIA	57
IMAGEM 16 – ENCOMENDAÇÃO DAS ALMAS, SANTANA, BAHIA	58
IMAGEM 17 – ALIMENTAÇÃO DOS HOMENS, CANÁPOLIS, BAHIA	62
IMAGEM 18 – ALIMENTAÇÃO DOS HOMENS, CANÁPOLIS, BAHIA	63
IMAGEM 19 – ENCOMENDAÇÃO DAS ALMAS, SANTANA, BAHIA	64
IMAGEM 20 – FOLIA DE SÃO SEBASTIÃO, CANÁPOLIS, BAHIA.....	65
IMAGEM 21 – LAPINHA DE SU, CORRENTINA, BAHIA.....	66
IMAGEM 22 – LAPINHA DE SU, CORRENTINA, BAHIA.....	67
IMAGEM 23 – REISADO DO SALTO, CORRENTINA, BAHIA	68
IMAGEM 24 – CARETAGEM DE SANTO ANTÔNIO, CANÁPOLIS, BAHIA.....	69
IMAGEM 25 – O ARTISTA DA CARETAGEM.....	70
IMAGEM 26 – CTG SINUELO DOS GERAIS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, BAHIA	99
IMAGEM 27 – DONA PULU.....	106
IMAGEM 28 – SEU LIMIRO	111
IMAGEM 29 – DONA ISABEL.....	118
IMAGEM 30 – SEU CAMILO	122
IMAGEM 31 – VÉIA JOANA E AS FILHAS	124
IMAGEM 32 – DOS TEMPOS DA VÉIA JOANA	126
IMAGEM 31 – ESTRADA E CASA DE DONA PULU E SEU CAMILO, JATAÍ	134
IMAGEM 32 – IMAGENS, ENFEITO	135
IMAGEM 33 – ENFEITO	136

IMAGEM 34 – ENFEITO	137
IMAGEM 35 – ALTAR E SALA	138
IMAGEM 36 – DONA PULU E MALVINA	139
IMAGEM 37 – REZADEIRAS	140
IMAGEM 38 – REZADEIRAS E GERAÇÕES.....	141
IMAGEM 39 – SAMBA	142
IMAGEM 40 – SAMBA	143
IMAGEM 41 – MADRUGADA.....	144
IMAGEM 42 – PAULO MOREIRA.....	154
IMAGEM 43 – ÚLTIMO DIA DO GIRO.....	155
IMAGEM 44 – SANTA DO LIVRAMENTO	156
IMAGEM 45 – DECORAÇÃO.....	157
IMAGEM 46 – CHULA DEMOCRÁTICA	158
IMAGEM 47 – CHULA DANÇA.....	159
IMAGEM 48 – FOLIÕES.....	160
IMAGEM 49 – REZA.....	161
IMAGEM 50 – REZA.....	162
IMAGEM 51 – REZA.....	163
IMAGEM 52 – REZADEIRAS	164
IMAGEM 53 – ALVORADO	165
IMAGEM 54 – A MÃE DE RÊ	166
IMAGEM 55 – ALMOÇO COLETIVO	167

LISTA DOS MAPAS

MAPA 1 – TERRITÓRIOS	40
MAPA 2 – TI BACIA DO RIO CORRENTE	61
MAPA 3 – OESTE DA BAHIA, CANÁPOLIS.....	80
MAPA 4 – IMAGEM DE SATÉLITE DO RIO ARROJADO	97
MAPA 5 – JATAÍ E OUTRAS COMUNIDADES	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MANIFESTAÇÕES CATALOGADAS NO PROJETO/PIBIC IDENTIDADE CORRENTE 2015/2017.....	59
TABELA 2 - REZA DO ALTAR DO MENINO DEUS (2015)	173
TABELA 3 - REZA DA FOLIA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO (2017).....	175

SUMÁRIO

O SABER SE FEZ VERBO	18
NASCER.....	27
TRAJETIVIDADE	28
<i>Raízes</i>	31
<i>Fecundação</i>	38
<i>Nascimento</i>	74
CONTEXTUALIDADE.....	77
<i>Monge</i>	81
<i>O além</i>	85
<i>O Oeste</i>	95
CRIAR.....	102
BARRIGUDA.....	103
<i>Pulu</i>	106
<i>Limirão</i>	111
<i>Camilin</i>	122
O ALTAR DO MENINO DEUS.....	128
Enfeito	129
Parto	131
Samba.....	132
Tarô	146
Chula.....	148
Giro.....	150
REZAS	168
Cabeceiras	170
Estrutura.....	173
PERMANECER	179
PLANTAÇÃO.....	180
<i>Chuva</i>	182
<i>Sicupira</i>	186
<i>Ruminar</i>	188
<i>Roça</i>	191
ALTAR DE MALVINA.....	194
FOLIAS DE RÊ	197
RENASCER	200
REFERÊNCIAS.....	204
APÊNDICE A – LINKS DE FILMES.....	208
APÊNDICE B – LINKS PARA PUBLICAÇÕES.....	209
APÊNDICE C – LINKS PARA ÁUDIOS	210
APÊNDICE D - REGISTROS DE BORDO DA PESQUISA.....	211

O saber se fez verbo

“Nasci, criei e tô aqui até hoje”.

Esta frase de palavras simples e camadas complexas é de dona Pulu, rezadeira, benzedeira e moradora do Jataí, comunidade rural do município de Canápolis (BA). Ela herdara da *véia* Joana, a sua avó, os saberes sagracionais¹ dos antigos e virou referência na comunidade. A conheci na tarde do dia 10 de dezembro de 2015. Entre um café e um biscoito de tapioca, sentado à mesa da cozinha, que dava para o terreiro do quintal tomado de fruteiras e algumas criações, perguntei onde ela havia nascido.

“Nasci, criei e tô aqui até hoje”, respondeu.

Tempos depois, examinando a entrevista daquele dia, me peguei debruçado sobre aquela resposta de dona Pulu. Para além da superfície linguística, invólucro de múltiplos sentidos que vestem as palavras de controversas transparências, havia naquela frase a trajetória de uma vida, de um pertencer à identidade movente em contínuo devir. Era a voz de uma mulher negra, de um corpo de um lugar social específico; a voz de uma ancestralidade que não se conjuga com epistemologias colonialistas euro-centradas. O tempo dessa voz não coincide com o tempo dos conhecimentos científicos, uma vez que ela foi forjada nos ensinamentos cíclicos do viver e nas relações com o sagrado.

Inspirado na subjetividade existencial daquela resposta, decidi usar os verbos **nascer**,

¹ Chamo de saberes sagracionais aqueles saberes fundados na força sobrenatural repassada através da ancestralidade, herança da cultura afro indígena e do pensamento religioso judaico-cristão. Logo, neste trabalho, o sagrado e suas derivações sagracionais compreendem uma percepção sobre esses saberes que transcende o significado no catolicismo. Por isso, ao invés de chamar saberes religiosos ou manifestações religiosas, chamo de saberes sagracionais, manifestações sagracionais.

criar e **permanecer** para estruturar o conteúdo desta tese. Embora os dicionários guardem significados próprios para cada um desses verbos, aqui eles têm significados moventes. **Nascer** tem mais a ver com o processo do que com o ato. O nascimento não é um acontecimento que irrompe do nada. É um marco de um processo em desdobramento, gerado de cruzamentos, atravessamentos, experiências, fecundações, culturas, encruzilhadas, tensionamentos, agenciamentos, afetos e emoções. **Criar**, assim como o **nascer**, também não é fruto do nada, do repente. É um processo pelo qual tudo que implicou o **nascer** se manifesta e ganha vida no corpo como criação e transformação. **Permanecer** é a sequência de um movimento ininterrupto, um moto-contínuo, que não cessa em si. É algo que, mesmo depois de morto, vive, porque é movimento e continua no fluxo do tempo em transformação através da plantação, fecundação, nascimento, criação e ancestralidade.

A partir dessas noções subjetivas de movência orgânica, intrínsecas nesse tripé verbal, distribuí o conteúdo desta tese, que tem como propósito compreender como o Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento, duas manifestações sagracionais da cena contemporânea rural do Jataí, resistem na contextualidade desse lugar que agora se chama Oeste da Bahia, uma das mais recentes fronteiras agrícolas do Brasil.

Reconhecidas pela Etnocenologia como ritos adjetivamente espetaculares, categoria de fenômenos sociais extraordinários, extracotidianos², essas manifestações são marcadas por resíduos do devocionário colonial português, pelas culturas afro-indígenas e constituem um espaço de socialização rural e de resistência cultural na região. Nesse sentido, creio que o tripé verbal **nascer**, **criar** e **permanecer**, além de estruturar o conteúdo desta pesquisa, propõe também uma metodologia de abordagem etnocenológica poética e ética sobre as duas manifestações – o altar é levantado por dona Pulu desde que sua avó passou para a ancestralidade, em 1977, e a folia é realizada por seu primo Rê desde 1987.

No verbo **nascer**, trato de duas questões importantes para o desenvolvimento desse estudo: *trajetividade* e *contextualidade*. Termo usado pelo geógrafo Augustin Berque (1986) para se referir a trajeto, caminho, movimento entre o físico e o fenomenal, objetivo e

² A Etnocenologia surge em 1995, em Paris, na França, durante o Colloque de Fondation du Centre International d’Ethnoscénologie, realizado na UNESCO pela Maison des Cultures du Monde e a Universidade de Paris 8 Saint-Denis. Conforme manifesto fundador dessa disciplina transdisciplinar, a Etnocenologia tinha como campo de estudo as “práticas e os comportamentos humanos espetaculares organizados” (PCHEO). Participaram cerca de 50 artistas e pesquisadores das artes do espetáculo de vários países, entre eles Armindo Bião, professor da UFBA. Ao retornar para Bahia, Bião sugeriu organizar o escopo de estudo da disciplina em três subgrupos: artes do espetáculo (teatro, dança, ópera, circo, música, happening, etc.), ritos espetaculares (rituais e religiosos e festejos públicos), e formas cotidianas, espetacularizadas pelo olhar do pesquisador. Posteriormente, Bião atribuiu a esses subgrupos, respectivamente, três condições (substantivos, adjetivos e adverbiais) que estabelecem relação entre o realizador, a plateia e o participante em geral (Bião, 2009).

subjetivo, *trajetividade* foi incorporado à Etnocenologia como operador metodológico que busca justificar a apetência, competência e interesse do sujeito pesquisador por fenômenos das artes do espetáculo, formas cotidianas espetacularizadas pelo pesquisador e/ou por ritos espetaculares (Bião, 2009, p. 51). Desse modo, entendo que, mais que a descrição de um trajeto, a *trajetividade* é um exercício de retorno, de revisitação a memórias socioculturais, afetivas, sensoriais e estéticas. É um retorno a si, um reencontro com as experiências passadas e ancestrais.

Assim, na *trajetividade* revisito algumas memórias importantes para me entender como sujeito social e sujeito pesquisador diante desta pesquisa. Descrevo experiências sensoriais, estéticas e espetaculares que vão do meu nascimento, em 1970, no semiárido paraibano, até minha mudança para o Oeste da Bahia, em 2009, onde resido desde então. Nesses 15 anos de região, fiz duas imersões culturais (uma jornalística e outra científica) que me surpreenderam pela quantidade e variedade de manifestações sagracionais no meio rural espontaneamente realizadas pelos camponeses. Foi assim que descobri o Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento.

Na *contextualidade*, reflito sobre a constituição do lugar dessas manifestações, a formação do povo são-franciscano e sua relação com o universo imaginário da fé. A chegada do português Francisco Mendonça Mar à gruta do morro, na margem direita do São Francisco em 1691, marca efetivamente a disseminação e expansão do catolicismo na região. O lugar deu origem ao Santuário do Bom Jesus da Lapa e da Mãe da Soledade, principal centro religioso do sertão baiano e alento espiritual para o sertanejo desolado naquele mundo perdido.

Em 1827, a margem esquerda do rio, politicamente compreendida como a Comarca do São Francisco, é anexada à Província da Bahia, e em algum momento ela passa a ser chamada de “Além São Francisco” – talvez porque fosse um lugar distante, de mata, isolado, longe dos centros urbanos, ou talvez porque fosse um lugar insignificante, infértil, mal-assombrado, casa do além, lugar do encantado.

Nesse período, as barcas começam a navegar entre o submédio e o médio São Francisco e interligar Juazeiro a Barreiras e a Santa Maria da Vitória, estabelecendo um modelo de comércio fluvial que dinamizava as relações sociais e econômicas da região. No final do século XIX, surge a carranca, escultura em madeira com expressões enigmáticas colocada na proa das embarcações. Inicialmente cumpria a função de *status* – quanto mais extravagante, mais importante era do dono da barca –, e de ornamento publicitário. Sempre

que a embarcação se aproximava de algum porto, o *buzo*³ era tocado para anunciar sua chegada e chamar atenção dos ribeirinhos e comerciantes, mas parecia que o som saía da carranca, cujo principal artesão era Francisco Bicuiba Dy Lafuente Guarany, de Santa Maria da Vitória, cidade-polo do Território de Identidade Bacia do Rio Corrente⁴.

O fato é que a carranca transcendeu suas funções iniciais e se tornou uma das principais representações das encantarias são-franciscanas. É nessa contextualidade que o remeiro, motor humano que fazia as embarcações circularem pelos rios São Francisco, Grande e Corrente, se torna guardião e propagador desses mistérios sobrenaturais. É ele quem sabe da importância da carranca para a proteção da embarcação; quem alimenta o imaginário do ribeirinho com as encantarias submersas naquelas águas; quem sabe respeitar a hora de sono do rio e quem conhece das astúcias do Caboclo-d'Água, Minhocão, Mãe-d'Água e dos espíritos dos afogados. Diz Wilson Lins (Lins, 1983, p. 96): “A barca é um mundo dentro do rio, e o remeiro é um mundo dentro da barca”.

Formado por um cerrado de extensos *gerais*⁵ e vales, e pelas bacias dos rios Carinhanha, Corrente e Grande, esse trecho da margem esquerda do médio São Francisco baiano, localizado sobre o aquífero Urucuia, faz divisa com os estados do Piauí, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Essas características topográficas e hidrográficas, aliadas à Revolução Verde⁶ estadunidense e aos incentivos públicos para exploração agrícola do cerrado, atraíram muitos sulistas para a Bahia, sobretudo a partir dos anos de 1990. Isto mudou radicalmente a paisagem daquelas terras são-franciscanas, daqueles sertões cerratenses redesenhados por gigantes formas geométricas de plantações de soja e algodão. O aumento de área plantada e de produção, ano após ano, rendeu à região uma nova identidade e um destacado *status* econômico, baseada na atividade agroindustrial. Isso transformou o “Além São Francisco” em

³ Corneta feita de chifre de boi.

⁴ O Oeste da Bahia é formado por três territórios de identidade: Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente e Velho Chico. O TI Bacia do Rio Corrente é formado por 11 municípios, dos quais Santa Maria da Vitória é o polo deste território.

⁵ Gerais é um termo usado para se referir a extensas regiões planas do cerrado. Quem mora nesse ambiente é chamado de geraizeiro. A cartilha [Os povos do Velho Chico](#), do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) define assim o geraizeiro: “São as mulheres e homens do Cerrado que, às margens do Rio São Francisco, se adaptaram com sabedoria às características do bioma e às suas possibilidades de produção. Muitas vezes, eles dividem uma propriedade comum, conhecida como quintais, onde plantam e criam animais. Dessa forma, garantem a subsistência familiar e comunitária. O excedente é comercializado em comunidades vizinhas ou em feiras”.

⁶ A Revolução Verde é um modelo de agricultura industrial que surge na década 1950 nos EUA sob o pretexto de acabar com a fome no mundo. É implantado no Brasil entre 1960 e 1970, e tem como fundamento o uso de tecnologias oriundas da Segunda Guerra para a produção de maquinários e insumos na atividade agrícola. São resultados desse programa a criação de fertilizantes para o solo, os agrotóxicos, a modificação genética de sementes e a mecanização do campo para a produção industrial de alimentos. Na prática, esse modelo beneficiou individualmente o latifundiário e prejudicou coletivamente o meio ambiente e humanidade como um todo.

o Oeste da Bahia, e impactou direta e indiretamente o modo de vida e a cultura tradicional daqueles povos são-franciscanos. A violência da grilagem se espalhou, posseiros foram assassinados ou expulsos de suas terras, riachos começaram a desaparecer e os conflitos fizeram da região uma área em permanente estado de tensão. “Ninguém vai morrer de sede na beira do rio”, defendem os geraizeiros.

É circundada por essa contextualidade, forjada na crença sobrenatural do ribeirinho, com suas imagens religiosas e carrancas vigilantes, que acontecem o Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento, no Jataí. Talvez por isso eu veja nessa iniciativa de dona Pulu e Rê um ato de resistência. É uma forma de manter vivas as memórias dos saberes ancestrais, as culturas e as subjetividades espirituais e sociais, individuais e coletivas. E é sobre a concepção e realização dessas duas manifestações sagracionais que eu trato no próximo verbo: **Criar**.

De Santa Maria da Vitória para a comunidade do Jataí, onde são realizados o Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento, são 35 quilômetros. Não consigo precisar quantas vezes fiz essa viagem, nesses nove anos de interação e aprendizado profundo com a comunidade. Foram muitos registros sonoros e de vídeos, muitos flagrantes estéticos, sensoriais e ancestrais desde que conheci o altar, em 2015, e a folia, em 2017.

O Altar do Menino Deus é um festejo do período natalino que acontece entre 24 de dezembro e 6 de janeiro. Começou na família Barbosa do Rosário com a *véia* Joana do Jataí, nascida provavelmente entre fins do século XIX e início do século XX. Quando ela passou para a ancestralidade, em 1977, sua neta dona Pulu deu continuidade à tradição, levantando o altar na casa de sua mãe Sula. Quando esta também se foi, dona Pulu passou a levantar o altar em sua casa.

A sala, onde fica o altar, é ornamentada com bandeirolas e mangas penduradas aos caibros e ripas do teto. A casa parece uma generosa mangueira sagrada a milagrar frutas. O altar é montado a um canto sobre uma mesa, coberto por um arco verde de folhas de coqueiro e bananeira, decorado com pisca-piscas e outros adereços. A placa com a frase “Merry Christmas”, se destaca no meio do arco do altar. A imagem do Menino Deus, em um pequeno e antigo quadro, é rodeado de santos e santas. À noite, diante desse altar, e sob o teto frutificado de mangas, dona Pulu invoca os saberes sagracionais de sua ancestralidade através das rezas; as mulheres debulham a Ladainha de Nossa Senhora em latim compondo uma dolorosa paisagem sonora com jogos de vozes rasuradas, e os homens sambam⁷, cantam,

⁷ O samba, para as pessoas dessas comunidades rurais, não corresponde ao gênero musical urbano. Sambar é

bebem e rendem homenagem ao recém-nascido Menino Deus. Nesse lugar, pessoas de várias comunidades se juntam, se encontram, se confraternizam, compartilham o prazer de festejar o sagrado e cultivar a cultura do pertencer e do estar juntos⁸.

Do dia seguinte em diante, as mulheres voltam a se reunir todas as noites em torno do altar para rezar o Terço de Nossa Senhora e o Ofício de Nossa Senhora. No dia 6, Dia de Reis, a reza acontece pela manhã, e o festejo é encerrado com um almoço oferecido aos participantes.

A Folia de Nossa Senhora do Livramento é uma manifestação sagrational mais curta, acontece do dia 31 de janeiro a 2 de fevereiro, e é acompanhada por foliões cantadores e dançadores de chula⁹. A folia surgiu em 1987, de uma promessa feita para Rê, que costumava desmaiar nas quadras da lua. Ele é o alferes da bandeira, e segue à frente do grupo nos três dias de giro por estradas e carreiros, visitando casas no Jataí e Barreiro do Guará.

O grupo retorna para a casa de Rê na manhã do dia 2 de fevereiro, Dia de Nossa Senhora do Livramento. Depois do canto da santa e algumas manifestações de devoção, o grupo emenda com os sambas de chula. A sala fica pequena, os corpos se sacodem, suam, vibram, riem e bebem. A devoção não é linear, ela é circular. Os homens giram, os cantos giram, os sons giram...

Depois da folia, acontece o ritual da reza, encabeçada pelo folião Né de Teodósio e don'Ana, sua companheira. Rê acompanha a reza em latim da Ladainha de Nossa Senhora de joelhos, com uma vela acesa na mão, uma toalha na cabeça e um quadro de Nossa Senhora do Livramento sobre a toalha segurado por sua companheira Rosania. Terminada a reza, Rê passa a bandeira com a imagem da santa sobre a cabeça dos presentes e todos saem da sala para o cortejo ao redor da casa. Chamada de *alvorada*, essa miniprocissão representa o fechamento da reza. Quando os foliões e demais participantes retornam à sala, o samba recomeça. A folia só é encerrada após o almoço e o canto de louvação da mesa feita pelos foliões.

Entre os diversos elementos que compõem o altar e a folia, destacam-se as rezas e suas

dançar seus reisados, suas folias e suas chulas.

⁸ Segundo Graça Veloso, nos saberes para estar juntos “o que importa são os mecanismos criados para as práticas de si na relação com o outro” (Veloso, 2007, p. 159). Portanto, os encontros em torno dos saberes sagracionais transcendem o caráter devocional e a fé. São momentos de socialização da vida, dos afetos, das experiências; são momentos de reencontros festivos.

⁹ No Dicionário de Folclore, Câmara Cascudo (1972) registra chula como canto e dança independente que existe no Brasil, de Norte a Sul. Cada lugar tem sua própria chula. A apresentada no território é executada por pares de cantadores. Cada dupla canta o mesmo verso duas vezes e passa o canto para a próxima dupla em movimento circular. A dança é feita por quatro foliões, que formam uma x, no meio do grupo, em movimentos ágeis ao ritmo dos tambores.

estruturas. A reza, em si, é a própria manifestação sagracional. A reza pode prescindir da folia, mas não há folia sem reza, explica Rê. A reza é um conjunto de orações estruturadas em uma ordem pré-determinada e conduzida pela *cabeceira*, pessoa que inicia e puxa o ritual da reza com o seu par. A reza ocupa espaço e tempo diferentes em cada manifestação sagracional, e em cada uma ela tem estrutura própria, de acordo com o perfil da *cabeceira*. Vale destacar que muitas das orações dessas rezas têm origem no seio do povo, e não do âmbito da Igreja Católica¹⁰. De modo que há várias versões de uma mesma oração. Só do Sonho de Nossa Senhora, por exemplo, identifiquei cinco versões totalmente diferentes, entre as bacias dos rios Carinhanha e Corrente.

É importante pontuar que essas manifestações sagracionais são movimentos comunitários espontâneos, arraigados à cultura local. Portanto, não se trata de manifestações religiosas – no sentido de que elas pertencem a uma religião. Apesar de apresentarem resíduos do devocionário colonial e códigos do catolicismo oficial, não fazem parte dos ritos institucionalizados pela Igreja Católica. Apesar de apresentarem heranças estéticas e ritualísticas das culturas afro-indígenas, também não fazem parte dos ritos de matrizes africanos nem de matrizes indígenas. Por essas razões, fico à vontade para não usar a expressão “catolicismo popular” para me referir ao Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento. Como disse Bião: “na cultura cada fenômeno possui simultaneamente múltiplas matrizes, fruto que é de diversos processos de transculturação” (2009, p. 38). Portanto, respeitar as manifestações em suas singularidades, seus léxicos; reconhecer a alteridade, identidade e identificação em sua cosmopercepção¹¹ são princípios etnocenológicos que guiam essa compreensão transdisciplinar sobre esses fenômenos da cena contemporânea.

No verbo **Permanecer** completo o ciclo de estudos desta tese. Reflito sobre o pertencer coletivo que se manifesta através da relação imaginária com o sagrado, entidade sobrenatural que alivia dores, realiza desejos, é bondosa, traz o bem e fortalece o espírito para os enfrentamentos e os desafios da vida. Abordo o processo de continuidade dessas cenas contemporâneas rurais, a resistência simbólica e a reafirmação da territorialidade, as questões ambientais, sociais, éticas, estéticas, políticas e relacionais dessa região que continua a ser colonizada, agora por práticas neocoloniais. Trato ainda da característica adjetivamente

¹⁰ Uso “Igreja Católica” nesta pesquisa para me referir a Igreja Católica Romana, que em vários aspectos se diferencia da Igreja Católica Ortodoxa, embora ambas tenham origem no cristianismo.

¹¹ Termo que, para a socióloga feminista nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí, “é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais” do que a cosmovisão, termo “que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual” (Oyěwùmí, 2021, p. 28)

espetacular desses ritos, “espécie de respiração coletiva mais extraordinária” (Bião, 2009, p. 35), extracotidiana, organizada não especificamente para o olhar do outro, mas para a participação do outro; de como aquele imaginário sobrenatural reúne gente de várias comunidades do território para a celebração coletiva da *poíesis* da fé, do estar juntos em festa e com o sagrado.

Ao longo desses nove anos de pesquisa, a minha relação com as pessoas dessas manifestações sagracionais passou por um processo de conquista de confiança, de decodificação da linguagem e compreensão da cultura daquele espaço social em que elas conviviam. Esse processo começou no dia em que conheci dona Pulu e seu Camilo, e continuou no dia em que conheci Rê e Rosania, no dia em que conheci seu Limiro e dona Honorina, no dia em que conheci seu Né de Teodósio e don’Ana, no dia em que conheci Bezinha e outras pessoas. Esse processo de compreensão está sempre em recomeço.

Essa relação de respeito e ética foi a chave que me permitiu experienciar essa rede sensorial, essa trama de conhecimentos tecida por memórias coletivas e individuais que ofereceu à pesquisa uma abordagem etnocenologicamente poética, sobre as espetacularidades do Altar do Menino Deus e da Folia de Nossa Senhora do Livramento. Diz Bião que a sensorialidade é a “condição humana de conhecer através dos sentidos” (2009, p. 17). Essa percepção cognitiva foi um importante instrumento metodológico de pesquisa.

Um dia, escutava as prosas geraizeiras de seu Limiro, um amigo octagenário que ganhei na região, quando percebi que ele usava a palavra “plantar” no lugar de “sepultar” ou “enterrar” pessoas. Esta apreensão, para mim, mudou a noção de viver e morrer, a relação do homem com a natureza, do homem com o seu pertencer cultural e espacial, e do homem com o tempo e com o ciclo da vida. Estava ali o fundamento do “tô aqui até hoje”, da fala de dona Pulu, representado pelo verbo **permanecer**. Foi a partir daí que eu decidi incorporar ao texto da tese, algumas expressões da linguagem do território como forma de levar o leitor ou a leitora desta pesquisa para o universo singular daquelas pessoas. Essas expressões, a exemplo de *esplanetado*, *cabeceira* e *dizedô*, aparecem grafadas em itálico, entre outras palavras que têm um significado próprio para a compreensão da contextualidade, como *além* e *gerais*, e os casos previstos nas normas de estilo da língua portuguesa e da ABNT.

Durante a pandemia da covid-19, conheci dona Liça Pataxoop, educadora indígena da aldeia Muã Mimatxi, do centro-oeste de Minas Gerais, em uma live¹² na qual ela discutia o aprendizado com os saberes ancestrais. Segundo ela, um dia o “tehêy” apareceu em seu

¹² Live “[O que se pode aprender com o passado? Mekukradjá 2021](#)”. Acessado em 31/03/2023.

sonho, não como “uma armadilha pataxoop, tecida com corda de tucum e cipó” para pescar peixes, mas como um instrumento de pesca de conhecimentos e de “escrita”, através de desenhos. Assim, ela desenvolveu na escola infantil de sua aldeia o método tehêy de pescaria de conhecimentos. Cada tehêy corresponde a um desenho feito por ela para transmitir às crianças os saberes da cultura de seu povo, da ancestralidade e da natureza.

Mais recentemente, o professor Graça Veloso apresentou ao Afeto, grupo de pesquisa em etnocologia da UnB, uma breve discussão sobre o método de pesquisa baseado na metáfora da pescaria com tarrafa. Explicou ele: “Ao ser jogada nas águas incertas e turvas dos saberes diversos, nossa cognição, sempre limitada, só consegue apreender parte da realidade pesquisada”. Lembrei de dona Liça e do tehêy. Desde que cheguei ao Oeste da Bahia, em 2009, tenho jogado tarrafas. Esta pesquisa é apenas uma amostra dessa pescaria, circunscrita na cosmopercepção do Altar do Menino Deus, da Folia de Nossa Senhora do Livramento e da existência dos fazedores e fazedoras dessas manifestações sagracionais espetaculares. Nesse sentido, destaco alguns autoras e autores contra-coloniais como interface epistemológica para dialogar com esses pescados: Ailton Krenak, Célia Xakriabá, Muniz Sodré, K. K. Bunseki Fu-Kiau, Leda Maria Martins, Luiz Rufino, Nego Bispo e Oyèrónké Oyèwùmí.

Nos últimos três anos, cinco participantes dessas manifestações sagracionais fizeram a passagem para a ancestralidade e foram *plantados* em cemitérios das próprias comunidades. Alguns acreditam que eles morreram, e que não estão mais no ciclo da vida e no movimento do tempo. Eu penso o contrário, “porque la muerte es mentira”¹³. A gente nasce, cresce e permanece, porque se transforma, porque renasce.

¹³ Trecho final do texto “La creación”, do livro “Memoria del fuego I – Los nacimientos”, de Eduardo Galeano (1991, p. 16).



nascere

TRAJETIVIDADE

A primeira vez que pensei seriamente sobre o tempo e a experiência humana foi em um treinamento na empresa em que trabalhava em São Paulo. Assistíamos a um vídeo no qual um professor descrevia uma experiência. Ele colocara um relógio de pêndulo sobre uma mesa e perguntara para a turma qual era o movimento do pêndulo. “Vai e volta”, responderam os alunos. O professor corrigiu: “O pêndulo sempre vai, nunca volta”. Aquela interpretação filosófica sobre o tempo, a partir de um movimento mecânico e físico do pêndulo, me deixou reflexivo. Eu nunca havia pensado no tempo através desse contínuo balanço de sempre ir, embora, culturalmente e inconscientemente entendesse dessa forma. Aquela tempo coincidia com as noções de *tempo físico* (aquele que corre sem fim e sem retorno, não sendo possível reencontrar a infância, o ontem e nem o instante que acaba de passar) e de *tempo crônico* (aquele que é constituído de sucessivos acontecimentos), do linguista francês Émile Benveniste (1989, p. 71). Essas noções ocidentais de tempo linear e de movimento ininterrupto me empurraram para um lugar em que me perdi entre as frestas do passado, do presente e do futuro. Por isso, começo o verbo **Nascer** fazendo algumas reflexões sobre o tempo.

Nas culturas indígenas, o tempo tem suas significações e representações próprias. Para o povo Xakriabá, que fica na margem esquerda do São Francisco no estado de Minas Gerais, dois tempos demarcam a sua identidade: o *tempo do genipapo*¹⁴ e o *tempo do barro*. No

¹⁴ Segundo a gramática atual da língua portuguesa, jenipapo deve ser escrita com *j* e não com *g*, mas formalmente já foi escrita com *g*. Na língua tupi se chama “yandĩpawa”. O nome científico é *Genipa americana* L. Como Célia Xakriabá usou a palavra escrita com *g* em sua dissertação de mestrado ([O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada](#)), mantenho a mesma grafia.

tempo do barro se aprende a lidar com a argila – fazer adobe, telha, cerâmica e outras peças – com os pais e os avós. Durante essa atividade, os mais velhos passam os saberes ancestrais para os mais jovens. Por isso, “ainda que uma panela de barro quebre, o processo de conhecimento constituído na sua produção permanece, não se trinca” (Xakriabá, 2018, p. 183).

O *tempo do genipapo* caracteriza o período de aprendizado com a pintura do corpo. A pintura carrega elementos de outra escrita, com “narrativas simbólicas portadoras de subjetividades, uma vez que o ato de colocar e receber a pintura no corpo é um ritual, é um preparo do espírito, não sendo apenas o desenho que se escreve na pele, mas o que marca no penetrar” (Xakriabá, 2018, p. 192). Um dia, o povo Xakriabá deixou de pintar o corpo, por temer a violência dos fazendeiros e grileiros que avançavam sobre suas terras, e passou reproduzir as pinturas em cerâmicas que eram enterradas para preservar a memória identitária do seu povo. O *tempo do barro* atravessou o *tempo do genipapo*. A ideia de que um tempo atravessa outro desestabiliza o princípio do pêndulo do relógio que, na interpretação do professor, sempre vai.

Em 2022, o filósofo indígena Ailton Krenak, um dos principais pensadores brasileiros da contemporaneidade, lançou o livro “Futuro ancestral” no qual ele desloca o sentido do presente e expande a ideia da ancestralidade – “estamos em todos os lugares, pois em tudo estão os nossos ancestrais, os rios-montanhas”. Na epígrafe, ele conta:

Nesta invocação do tempo ancestral, vejo um grupo de sete ou oito meninos remando numa canoa:

Os meninos remavam de maneira compassada, todos tocavam o remo na superfície da água com muita calma e harmonia: estavam exercitando a infância deles no sentido do que o seu povo, os Yudjá, chamam de se aproximar da antiguidade. Um deles, mais velho, que estava verbalizando a experiência, falou: “Nossos pais dizem que nós já estamos chegando perto de como era antigamente”.

(...) Esses meninos que vejo em minha memória não estão correndo atrás de uma ideia prospectiva do tempo nem de algo que está em algum outro canto, mas do que vai acontecer exatamente aqui, neste lugar ancestral que é seu território, dentro dos rios (Krenak, 2022, p. 5-6).

Mais à frente, ele conclui: “Os rios, esses seres que sempre habitaram o mundo em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (idem, p. 11). Essa forma de pensar o tempo, através da ancestralidade, é comum também à visão negra-africana de mundo, que inclui

no mesmo circuito fenomenológico, as divindades, a natureza cósmica, a fauna, a flora, os elementos físicos, os mortos, os vivos e os que ainda vão

nascer, concebidos como anéis de uma complementariedade necessária, em contínuo processo de transformação e de devir. (Martins, 2002, p. 84).

Nesse sentido, a ancestralidade tem um movimento distinto do movimento do tempo linear. Para o povo Kongo, do Centro-Oeste da África, o tempo é cíclico, não tem começo nem fim, e só é compreendido através dos acontecimentos (*dunga*), que são as “represas do tempo” (*n’ka-ma mia ntangu*”, na língua Kikongo), explica o pensador congolês Bunseki Fu-Kiau. Há um aforismo em Kikongo, conta ele, que diz “*Ma’kwenda! Ma’kwisa!*”. A máxima significa: “o que acontece agora, retornará depois”. Ou seja, o que flui no movimento cíclico permanecerá no movimento (Fu-Kiau, 1994, p. 20-21, 35).

Reflito sobre essas formas de compreender o tempo e penso que, efetivamente, em toda minha vida estive cotidianamente submetido ao regime do tempo linear eurocêntrico e a seus efeitos danosos de negligenciar o passado e negar que todo lugar reivindica uma ancestralidade. O que me faz perguntar: Em que cultura eu fui criado? Quem sou este sujeito social? Quem sou este sujeito pesquisador? Que competências e apetências tenho para justificar meu interesse por esses fenômenos extracotidianos realizados por camponeses e camponesas desse interior baiano?

O ideograma adinkra¹⁵ que ilustra a abertura deste verbo é chamado Sankofa. Representado por um pássaro com a cabeça voltada para a calda, ele simboliza a “sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro” (Nascimento; Gá, 2009, p. 40). Creio que esta metodologia de revisão trajetiva, para além da descrição das competências e apetências do sujeito pesquisador, me parece adequada para reaprender a ser neste presente – tanto como sujeito pesquisador, como sujeito social. A partir dessa percepção de experiência humana no tempo, revisito, a minha existência. Invoco o imaginário religioso do meu lugar, as memórias socioculturais, afetivas, sensoriais e estéticas que vivi até a adolescência, em Arara, no semiárido paraibano; falo sobre a desterritorialização e reterritorialização do caminhar, sobre o percurso profissional e o trajeto teórico-metodológico da formação acadêmica, até e me reconhecer como um sujeito pesquisador em processo de descolonização.

¹⁵ Adinkra é um conjunto ideográfico que preserva e transmite através de seus desenhos e conteúdos simbólicos “aspectos da história, filosofia, valores e normas socioculturais desses povos de Gana” (Nascimento; Gá, 2009, p. 40), na África Ocidental.

Raízes

Imagino os gritos de minha mãe Guiomar. A luz amarela das lamparinas encardidas, a bacia de água sobre um tamborete, panos, suor e o breu da noite a espiar pelas brechas das telhas. O róin-róin da rede a balançar e romper o denso e tenso ar daquela madrugada.

Regina, a parteira, orienta: diz que é pra lá, pra cá, apalpa aqui, ali. Tem experiência. Quantas crianças passaram pelas suas mãos para chegar ao mundo! A vizinha dona Biola, a um canto, debulha preces para um bom parto e um rebento saudável. Minha mãe suspira, sopra a dor para longe, mas a dor é comprida demais, pesada demais e não desaparece.

O róin-róin é da rede que embala Silvia, minha irmã de três anos, que assiste a tudo com olhos imóveis e a cabeça quase fora da rede. Tudo balança aos seus olhos inquietos, inclusive os gritos de nossa mãe, que não servem para lhe envolver no sono.

Róin-róin, róin-róin...

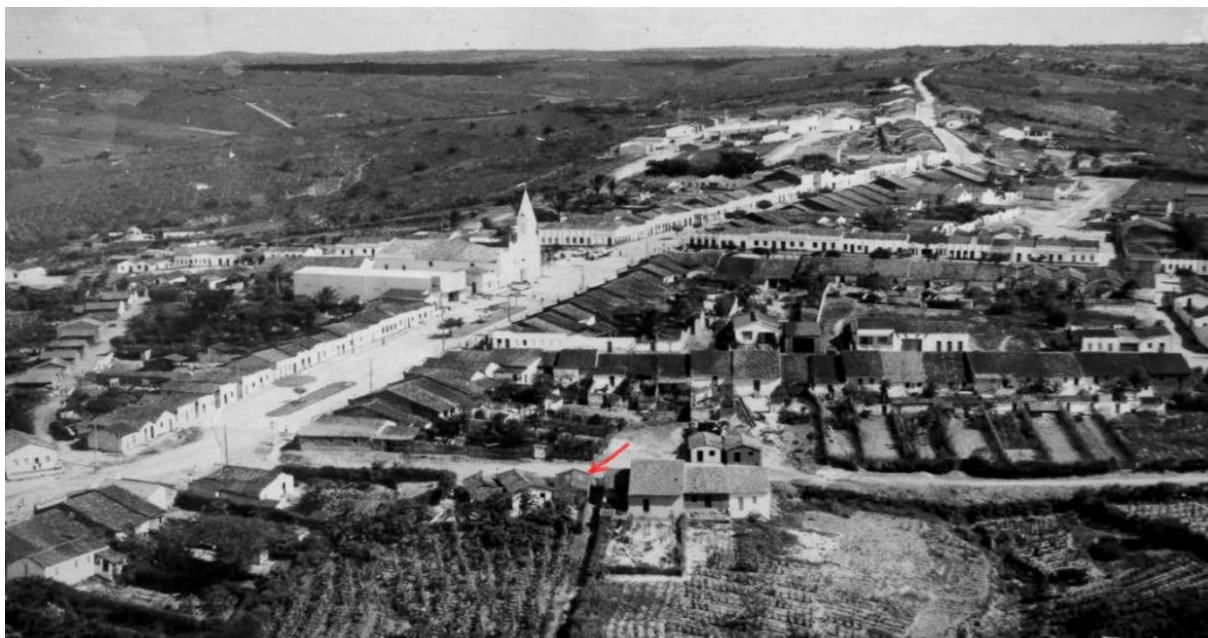
Esforço-me para recompor essa cena que está antes de mim, antes do meu primeiro choro, antes de minha presença no mundo, naquele lugar social. Não posso negar em mim memórias de outras vidas, experiências de outros corpos alinhavados de culturas de outras épocas não testemunhados pelo meu corpo.

Róin-róin, róin-róin...

Minha mãe sopra e sopra a dor para longe. Parece encher balões invisíveis que não voam. Está sobre uma cama com colchão de palha, em um quarto sem portas de uma casa na rua João Ferreira de Melo, em Arara (PB), pequena cidade do agreste paraibano. A lateral da casa é uma passagem para a vazante que fica atrás da casa, onde se criam animais e cultivam roçados. Ali se encerra a zona urbana da cidade, é a borda, a margem, o limite, o limiar

(Imagem 1). Ali, às 2h30 da manhã, eu nasci: era um menino homem e branco. Um mundo de luz me invadiu e eu neguei o olhar me escondendo do que não podia.

Imagem 1 – Arara, Paraíba



Arara, cidade do agreste paraibano na década de 1970, no período do meu nascimento. A seta indica a casa onde nasci, no limite entre a área urbana e rural.

Fonte: Reprodução/Acervo Pedro Nunes/Arara

A rede parou de balançar, minha irmã dormiu.

Era 18 de março de 1970. Como no entendimento particular de tempo de minha mãe o dia só era outro quando o sol nascia, fui registrado como se tivesse nascido no dia 17.

“É um presente de Deus, só pode! Filho é um presente de Deus!”, dizia minha mãe irradiando seu cheiro de fertilidade. Era mulher, sorria. Era mulher, chorava. E olhava para o seu rebento. Seus olhos iam além do corpinho frágil. E iam e iam. E ela identificava coisas que vinham de antes, de outros. “Filho é um presente!” É presente do passado, e para o futuro. Exultante, minha mãe convidou uma conhecida por quem tinha simpatia para ser minha madrinha. “Não posso”, respondeu a mulher por um bilhete dias depois de receber o convite. Ela não podia ser madrinha de um filho da amante do marido de sua amiga. Minha mãe era a outra, aquela a quem chamavam de rapariga e, eu, o filho da rapariga, o filho ilegítimo, o filho do pecado do adultério. Da euforia, minha mãe foi a disforia. “Se enxerga!”, dizia vó Santa para ela. Desconsolada, minha mãe correu os olhos pelo seu rebento enjeitado, suspirou, e

soprou a dor para longe. Engoliu a tristeza no seu canto perfumado de inocência parida, sorriu e disse: “Eu tenho um filho”.

Quando meu umbigo caiu, minha mãe o enrolou e amarrou em pano para evitar que as formigas o devorassem. Se isso acontecesse antes de ele ser enterrado, a criança virava gatuna, dizia vó Santa. Ela aprendera com os antigos a enterrar os umbigos de todos os seus filhos em uma encruzilhada, e assim ela fez com o meu. Era esse o destino dos umbigos de nossa família: a encruzilhada.

“Deus te dê boa fortuna”, dizia meu pai quando eu pedia a bênção nas suas furtivas aparições aos domingos à noite. Sua presença em nossa casa não durava muito. Assim que saía do quarto com minha mãe, se despedia e sumia pela rua mal iluminada.

Cresci carregando aquela frase de meu pai: “Deus te dê boa fortuna”. Certamente ele queria meu bem, mas a frase me incomodava. Eu queria mesmo era parar de tossir, de ter falta de ar. A asma me maltratava. Minha mãe fez uma promessa a São João com a seguinte simpatia: esquentou o leito no primeiro calor da fogueira, pediu ao santo junino minha cura e me chamou como a um gato: “Psiu, psiu! Venha cá, venha cá meu filhinho. Tome aqui”. Vó Santa, com a autoridade que a vida lhe emprestara, fez um prrueparo e para eu beber. O que era? Não podia dizer, a cura também estava no mistério, se firmava na fé e na natureza. Um dia, fui picado por um escorpião no roçado. Báiba, um senhor que nos ajudava na roça, puxou a baba amarela que escorria do mascado do fumo no canto da boca e correu em minha direção, gritando: “Eu já fui mordido de cobra! Se for cobra eu cuspo na boca dele! Eu tenho a cura no cuspe!” Era um escorpião. Vó fez um emplastro com fumo e folhas, colocou sobre a ferida e amarrou o tornozelo com uma linha vermelha – tinha que ser vermelha. “Fique num lugar alto, mais alto do que tava o escorpião quando lhe picou”, disse. A dor aliviava. Vó tinha sabedoria escondida. Era uma imagem por quem eu tinha devoção.

Havia um quadro de São Jorge sobre um cavalo branco a matar o dragão na parede da sala de nossa casa, na rua Maria das Dores, para onde nos mudamos alguns anos depois de ter nascido. Curiosamente, ninguém em casa tinha devoção por ele. Era um santo neutro, uma decoração quase invisível. Minha mãe não sabe como ele foi adquirido. O certo é que um dia ele chegou e sorrateiramente foi ficando, ficando e ampliando as alegorias de minhas memórias. Quando descobri que ele morava na lua estava, ficava a olhar para ela com meus olhos miúdos, deitado no chão. Quase sempre ele estava lá com o seu cavalo, em *loop*, preso àquela ação de atravessar o dragão com sua lança impiedosa. Acho que São Jorge gostava de se exhibir para minha imaginação, assim como a bola de vidro sobre o guarda-roupa, presente

de minha tia-avó Zabé, irmã de vó. A esfera misteriosa fora encontrada no mar por um pescador. Era gigante, na minha percepção. E embora não fizesse nada, meus olhos faziam muito com ela. Eu a olhava como quem olhava para alguém que está no palco. “Num vai tocar nessa bola, menino! Se quebrar ela explode e acaba tudo”, alertava minha mãe. No meu temor, ficava a pensar o quanto *tudo* que minha mãe dizia era frágil e o quanto aquela bola ela poderosa.

Quando chegava um circo na cidade, algo de mágico acontecia no cotidiano quente e seco daquele agreste. Eu e outros meninos saíamos atrás do palhaço, que se equilibrava em um monociclo, respondendo a seus reclames rua acima e rua abaixo para ganhar a entrada na matinê: “Hoje tem espetáculo?/ Tem sim, sinhô!...”. Nesse dia eu me sentia uma pipa, e voava com meus pés pequenos e cinzentos como uma rabiola do monociclo; ali eu era parte do circo, mesmo que figurante. Nós – eu, o palhaço, as outras crianças e todos do circo – coloríamos aqueles dias com alegria. O circo libertava risos e gargalhadas que não imaginávamos existir em nossos corpos, mexia com nossas emoções e afetos. Quando ele partia, ficava o vazio profundo e uma vontade incontrolável de acompanhá-lo mundo afora.

Assim como o circo, a segunda-feira também rasurava a rotina do cotidiano ararense. A segunda era, literalmente, o dia da feira. Um dia de mescla de odores, de gente, de criações e de produtos que lançavam sabores matizados de vida no ar. Chegava gente de todo sítio e de cidades próximas; chegavam poeiras, sotaques, alegrias, animais, trocas, negócios, melodias, carnes, frutas, farinhas, cachaças, grãos... A segunda-feira era como um verso de improviso no cotidiano, um *pé quebrado*¹⁶ que surpreendia a métrica com poesias de cores, vozes e movimento rítmicos. Tudo eu cubava, imitando vó Santa com seus olhos muito usados de tanto esticar sobre as coisas e gastar na fumaça da lamparina quando ainda costurava. Cubar, no seu pensar, era ver adiante de, olhar e reparar as coisas para além delas, para além de dentro delas, como um exercício do viver.

Benedito, para mim, era o anfitrião da feira. Ele ficava no início de uma rua que dava para o interior daquele movimento socioeconômico e cultural. Seu humor debochado, de respostas rápidas e afiadas, era o espírito da feira. Boneco preto de paletó e lábios vermelhos, sentado na perna do ventríloquo, ele era uma atração à parte do vendedor do *santo* óleo de fígado de bacalhau, lambedores, cascas, lascas, sementes e raízes para todos os males. O queixo descia, a boca se abria e as palavras saiam como um milagre da boca de Benedito. Ele milagrava risos na gente, que rodeava a lona no chão com os produtos espalhados.

¹⁶ No meio literário, *pé quebrado* é aquele verso que não segue métrica, rima e ritmo.

Mais à frente, os temperos moídos me atravessavam com todas as suas matizes de odores e arregalavam o paladar dos meus olhos. As sortidas invenções dos mangaios me levavam para o desejo de ser inventor, mas era nas bancas de cordéis que o carretel da invencionice imaginativa se desenrolava. Aquelas histórias fertilizavam meu imaginário. Ali queria me demorar, retardar o tempo e ouvir o vendedor nas suas declamações publicitárias. “A chegada de Lampião no inferno” era meu cordel favorito. Vó Santa sabia de cor e salteado daquela batalha épica no submundo dos espíritos condenados. Por pouco os cristãos não ficaram órfãos do inferno, segundo José Pacheco¹⁷: “(...) o inferno nesse dia/ Faltou pouco pra virar/ Incendiou-se o mercado/ Morreu tanto cão queimado/ Que faz pena até contar” (Pacheco, s.d.). A métrica do cordel pontuava meu passeio pela feira, e se misturava com as cantorias de pé-de-parede que aconteciam nos cabarés e, vez por outra, às noites, na casa de Zuca Baxó ou na rua Verde.

Dona Maria Fernandes ensinava o catecismo nos domingos pela manhã. De sua velha bíblia saltavam figuras de homens tristes atrás de barbas e tecidos monocromáticas a cobri-lhes seus corpos brancos. “Pres’tenção, menino”, dizia dona Maria. Prestava. Não podia escapar da catequização e da natureza religiosa daquele lugar. A religião estava no verso, no chão e no vento. Arara tinha o espírito do padre Ibiapina¹⁸, cearense que, depois de ter sido deputado, juiz e advogado, foi ordenado sacerdote aos 47 anos, em 1853, e dedicou-se a um missionarismo de transformação sócio-religiosa pelo sertão nordestino. Suas missões passaram nas então províncias do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí. Construiu hospitais, açudes, cemitérios, igrejas e casas de caridade, entre outras obras. Uma dessas casas foi construída em 1866, em Santa Fé, a cerca de um quilômetro das Baraúnas das Araras, lugarejo que deu origem à cidade de Arara e virou o “centro irradiador de sua obra” (Menezes, 1998, p. 80). Essas edificações, administradas por beatas, abrigavam crianças órfãs e ofereciam educação profissional a mulheres e homens que enfrentavam doenças e fome naqueles sertões abandonados.

“Que o padre-mestre te proteja”, dizia vó baixinho, como se estivesse a rezar em meu ouvido.

¹⁷ José Pacheco (1890-1954), autor de “A chegada de Lampião no inferno”, é considerado um dos cordelistas mais importantes do século XX.

¹⁸ Natural de Sobral, Pe. Ibiapina nascera em 1806. Formou-se em Direito em 1832, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, província de Pernambuco. Foi juiz e chefe de polícia de Quixeramobim, no Ceará, onde na época morava o pequeno Antônio Vicente Maciel, que mais tarde ficaria conhecido como o beato Antônio Conselheiro de Canudos. Foi deputado federal de 1834 a 1837, abandonou a vida política para advogar e, aos 47 anos, ordenado sacerdote, deu início a sua vida missionário em peregrinação pelo Nordeste (Montenegro, 1984, p. 27).

“Ele era um santo padre, meu filho”, completava meu tio-avô Manoel Pompeu, irmão de vó, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara e morador de Santa Fé, onde o padre Ibiapina passara para a ancestralidade, em 19 de fevereiro de 1883. Nesse dia, todo ano, é realiza romaria no Santuário Memorial Padre Ibiapina, em Santa Fé, que geograficamente está dentro dos limites do município de Solânea, cuja sede fica a 15 quilômetros de distância.

Cresci com a impressão de que a memória do tempo do padre Ibiapina estava em mim, assim como a de padre Cícero¹⁹, de quem herdei o primeiro nome como marca indelével de uma religiosidade perene. Minha avó, mãe de meu pai, era devota do *meu padim*. Acho que por isso, todo ano, meu pai ia para romaria em Juazeiro do Norte, com seu caminhão pau de arara cheio de devoto. Eu imaginava que era viagem fantástica. Sentia muita vontade de ir, mas nunca fui levado. Guardo de Juazeiro apenas o nome do *meu padim*, que era para ser do meu pai, mas na época a Igreja não aceitava batizar menino com o nome do padre excomungado.

Quem não podia ir a Juazeiro, se contentava com as missões de Frei Damião. Ele arrastava uma multidão de devotos pelo Brejo paraibano, com seu corpo curvado dentro da túnica marrom, a barba branca e comprida, e um crucifixo na mão direita.

A religiosidade era inevitável naquele pedaço de Paraíba do meu mundo: estava no calendário, nos meus olhos, na pele, antes do meu corpo, antes de minha mãe, meu pai e minha vó; marcava o ano e o cotidiano da comunidade. Mal se recolhiam os papangus do carnaval, éramos marcados com uma cruz de carvão na testa na missa da manhã da Quarta-feira de Cinzas. No Domingo de Ramos, as lâminas da folha de coqueiro benzidas pelo padre eram dobradas em formato de cruz e pregadas nas portas de entrada e saída da casa.

Aquela religiosidade cristã costurava o tecido dos nossos costumes sociais e inspirava o único grupo de teatro da cidade (Teatro Oliveira Cruz), que apresentava anualmente dois espetáculos: “Nascimento de Cristo” e “Paixão de Cristo”. O segundo era um acontecimento maior, transformava a cidade e atraía público de outros municípios. Cheguei a participar algumas vezes como figurante, no papel de pastor. Entrávamos no cenário ao ar livre em fila, sob o trompete enfeitiçador de Walter Scholz, em “Il Silenzio”. Não esqueço essa música, ela está nas ondas sonoras da minha vibração no mundo. Não esqueço também dos efeitos

¹⁹ Assim como padre Ibiapina, padre Cícero era também cearense, nasceu no Crato em 1844 e faleceu no Juazeiro do Norte em 1934. Ele foi bastante influente na política e vida social, e uma referência religiosa para os nordestinos (Neto, 2009).

especiais de algumas cenas. Em uma delas a pólvora queimava e, da fumaça, surgia a figura sombria do Satanás, a bufar e escorregar pelo chão como criatura leve e dançante para um Jesus cansado e angustiado no Monte das Oliveiras. Aquela experiência estética e sensorial me levava para outro mundo, um mundo em que eu era de fato um pastor e que tudo naquele cenário era real.

No mês de maio, rezávamos a Salve-Rainha toda semana na escola. Achava o início triste e estranho, porque não queria ser e nem me identificar como um degredado a chorar em um vale de lágrimas. Depois, mais para frente, o poema já não parecia mais triste e nem estranho, porque Maria era mãe e tinha um colo quente de ternura e proteção. No mês seguinte vinham os santos juninos Antônio, João e Pedro. Promessas, adivinhações, brincadeiras, simpatias e comida em abundância marcavam aquele período, que alimentava o corpo, a alma e a imaginação.

Em setembro era a vez da festa de Nossa Senhora da Piedade, a padroeira da cidade. Rodeada de flores, ela com seu filho morto ao colo eram carregados em procissão pelas ruas da cidade em um lamento comprido. Tão logo ela retornava para o altar central da igreja, silenciosa e solitária na sua dor, lá fora a roda gigante começava a girar, os bozós a rolar, a bebida subir, a alegria rodopiar, a música a embalar os casais ou corações solitários e, vez ou outra, um homem estúpido encontrava outro homem estúpido, amarravam as camisas e disputavam valentia com suas peixeiras em punho. Golpe lá, golpe cá! Sangue lá, sangue cá. O irmão do meu vizinho escapou com dezenas de furos para contar a história. Nesses embates, geralmente só sobravam preces e corpos sem vida.

Dezembro, mês do nascimento do Menino Jesus, era de muitas expectativas. Assim como no São João, a casa ganhava uma decoração diferente. Luzes, cores e formas se misturavam na árvore de Natal, que tinha a seu pé a imagem do Jesus recém-nascido. A festa era pelo aniversário dele, mas às vezes eu ganhava um presente, supostamente trazido por um misterioso velho de barba branca e roupa vermelha que povoava meu imaginário. E, quando isso acontecia, eu brilhava, e me sentia o próprio Jesus a nascer de alegria.

Fecundação

Aos 16 anos, assim como os meus tios na década de 1960, irmãos de minha mãe, e tantos outros da minha cidade e do Nordeste, fui para São Paulo. Era fevereiro de 1987. Morei na capital paulista até 1994. Foi a minha primeira experiência de desterritorialização, marcada inicialmente por um entusiasmo indescritível. Entraram pelos meus olhos imagens extravagantes daquela cidade em movimento caleidoscópico. Bebi dos perfumes das ruas e das pessoas, como a um gole de afetos diluídos em rotinas ordinárias de existência, e me embriaguei. Nessa embriaguez, perdi a identidade do lugar onde eu nasci e cresci, perdi aquilo que me definia como nordestino e que me identificava com o Nordeste e passei a vestir outra pele de cultura. Um dia, no entanto, reparei que por mais que eu estivesse naquela pele, algo me deslocava para outro lugar, para outro pertencer. Não sabia mais onde pôr os pés nem reconciliar a relação entre o sujeito transculturado paulistano em que me tornara e o nordestino paraibano de nascença e de vivência. Em 1994, após uma breve visita à Arara, senti um desejo impulsivo de voltar para mim mesmo, para minha nordestinidade, mesmo que eu fosse outro. Assim, retornei para a Paraíba.

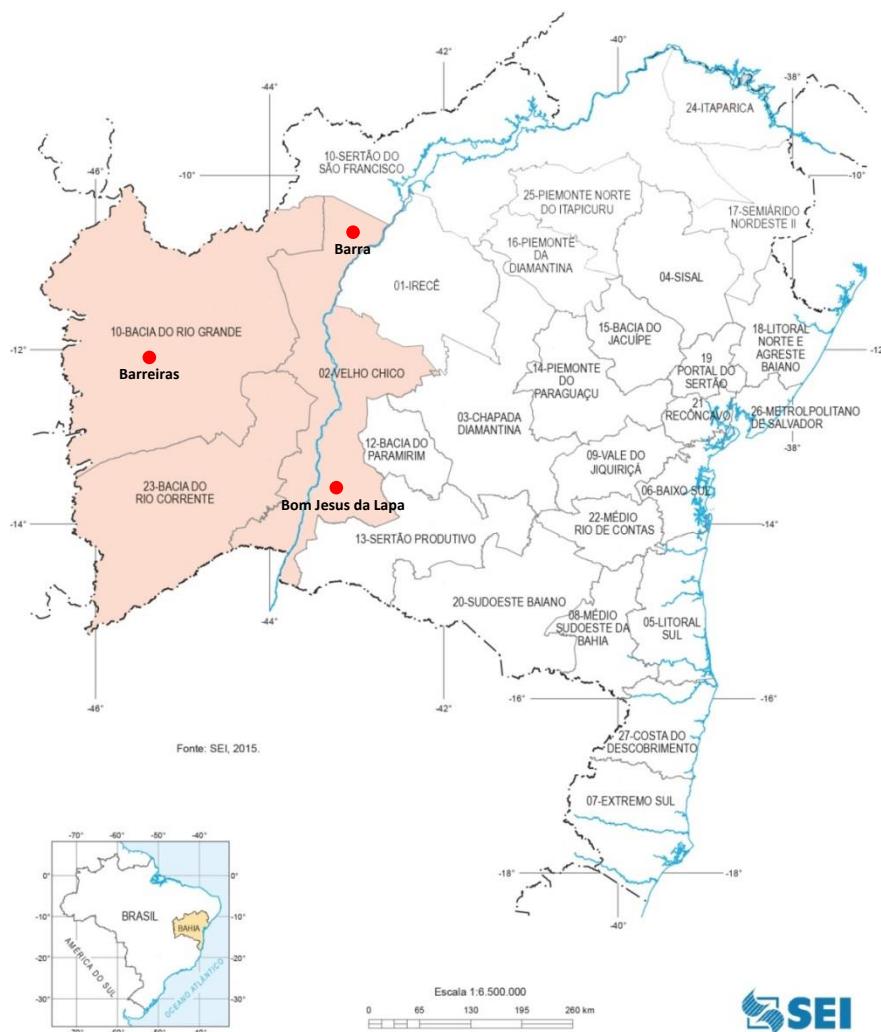
Minha formação acadêmica começou aos 25 anos, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande, onde fiz Comunicação Social com habilitação em jornalismo. Tão logo me formei, em 1999, exerci a profissão como diagramador, no Diário da Borborema. Em 2003, fui contratado como editor de arte pelo centenário jornal A União, em João Pessoa. Três anos depois, paralelo às atividades jornalísticas, ingressei no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de pesquisa Linguagens e Cultura.

Esses dois períodos de formação me ajudaram a pensar no poder legitimado da mídia e na sua função política, cultural e social na contemporaneidade. Compreendi que a linguagem, em si, não era neutra e que o sujeito, a partir de um determinado momento da história, foi objetivado através de certos saberes que deram origem às ciências modernas do homem e ratificaram a ordem do discurso, com suas exclusões e interdições sociais. Aprendi que o discurso é lugar de conflito e arena de lutas, e que em toda relação de poder há resistência. Refleti sobre a vida cotidiana, a memória, a sociedade e os conceitos de tempo. Foram muitos os pensadores sobre os quais me debrucei: Michel Foucault, Michel Pêcheux, Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, Jacques Le Goff, Peter Burke, Hannah Arendt, Immanuel Kant, Patrick Charaudeau, Nelson Traquina, Mikhail Bakhtin, Muniz Sodré, Nilson Lage, Luiz Beltrão, Nilton Hernandes, Adelmo Genro Filho, Ecléa Bosi, Lúcia Santaella, José Marques de Melo, entre outros.

Em 2009, mudei para o Oeste da Bahia para dar aula de jornalismo e publicidade em uma faculdade particular de Barreiras (BA), principal cidade da região – foi o início de minha carreira docente no ensino universitário. O que conhecia daquele chão baiano era o que me diziam as pessoas que moravam na cidade e as pesquisas na internet. As informações resumiam-se basicamente ao potencial econômico da região: era a mais nova fronteira agrícola do Brasil, a produção de commodities crescia ano após ano com a expansão do agronegócio sobre as terras agricultáveis do cerrado. E embora tudo isso parecesse empolgante, me perguntava o que havia ali naquelas terras além da cultura do agronegócio. Que outras culturas havia ali?

Comecei a encontrar respostas para essa e outras perguntas quando lancei a Revista A, no final de 2010, um produto editorial de variedades com circulação regional. Passei a viajar e descobri um Oeste da Bahia ia além daquilo que me disseram. Encontrei outros corpos, outros olhos, outras falas, sotaques, gestos, espaços, arquiteturas, paisagens e climas. Conheci práticas religiosas espetaculares, em movimentos estéticos e sensoriais singulares, rearranjados conforme cada modo de manifestação de fé e de relacionamento com o sagrado. A cada viagem aumentava minha percepção sobre a diversidade cultural da região. Quando a Revista A deixou de circular, em abril de 2016, havia publicado 32 edições e formado um rico acervo jornalístico/cartográfico digital sobre a cultura e as identificações religiosas dos três territórios de identidade que formavam o Oeste da Bahia: TI Bacia do Rio Grande, TI Velho Chico e TI Bacia do Rio Corrente (*Mapa 1*).

Mapa 1 – Territórios



Os três territórios (TI Bacia do Rio Grande, TI Bacia do Rio Corrente e TI Velho Chico), compõem um triângulo geográfico imaginário a partir de Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Barra. A 1ª imersão cultural no Oeste da Bahia girou em torno desse percurso.

Fonte: Perfil dos Territórios de Identidade / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA, 2018).

No TI Bacia do Rio Grande, especificamente em Barreiras, registrei quatro manifestações sagracionais: Romaria do Senhor dos Aflitos, Dia de Yemanjá, Dia de Nossa Senhora das Candeias e a Folia de Reis, do bairro Boa Sorte. A romaria, segundo a diocese do município, acontece no dia 2 de julho há mais de 300 anos, Dia da Independência da Bahia. Os romeiros saem da catedral na madrugada, no centro da cidade, e percorrem 20 quilômetros até chegar à capela da comunidade rural Cantinho do Senhor dos Aflitos, onde são celebradas várias missas durante todo o dia (Sousa, 2014, ed. 23, p. 18). A Folia de Reis do Boa Sorte é comandada por Maria Reis, e surgiu em 1999. O Reis no nome é de uma promessa feita por sua mãe para o Santo Reis, dias antes do parto (Sousa, 2012, ed. 08, p. 68-71).

Os festejos a Yemanjá (Sousa, 2014, ed. 21, p. 19) e a Nossa Senhora das Candeias (Sousa, 2015, ed. 27, p. 20-21) acontecem no mesmo dia, 2 de fevereiro. Os terreiros da cidade se reúnem no cais às margens do rio Grande no fim do dia e realizam as oferendas a Yemanjá e Oxum. Não longe dali, já na boca da noite, nas ruas mais antigas, velas iluminam portas e janelas em devoção a Nossa Senhora das Candeias.

Meu primeiro registro sobre os saberes sagracionais no TI Velho Chico foi em novembro de 2011, quando entrevistei Maria Kiriri, à época cacique da aldeia Kikiri no município de Muquém de São Francisco (BA). Na ocasião, ela me levou a Casa da Ciência, onde se realizava o trabalho de cura da aldeia. No altar da casa havia cruzes, velas, cachimbos, imagens de Santa Luzia, Cosme e Damião, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora Aparecida, Yemanjá, entre outras, e alguns artefatos indígenas. O trabalho de cura é o “trabalho com os mortos”. “Pra você trazer a cura tem que trabalhar com eles. Pra você desmanchar uma macumba tem que trabalhar com eles. Então a gente tem que trazer um que já se foi pra trabalhar”, explicou a cacique, completando: “É um trabalho que é muito respeitado dentro da nossa cultura. Nós trabalhamos com a jurema e graças a Deus é por isso que estamos em pé até hoje” (Sousa, 2011, ed. 7, p. 73).

Da cidade da Barra (BA), onde o rio Grande se encontra com o rio São Francisco, escrevi várias matérias, das quais quero falar de três. A primeira é sobre Deocleciano Martins de Oliveira (1906-1974), desembargador e artista barrense que tem obras espalhadas por diversos estados brasileiros. A partir da década de 1950 ele começou a distribuir esculturas em bronze com temas bíblicos por várias cidades da bacia do São Francisco, de Pirapora (MG) a Penedo (AL), movimento que chamou de Ciclo de Bronze. No santuário de Bom Jesus da Lapa (BA), no médio São Francisco, ele deixou o maior número de peças em bronze: oito apóstolos (o projeto era para ser os 12 apóstolos, mas Deocleciano faleceu antes), uma escultura do padre Francisco da Soledade e quatro símbolos dos evangelistas – o homem (Mateus), o leão (Marcos), o boi (Lucas) e a águia (João). Entre as obras que conheci, quero destacar duas: o touro e a sucuri, inspirada no poema “A cachoeira” de Castro Alves; e a escultura de Cristo com um átomo na mão, no túmulo de sua mãe no antigo cemitério Santíssimo Sacramento, em Barra, que suscita a relação entre a ciência a fé (Sousa, 2013, ed. 16, p. 56-57).

A segunda matéria é sobre o babalorixá e santeiro José Geraldo Machado da Silva, conhecido por Gérard (Sousa, 2012, ed. 9, p. 84-85). As peças com o duplo perfil (de um lado um/a santo/a, do outro um orixá) têm tudo a ver com o artista: ele dirige um terreiro de

candomblé e frequenta a Igreja Católica. “Santo é santo, orixá é orixá. Mas somos todos filhos de Deus”, explica ele. No dia 2 de fevereiro, Gérard promove um cortejo pelas ruas da cidade até o cais, com Yemanjá em um reboque puxado por um trator, e seguido por mães e pais de santos – alguns vestidos de orixás. No trajeto, param em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, fazem a lavagem simbólica da calçada, pedem bênçãos e proteção a santa e seguem o percurso. Do cais, os participantes saem em barcos e despejam suas oferendas nas águas do rio Grande, que logo se encontra com o rio São Francisco adiante. Essa mistura de rios e de águas, talvez resuma o cerne da sacralidade encontrada nas obras e no modo de viver a fé e a devoção de Gérard. Como em uma dança, as religiões se enleiam, se abraçam, se espalham, se separam e se juntam. Nesse processo, nessa fricção, nessa encruzilhada religiosa nasce a hibridização que se recria na cultura.

A terceira matéria trata de duas manifestações que acontecem na Sexta-feira da Paixão, às margens do São Francisco, no bairro de mesmo nome: Lamentação das Almas e Penitentes. A maioria dos lamentadores leva lanternas de velas, se veste de branco e usa toalhas na cabeça. Conduzido pelo babalorixá Geraldo Vieira, o grupo percorre 14 estações até chegar ao cruzeiro do bairro. A cada estação acontece uma reza, puxada por um lamentador solitário, afastado do grupo, metamorfoseado na vegetação seca que persiste firme no solo. A voz parece sair de um corpo invisível, um corpo-vegetação, um corpo-escuridão, arrastando uma compaixão dolorosa pelos mortos. Após a marcação da matraca, o grupo responde em coro ao rezador distante.

Na terceira estação os lamentadores encontram os penitentes. Com peitos nus, *nágua* branca na cintura, lenço branco na cabeça e chicotes à mão, um a um eles se ajoelham diante da cruz carregada pelos lamentadores, cumprimentam Geraldo Vieira e dão início ao autoflagelo da penitência. João Vitorino, que lidera os penitentes, já *corta* há 26 anos. Era tradição vinda de seu avô. Pequenas lâminas são amarradas a chapas de couro nas pontas dos chicotes. Entre urros entrecortados por um Pai-Nosso contínuo, eles jogam os chicotes às costas e puxam, abrindo rasgos. A penitência, que segue até meia-noite, deixa a *nágua* vermelha de sangue e as costas talhadas. Cada penitente deve realizar aquele ritual por sete anos. Caso um morra antes de completar o ciclo, ele volta em sonho para pedir a um companheiro para terminar a sua penitência, explica Vitorino. “Queremos sofrer o mesmo que Jesus sofreu”, diz (Sousa, 2013, ed. 16, p. 17-18).

Alguns quilômetros acima da Barra, subindo o rio São Francisco, na margem oposta, está Bom Jesus da Lapa, a cidade símbolo da religiosidade sertaneja são-franciscana. O

Santuário do Bom Jesus da Lapa e da Mãe da Soledade fica sob um morro de rocha calcária formado por várias grutas, uma torre ao estilo medieval e uma esplanada cercada por esculturas de bronze de Deocleciano Martins de Oliveira. As peregrinações às grutas começaram no século XVII, com a chegada do português Francisco Mendonça Mar, que trouxe consigo uma cruz com o Senhor Bom Jesus e uma imagem de Nossa Senhora da Soledade (Sousa, 2011, ed. 4, p. 64-66).

No TI Bacia do Rio Corrente, até o início de 2015, registrei apenas um grupo de encomendadeiras de almas, na cidade de Santana (BA) como conteúdo religioso das culturas tradicionais do território, mas o material só foi veiculado no site da revista, que foi desativado.

Considero esse período na Revista A como a minha primeira imersão (ver *Ensaio 1ª Imersão*) na cultura na região. Minhas viagens seguiam frequentemente um triângulo geográfico imaginário entre Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Barra (*Mapa 1*). Ora estava no cerrado ora na caatinga, ora pisava no molhado ora no seco. Mas era tudo sertão, tudo além. Assim, conheci um pouco do mundo das vastidões dos *gerais*, dos vales dos rios Grande e Corrente, dos sertões de Osório Alves de Castro²⁰ e dos sertões de veredas de Guimarães Rosa. Aquele Oeste da Bahia do agronegócio, de faturamentos expressivos, do discurso sedutor de desenvolvimento, do *agropop*, não apenas destruía o cerrado, suas matas, rios e nascentes, mas também invisibilizava, asfixiava e apagava as culturas tradicionais. Mesmo assim, elas resistiam e me fascinavam. A cada registro realizado, em lampejos minhas memórias estéticas e sensoriais de criança foram ativadas e atualizadas. E desejei me lançar no desafio de compreender essa relação do homem com o sagrado naquela região. Ali, a diversidade de manifestações sagracionais era como um suspiro que se solta em desafogo para reinventar uma existência cultural resistente ao modelo de colonização moderna envelopado no discurso de benefícios e salvaguardas.

²⁰ Osório Alves de Castro (1898-1978) nasceu em Santa Maria da Vitória (BA) e já moço se mudou para o interior de São Paulo, fixando-se em Marília, onde trabalhava como alfaiate. Escreveu vários livros, entre eles *Porto Calendário*, lançado em 1960, premiado dois anos depois com o Prêmio Jabuti. Nesse livro ele relata a realidade do Sertão do São Francisco entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Imagem 2 – Dia de Nossa Senhora das Candeias, Barreiras, Bahia



Acender velas na frente das portas e janelas no dia 2 de fevereiro, Dia de Nossa Senhora das Candeias, é tradição para os antigos de Barreiras. Este registro, que inspirou a capa da pesquisa, foi feito na rua Guiomar Porto, no centro da cidade.

Fonte: Cícero Félix, fev/2015

Imagem 3 – Cantinho do Senhor dos Aflitos, Barreiras, Bahia



Cruzeiro em frente à capela da comunidade Cantinho do Senhor dos Aflitos, em Barreiras na romaria do dia 2 de julho, que acontece há mais de 300 anos.

Fonte: Cícero Félix, jul/2014

Imagem 4 – Dia de Oxum e Yemanjá, Barreiras, Bahia



Cais de Barreiras, às margens do rio Grande: 2 de fevereiro, dia de reverenciar e fazer oferendas a Yemanjá, deusa das águas salgadas, e a Oxum, deusa das águas doces.

Fonte: Cícero Félix, fev/2014

Imagem 5 – Cortejo no rio Grande, Barreiras, Bahia



Cortejo no rio Grande visto do cais de Barreiras, no dia 2 de fevereiro de 2014, Dia de Yemanjá, Dia de Oxum.

Fonte: Cícero Félix, fev/2014

Imagem 6 – Aldeia Kiriri, Muquém do São Francisco, Bahia



Casa da ciência: lugar de rituais de cura, no meio da aldeia Kiriri, localizada no município Muquém do São Francisco.

Fonte: Cícero Félix, dez/2011

Imagem 7 – Aldeia Kiriri, Muquém do São Francisco, Bahia



Ao redor do cruzeiro na frente da Casa da ciência, os kiriris se reúnem para realizar o ritual do toré.

Fonte: Cícero Félix, dez/2011

Imagem 8 – Cristo com átomo, Barra, Bahia



Cristo com átomo na mão do escultor, de Deocleciano Martins de Oliveira, escritor e desembargador barrense, está no túmulo de sua mãe Tercina no antigo cemitério Santíssimo Sacramento, em Barra.

Fonte: Cícero Félix, mai/2013

Imagem 9 – Gérard, Barra, Bahia



Obra híbrida do santeiro e babalorixá Gérard, da Barra: de um lado Jesus, do outro Oxalá.

Fonte: Cícero Félix, abr/2012

Imagem 10 – Lamentadores, Barra, Bahia



Lamentadores, em uma das estações da manifestação que acontece às margens do rio São Francisco, em Barra, na Sexta-Feira Santa.

Fonte: Cícero Félix, abr/2013

Imagem 11 – Penitentes, Barra, Bahia



A penitência é uma tradição do sertão são-franciscano, na Sexta-feira Santa. Este registro foi feito em 2013 pelo fotógrafo Rui Rezende, que também acompanhava a manifestação.

Fonte: Rui Rezende, abr/2013

Imagem 12 – Esplanada do santuário, Bom Jesus da Lapa, Bahia



Esplanada do santuário no dia 6 de agosto, dia de romaria do Senhor Bom Jesus. O santuário é a maior representação da Igreja Católica no sertão são-franciscano.

Fonte: Cícero Félix, ago/2011

Imagem 13 – Esplanada do Santuário, Bom Jesus da Lapa, Bahia



Escultura em bronze de Francisco Mendonça Mar, na esplanada do santuário de Bom Jesus da Lapa, de autoria de Deocleciano Martins de Oliveira. O português que fundou o santuário chegou à gruta em 1691.

Fonte: Cícero Félix, ago/2011

Imagem 14 – Confessionários públicos, Bom Jesus da Lapa, Bahia



Confessionários se espalham pelas grutas do Santuário do Senhor Bom Jesus da Lapa e da Mãe da Soledade, em dia de romaria.

Fonte: Cícero Félix, ago/2011

Imagem 15 – Encomendação das almas, Santana, Bahia



Quinta-feira Santa: quatro gerações de uma tradição que começou com dona Odete (na camiseta de Alminha), segue com sua filha Paizinha (com a matraca na mão), neta e bisneta.

Fonte: Cícero Félix, mar/2013

Imagem 16 – Encomendação das almas, Santana, Bahia



Na Semana Santa: entre uma estação e outra, as encomendadeiras de almas percorrem ruas de Santana. No último dia de encomendação, elas rezam no cemitério da cidade.

Fonte: Cícero Félix, mar/2013

Em março de 2015, ingressei na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) como professor efetivo no campus de Santa Maria da Vitória (BA), para onde me mudei. Dois meses depois, submeti o projeto Identidade Corrente ao edital do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). O objetivo era realizar um estudo etnográfico sobre as manifestações sagracionais do território formado por 11 municípios. A pesquisa durou dois anos. Foi minha segunda imersão na cultura da região (*ver Ensaio 2ª Imersão*), embora desta vez restrita ao TI Bacia do Rio Corrente (*ver Mapa 2*). Entre 2015 e 2017, registramos (eu e Renata Pinho²¹) as seguintes manifestações:

Tabela 1 – Manifestações catalogadas no Projeto/PIBIC Identidade Corrente 2015/2017

Identificadas	Quantidade	Comunidade/município
Altar do Menino Deus	1	Jataí (Canápolis)
Lapinha	1	Salto (Correntina)
Reisado do Salto	1	Salto (Correntina)
Reis de Maria de Rumão*	1	Capim Grosso (Santa Maria da Vitória)
Reisado do Piengo*	1	Piengo (Santa Maria da Vitória)
Reis de São Francisco*	1	São Félix do Coribe
Caretagem (malhação de Judas)	1	Santo Antônio (Canápolis)
Encomendação das Almas	2	Santana
Alimentação dos Homens	1	Cafundó dos Gerais (Santa Maria da Vitória)
Folia de Nossa Senhora do Livramento	1	Jataí (Canápolis)
Folia de São Sebastião	1	Baixa da Casca (Canápolis)
Levantamento do Mastro de São João	1	Jatobá (Santa Maria da Vitória)

*Não foram feitos registros em audiovisual dessas três manifestações, mas duas delas (Reis de Maria de Rumão e Reisado do Piengo) têm vários materiais audiovisuais na internet.

Dessas 12 manifestações identificadas na pesquisa, as seis primeiras acontecem entre a véspera do nascimento de Jesus Cristo (24 de dezembro) e o Dia de Reis (6 de janeiro), conforme o calendário católico. Neste período, o território entra em ebulição, se transforma, o moderno e o antigo se misturam em uma cena cujo protagonista, de fato, é o povo. Os sons eclodem dos vales e dos *gerais*, dos instrumentos e dos corpos, das rezas, cantos e sambas, das comidas e bebidas, das devoções e dos afetos. Na comunidade tradicional do Salto, em Correntina, Su levanta uma lapinha que toma conta de quase toda a sala; enquanto seu companheiro, conhecido como Nego do Salto, e outros camponeses, saem em giro de reis conjugando a fé, a dança e a ancestralidade. Na comunidade do Jataí, em Canápolis, dona

²¹ Renata Pinho foi minha orientanda do projeto Identidade Corrente. Sua convivência com o assunto religioso, sensibilidade e tino jornalístico foram fundamentais para a pesquisa.

Pulu ergue o Altar do Menino Deus sob um teto cheio de mangas penduradas nos caibros e ripas. A reza dura 14 dias, se encerrando no Dia de Reis.

Entre 15 e 20 de janeiro, Júlio Cainana e outros foliões de um grupo de chula que faz festejos sagracionais no território se encontram para celebrar São Sebastião, na Baixa da Casca, outra comunidade de Canápolis. Na manhã do dia 31, o grupo volta a se encontrar no Jataí, na casa de Rê, primo de dona Pulu, para os festejos da Folia de Nossa Senhora do Livramento. Os foliões saem em giro naquele dia e só retornam na manhã do 2 de fevereiro, dia da santa dos livramentos, dia da reza.

Em março, durante a Semana Santa, um grupo comandado por Paizinha e outro por Maria do Barro, cada uma com sua matraca, saem pelas ruas de Santana até a igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, vestidas de túnicas brancas e entoando rezas para alimentar os mortos. Na Sexta-feira Santa, as rezas acontecem no cemitério Bosque da Saudade. Distante dali, naquela mesma noite e no cemitério da comunidade Cafundó dos Gerais, em Canápolis, um grupo de homens com toalhas pequenas sobre a cabeça e matracas na mão também rezam pelos mortos. Na manhã do dia seguinte, no alvorecer do Sábado de Aleluia, um cortejo com caretas criadas pelo octagenário camponês seu Limiro sacode as comunidades de Santo Antônio (Canápolis) e São Pedro (Santa Maria da Vitória). A brincadeira termina com a malhação de Judas e um almoço coletivo.

Os primeiros meses do ano concentram o maior número de manifestações do território, mas elas acontecem em todos os meses do ano. O TI Bacia do Rio Corrente é marcado por incontáveis manifestações sagracionais que adentram os *gerais* e o vale, o sertão seco e o sertão molhado. Ali, o tempo passa sem pressa, a realidade é uma colcha de incompletude, com retalhos do passado e do presente a compor suas tramas intermináveis.

Mapa 2 – TI Bacia do Rio Corrente



Cartograma do TI Bacia do Rio Corrente, de 2016, formado por 11 municípios: Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho.

Fonte: Perfil dos Territórios de Identidade / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA, 2018).

Imagem 17 – Alimentação dos homens, Canápolis, Bahia



Alimentação dos homens: ritual acontece na Sexta-Feira Santa, ao redor do cemitério da comunidade Cafundó dos Gerais, em Canápolis.

Fonte: Cícero Félix, abr/2017

Imagem 18 – Alimentação dos homens, Canápolis, Bahia



O cemitério da comunidade rural Cafundó dos Gerais é iluminado durante a Semana Santa, especialmente na sexta-feira, dia em que acontece a Alimentação dos homens.

Fonte: Cícero Félix, abr/2017

Imagem 19 – Encomendação das almas, Santana, Bahia



Grupo de encomendação de almas dirigido por dona Maria do Barro (D), em reunião no seu salão de trabalhos de umbanda.

Fonte: Cícero Félix, abr/2017

Imagem 20 – Folia de São Sebastião, Canápolis, Bahia



Folião em compromisso de devoção, na comunidade Baixa da Casca, durante giro da Folia de São Sebastião.

Fonte: Cícero Félix, jan/2017

Imagem 21 – Lapinha de Su, Correntina, Bahia



Lapinha de Su, no Salto, comunidade tradicional de Correntina. A posição dos objetos na rampa da lapa que leva ao Menino Deus muda, entre o dia 25/12 e 6/1. No primeiro corte os três reis magos e os animais estão subindo, no segundo eles já estão descendo.

Fonte: Cícero Félix, jan/2016

Imagem 22 – Lapinha de Su, Correntina, Bahia



Com centenas e centenas de objetos, a lapinha de Su ocupa quase toda a sala de sua casa.

Fonte: Cícero Félix, jan/2016

Imagem 23 – Reisado do Salto, Correntina, Bahia



Giro da folia de Reis acontece entre 1 e 6 de janeiro. O grupo, fundado em 1976, visitou cerca de 150 casas nas comunidades Salto, Barreiro Vermelho, Vereda Grande, Sussuarana e Toledo.

Fonte: Cícero Félix, jan/2016

Imagem 24 – Caretagem de Santo Antônio, Canápolis, Bahia



Caretas e bonecos articulados feitos por seu Limiro são atrações da brincadeira de malhação de Judas que acontece na manhã do Sábado de Aleluia. Cortejo circula pelas comunidades Santo Antônio (Canápolis) e São Pedro (Santa Maria da Vitória).

Fonte: Cícero Félix, abr/2016

Imagem 25 – O artista da caretagem



Seu Limiro, o octogenário artista começou a fazer máscaras com 15 anos. Ele é o guardião da tradição secular da caretagem de Santo Antônio.

Fonte: Cícero Félix, abr/2016

As práticas sagracionais mantêm o TI Bacia do Rio Corrente ativo, vivo, a respirar uma espetacularidade que rasura a rotina cotidiana. A religiosidade, reconfigurada aos moldes da cultura do povo, alimenta o espírito e o corpo do convívio social, e em diversos momentos do ano torna o território palco para celebrações que constituem também “uma forma de ser, de se comportar, de se movimentar, de agir no espaço, de se emocionar, de falar, de cantar e de se enfeitar” (Pradier, 1999, p. 24).

A história é a arte da encenação e está relacionada ao lugar social, onde fenômenos se manifestam através do tempo e do espaço para ratificar, através da memória, a identidade coletiva de grupos sociais. Os registros de memória, guardados, sobras e descartes vão construir e reconstruir as relações sociais, as experiências de vida e estéticas compartilhadas e transmitidas, sobretudo, pela oralidade. Essas manifestações transcendem o caráter religioso, representam momentos coletivos especiais. A memória é o berço desse imaginário social religioso forjado nos saberes de encruzilhadas, lugar do cruzamento simbólico, das fecundações dos saberes sincréticos. Segunda Leda Maria Martins, a encruzilhada “oferece-nos a possibilidade de interpretação dos trânsitos sistêmico e epistêmico que emergem dos processos inter e transculturais” (1997, p. 28). Como exemplo ela cita a umbanda, “registro sincrético, fundindo, no seu tecido cognitivo e ritual, elementos de outros sistemas religiosos nagô, banto, católico, tupi-guarani, kardecista, espírita, numa reformatação *sui generis*” (idem, p. 30). Enfim, a memória é o espaço de esquecimento, errância, preservação, transformação e atualização. Aliás, sem atualização, essas manifestações do patrimônio imaterial do território não teriam resistido à voracidade desmensurada do desenvolvimento das sociedades modernas. Explica Veloso (2018, p. 6):

Não existe, na história da humanidade, a possibilidade de uma tradição sobreviver, a não ser pela capacidade de se resignificar que ela tem. Somente através da atualização é que o tradicional sobrevive. Todas as vezes que um saber foi tratado como devendo permanecer “puro”, “original”, inexoravelmente ele desapareceu. Assim são as práticas humanas. Capazes de se inventar e se reinventar sempre, muitas vezes somente como estratégias de sobrevivência.

Penso nas 12 manifestações que conheci no território, naquelas pessoas que se sentem *aprazeradas* em se reunir para rezar, cantar, dançar, beber e comer; penso nas curas das benzeções, nas promessas e na fé; penso no processo de colonização e contra colonização²² e

²² Colonização e contra colonização são termos usados por Nego Bispo para “conceituar os processos de

como aqueles saberes de encruzilhadas, de frestas²³, atravessaram séculos e continuam sendo ressignificados pelas comunidades como estratégia de sobrevivência.

Provocado por tanta descoberta, desejei ampliar minha compreensão sobre duas daquelas manifestações sagracionais do território: Altar do Menino Deus e Folia de Nossa Senhora do Livramento. Assim, em 2020, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UnB, na linha Cultura e Saberes em Artes Cênicas, com o objetivo de saber como aqueles fenômenos da cena contemporânea rural, com resíduos do devocionário colonial português e marcas das culturas pindorâmicas e africanas, se ressignificavam nas contextualidade das transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais do território.

Nesse sentido, a Etnocenologia com seu horizonte teórico-metodológico me pareceu ideal para pensar essas espetacularidades extracotidianas que acontecem no Jataí, a partir das características singulares de cada manifestação, “sem visar à identificação de um conjunto de princípios universais” (Bião, 2009, p. 50). Etnociência de caráter transdisciplinar, a Etnocenologia tem “clara opção pelo campo estético, compreendido simultaneamente como o âmbito da experiência e da expressão sensoriais e dos ideais de beleza compartilhados” (idem). Esta percepção teórico-metodológico, aliado às noções de trajetividade, identidade, identificação, diversidade, pluralidade, transculturação, reflexividade e alteridade, transcendendo inclusive o campo estético visual, enriqueceram minha compreensão sobre o lugar que aquelas manifestações ocupam na vida da comunidade, na vida individual e coletiva daquele povo são-franciscano.

Para a etnocenologia, o Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento são fenômenos adjetivamente espetaculares, categoria de interação humana inerente às manifestações extraordinárias do cotidiano que contribuem “para a coesão e a manutenção viva da cultura” (Bião, 2009, p. 36). Embora sejam aparentados às apresentações teatrais que distinguem atores e espectadores, essas manifestações espetaculares não são feitas para serem vistas, são feitas para serem experimentadas, sentidas e vividas coletivamente; que

enfrentamento entre povos, raças e etnias em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico” (Santos, 2015, p.20).

²³ Luiz Rufino (2019) também aborda a *saberes de encruzilhada, de frestas*. Para ele, invocar os saberes ancestrais é uma prática em encruzilhada e a potência da encruzilhada é o *cruzo*. “O *cruzo* é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O *cruzo* versa-se como atravessamento, rasura, cissura, contaminação, catalisação, bricolagem – efeitos exusíacos em suas faces Elegbara e Enugbarijó” (Rufino, 2019, p. 18).

reúnem o próximo e o distante para celebrar o sagrado, compartilhar afetos e o prazer de estar juntos em festa à maneira de seus próprios saberes.

Nascimento

Quem sou este sujeito pesquisador? Que apetência esta trajetividade justifica para eu tratar do Altar do Menino Deus e da Folia de Nossa Senhora do Livramento? Que competências adquiri nessa caminhada para saber falar sobre dona Pulu, seu Camilo, Malvina, seu Né de Teodósio, don’Ana, Rê, dona Isabel, Júlio Cainãna, dona Filismina, Carma, dona Mira, seu Limiro, dona Honorina, Geraldo, Monca e tanta gente? Não sei se esses pedaços de trajetos conseguem responder positivamente a tais questionamentos. Mas sei que esse exercício de revisitar as represas do tempo reivindicou novas experiências e reflexões para me compreender como sujeito social e sujeito pesquisador, e que lugar social ocupo na sociedade.

Para além da encenação da memória trajetiva, com seus badulaques, errâncias e esquecimentos, dores e alegrias, quero dizer que tenho plena consciência que ocupo um lugar de privilégios na sociedade: sou homem, branco, hétero, cisgênero e de classe média. Mais: fui educado socialmente em uma cultura machista, sexista, misógina, racista, preconceituosa e patriarcal. Essas marcas trajetivas são fantasmas de uma educação colonialista que busco combater com práticas permanentes de transformação. É um processo complexo se livrar dessa “marafunda colonial” ou “carrego colonial”, dessa

(...) condição da América Latina submetida às raízes mais profundas do sistema mundo racista/capitalista/cristão/patriarcal/moderno europeu e às suas formas de perpetuação de violências e lógicas produzidas na dominação do ser, saber e poder (Rufino, 2019, p. 12-13).

Por isso, “se a colonialidade emerge como o *carrego colonial* que nos espreita, obsedia e desencanta, a descolonização ou decolonialidade emerge como as ações de

desobsessão dessa má sorte” (idem, p. 13). Assim como Exu, que matou um pássaro ontem com uma pedra lançada hoje²⁴, e o ideograma Sankoka, que ensina a gente a aprender com o passado, ao revisitar o trajeto de minha formação e deformação social, me reencontrei como um sujeito pesquisador em descolonização. Isto, naturalmente, reflete na metodologia não extrativista desta pesquisa, nas minhas escolhas epistêmicas e nas estratégias para escapar das armadilhas da linguagem e de outros *carregos* da cultura colonizadora; reflete na forma de escutar e me relacionar com essas pessoas; reflete na forma de compreender a estética dessas manifestações para além da cosmovisão euro-centrada; reflete sobre o olhar contemplador e observador daquele cotidiano rural; reflete na compreensão do território, na sua contextualidade em movimento; reflete na audição, no paladar e no corpo.

A partir dessas reflexões, compreendi que aquilo que me ensinaram na academia como “objeto da pesquisa”, deveria ser tratado como “sujeito da pesquisa”. Estava aí uma *marafunda colonial* do letramento acadêmico a combater. Portanto, o Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento são sujeitos desta pesquisa, porque são fenômenos vivos, bem como seus realizadores e realizadoras. Explica bell hooks:

Como sujeitos, as pessoas têm o direito de definir sua própria realidade, estabelecer suas próprias identidades, nomear sua história. Como objetos, a sua realidade é definida por outros, a sua identidade é criada por outros, sua história somente é nomeada de maneiras que definem sua relação com aqueles que são sujeitos (2019, p. 75).

Nessa mesma direção de hooks e da contra colonização, a etnocenologia propõe o uso do léxico próprio de cada manifestação investigada como reconhecimento de alteridade (Veloso, 2016). De modo que o que prevalece como definição desses fazeres é o que seus realizadores e realizadoras concebem.

Enfim, nesse processo de descolonização do conhecimento e da linguagem, confesso que acabei me territorializando no mesmo pertencer em que esse povo habita, nesse sertão de *gerais* infindos – foi um encontro feliz com o meu permanente imaginário de menino. O pertencimento, inclusive, quer seja espacial ou cultural, me parece ser o amálgama que mantém essas tradições da cena contemporânea em movimento nesse tempo circular, que nutre o afeto ancestral de pertencer àquela terra, de estar enraizado naquele solo e beber das águas do Urucuia.

²⁴ Ditado Yourubá. Segundo Rufino (2019, p. 23-24), “Exu é a substância que fundamenta as existências; é a linguagem como um todo. É o pulsar dos mundos, o senhor de todas as possibilidades, uma esfera incontrolável, inapreensível e inacabada. Ele é o *acontecimento*, antes mesmo da inscrição *deleuziana*, por isso ata-se o verso que aqui nos abre caminho: ‘Exu nasceu antes que a própria mãe’”.

Diz Bião: “vale considerar quatro condições desejáveis para o bom, belo e útil desenvolvimento da pesquisa: a serenidade, a humildade, o humor e o amor” (Bião, 2009, p, 59). Graça²⁵, que foi orientando de Bião, acrescentou o “rigor”, quer seja ético ou metodológico. Creio que essas cinco palavras resumam os princípios que fundamentam meu lugar de sujeito pesquisador neste trabalho.

²⁵ Professor Graça Veloso (UnB), orientador deste projeto de doutorado.

CONTEXTUALIDADE

O *além*, para mim, sempre foi um lugar profundo onde habitam espíritos. Um lugar que era todo lugar, profundo, escuro e sem formas. Era feito de uma matéria subjetiva, invisível e encantada que se formava no imaginário. Era a negação do espaço material, a não-existência, o não-lugar onde viviam seres sobrenaturais, encantados. Um lugar temível, de reinos de assombração. Ou, nada mais que um lugar.

Minha vó dizia: “Nunca diga coisa ruim, meu fii. Porque se os anjos da boca mole dissé amém, acontece”. Ela explicava que aqueles eram anjos decaídos, que haviam sido expulsos do *paraíso* e condenados a repetir amém pela eternidade. Esses anjos, assim como outros seres encantados, habitavam o *além* do meu imaginário.

Quando cheguei ao Oeste da Bahia, em 2009, descobri que a região, que ficava à esquerda do rio São Francisco, era conhecida como “Além São Francisco”. Esse *além*, no entanto, extrapolava a ideia de um lugar distante, como quer o dicionário, e o lugar do encantado do meu imaginário. Por trás daquele *além*, havia uma realidade secular de abandono e violência que iniciava nas águas do Velho Chico e terminava na vastidão dos *gerais*.

O “Além São Francisco”, antes de ser assim popularizado, era um território indiferenciado do sertão (Brandão, 2009). Segundo o escritor santa-mariense Osório Alves de Castro²⁶, era um lugar “vindo dos fundos das idades, misterioso e prometedor, atraindo para suas reservas a messe das esperanças”, que “franqueava aos delirantes a miragem das pedras

²⁶ Osório Alves de Castro (1901-1978) é um escritor natural de Santa Maria da Vitória (BA). Em 1962, conquistou o prêmio Jabuti de Literatura, com o romance “Porto Calendário”. Publicou também “Maria fecha a porta prau boi não te pegar” e “Bahiano Tietê” (póstuma). Os três livros compõem a trilogia da integração do sertão são-franciscano à São Paulo.

falsas, e aos fortes a decisão de resistir e consolidar para os dias a virem a paz e a liberdade” (Castro, 2010, p. 293).

O processo de ocupação da região são-franciscana começa oficialmente em 1534, quando a Coroa Portuguesa concede à Capitania de Pernambuco o direito de posse das terras localizadas na margem esquerda do rio São Francisco (Brandão, 2009). No século seguinte, o governo português divide entre as famílias Garcia D’Ávila (Casa da Torre) e Guedes Britto (Casa da Ponte) as sesmarias que compreendiam todo aquele território sertanejo. Com isso, se abre o caminho para o desenvolvimento da pecuária e interiorização do domínio colonial. Fazendas são instaladas nas barrancas do rio e o couro de boi é incorporado ao corpo do homem sertanejo, dando origem ao vaqueiro e a uma estética que vai constituir a identificação cultural do sertão. Assim teve início o ciclo de couro e o processo fundiário das terras pindorâmicas.

À medida que a atividade pecuária avança rio acima, surgem povoados, arraiais e vilas, que mais tarde se transformariam em cidades. Conta o jornalista Orlando de Carvalho²⁷ que

Quando o Padre Navarro varou o sertão, em 1554, encontrou no São Francisco uma multidão de raças diferentes de índios rechassados do litoral, que ali se refugiaram. Com o tempo os escravos fugiam do litoral e vinham acolher-se entre elles. E os criminosos, esquivando-se à justiça portugueza, eram recebidos de braços abertos, porque traziam experiência de muitas cousas uteis aos indígenas. Dahi se organizavam bandos de ladrões, que depredavam as tribus mansas, as fazendas e o próprio litoral. O rio começava a civilizar-se, portanto... (Carvalho, 1937, p. 98-99).

Os padres da Companhia de Jesus, os jesuítas, chegaram às terras pindorâmicas em 1549, com o governador-geral Tomé de Sousa. Vinham com a missão de catequizar e pregar o monoteísmo judaico-cristão aos povos originários e negros africanos escravizados. Além de se apropriarem dos corpos, das forças desses corpos e de seus saberes, os colonizadores queriam se apropriar da alma desses corpos, recuperá-las do *oco espiritual*. A Igreja Católica era útil ao governo português e este era útil à Igreja Católica. Enquanto um expandia seu domínio sobre o território, a outra expandia seu domínio sobre a fé daquelas pessoas que não eram consideradas gente, convertendo-as ao catolicismo e disseminando o cristianismo como único fundamento para manifestação espiritual. Desse modo, sertanistas e jesuítas adentram o

²⁷ Orlando Magalhães Carvalho (1910-1998) foi professor da UFM (que se transformaria em UFMG), jornalista, atuando em vários jornais brasileiros, cientista político, jornalista e escritor mineiro de Pouso Alegre. Entre suas publicações, destaque para “O rio da unidade nacional – O São Francisco (reportagem ilustrada)”, publicado em 1937.

sertão são-franciscano.

No trecho médio do rio, duas construções vão marcar a presença material da Igreja na região: a capela São Francisco das Chagas, erguida entre 1670 e 1680 ao redor de uma fazenda no povoado da Barra do Rio Grande; e a capela de Santo Antônio, construída no mesmo período (Segura, 1937, p. 23), também ao lado de uma fazenda, no povoado Urubu de Cima (atual Paratinga, BA). As duas fazendas pertenciam à Casa da Torre.

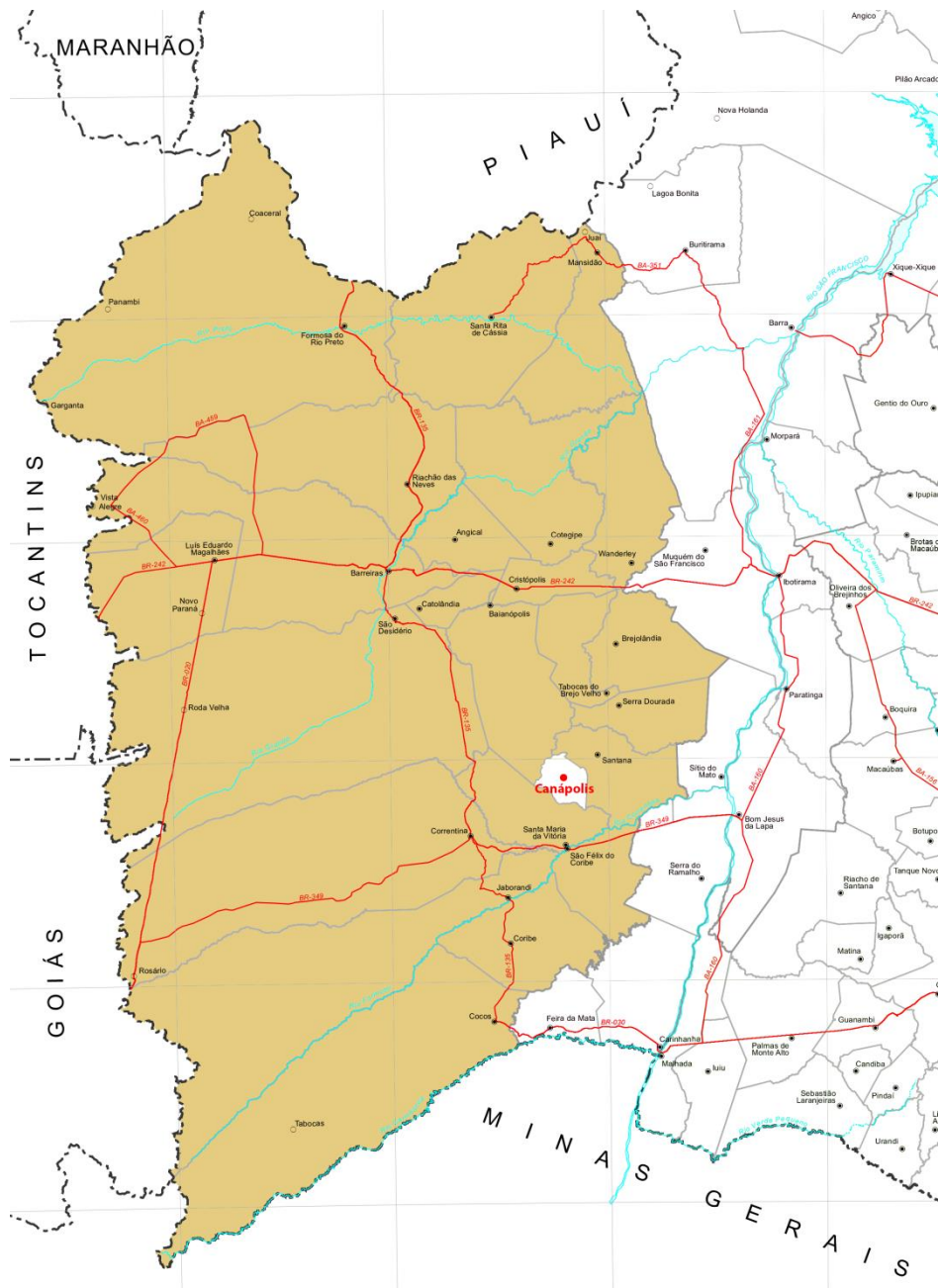
Esta cumplicidade colonial, no entanto, deixa de ser vantajosa quando a Companhia de Jesus passa a interferir nos interesses políticos, econômicos e ideológicos do governo português. Assim, em 3 de setembro de 1759 o Rei D. José I promulga um decreto-lei que dá a Marquês de Pombal poderes para exilar a Companhia de Jesus da colônia, “confiscando para a Coroa portuguesa todos os seus bens materiais e financeiros” (Shigunov Neto; Maciel, 2008, p. 187). Dos 670 membros da companhia, 417 foram repatriados para Portugal.

O ouro havia sido descoberto na Província de Minas Gerais no final do século VXII. Com isso, a pecuária entra em declínio, as fazendas são despovoadas e cresce o tráfego de aventureiros em busca dos metais preciosos pelo São Francisco, que “de alto a baixou ficou infestado de bandidos” (Carvalho, 1937, p. 100).

O ciclo do ouro se estende até fins do século XVIII. A partir daí, o Vale do São Francisco perde sua importância econômica e cai no esquecimento, embora a descoberta do ouro de aluvião, no rio Correntina, em 1792, tenha proporcionado “um breve surto de crescimento” e a formação de povoados em Correntina e Santa Maria da Vitória (Souza, 1989).

Em 1824, em resposta ao movimento separatista Confederação do Equador, o governo imperial retira a Comarca do São Francisco da província pernambucana e passa para a Província de Minas Gerais. Três anos depois, a comarca é anexada à província baiana. Parte dessa área corresponde hoje ao atual Oeste da Bahia. No entanto, antes de ser assim chamado, o Oeste da Bahia vai ser conhecido por “Além São Francisco”. Um não-lugar encantado que existe, misterioso, protegido por um *rio santo*, que carrega no fundo de suas águas as encantarias, por carrancas de feições monstruosas, santos, santas e orixás.

Mapa 3 – Oeste da Bahia, Canápolis



A área que se chamava Comarca do São Francisco até 1827, atualmente é conhecida como o Oeste da Bahia. Neste mapa de 2020, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado chama a mesorregião em destaque de Extremo Oeste Baiano, e não considera todos os municípios à esquerda do rio São Francisco.

Fonte: Meso-regiões Geográfica do Estado da Bahia, 2020. SEI.

Monge

Estes gerais enormes, em ventos, danando em raios, e fúria, o armar do trovão, as feias onças. O sertão tem medo de tudo. Mas eu hoje em dia acho que Deus é alegria e coragem – que Ele é bondade adiante, quero dizer.

*Riobaldo*²⁸

Há muita controvérsia sobre o passado do português Francisco Mendonça Mar, que deve ter chegado à Bahia na década de 1670. Segundo o padre espanhol Turíbio Villanova Segura (1894-1969), capelão do Santuário do Bom Jesus da Lapa e da Mãe da Soledade de 1933 a 1956, e autor da primeira e mais completa obra sobre o Monge da Gruta, Mendonça Mar era filho de ourives. Aprendera a arte na oficina do pai, em Lisboa e vivia a desfrutar daquela “sociedade que gostava do fausto prodigioso, do luxo excessivo, de ostentações vaidosas e grandes aparatos” (Segura, 1937, p. 39). Como o ofício de ourives não lhe rendia tanto, dedicou-se ao de pintor. Foi nessa época, em data não definida, que ele mudou-se para a Bahia.

Conta Segura que, em 1688, Mendonça Mar foi contratado pelo governador-geral Mathias Cunha para pintar uma casa que acomodaria repartições do governo, mas não foi pago pelo serviço. No mesmo ano Mathias Cunha morre, vítima do “mal da bicha”, apelido

²⁸ Personagem-narrador da obra *Grande Sertão Veredas* (1984, p. 292), do escritor mineiro João Guimarães Rosa.

dado à epidemia da febre amarela que havia se espalhado pela colônia.

Ao reivindicar seus direitos aos sucessores do governador, Mendonça Mar foi preso e torturado. Na prisão, pensava na morte e na sua alma. “Tremia ao sopro dos remorsos como as folhas das árvores agitadas pelo vento. Ele também podia morrer como aqueles que eram vítimas da peste, e o que seria de sua alma?... Salvar-se-ia ou se condenaria?” Aqueles pensamentos o inquietavam, era “preciso fugir do mar do mundo com suas tormentas de paixões e naufrágios de pecados”. Lembrava de sua mãe e da devoção que ela tinha por Nossa Senhora da Soledade, cuja imagem havia trazido de Portugal. Em seu silêncio de dor, ele pedia misericórdia.

Ao sair da prisão, Mendonça Mar muda radicalmente seus hábitos e passa a frequentar a igreja com seu amigo Bernardo. Tempos depois, Bernardo vira frade e Mendonça Mar decide penitenciar-se em solidão. Alguns amigos o questionaram: “Na primavera da vida, na louçania da juventude, deixar as comodidades de sua casa, renunciar aos prazeres e desterrar-se da cidade para fazer penitência e castigar o corpo e internar-se no sertão desconhecido e misterioso?” (Segura, 1937, p. 50).

Antes de tomar o destino de seu isolamento penitencial, Mendonça Mar vai ao Convento Santo Antônio de Paraguaçu, dá liberdade aos dois negros escravizados de sua propriedade, vende o que lhe resta de bens e compra uma imagem do Bom Jesus crucificado.

Vestido com um burel pardo amarrado à cintura por uma corda branca, e com palmilhas de madeira amarradas aos pés, saiu o jovem português determinado a encontrar um calvário numa gruta para ali colocar a imagem do Bom Jesus e a de Nossa Senhora da Soledade, de quem não se apartava. À época, “não existiam estradas certas e só estreitas sendas dos índios e em algumas partes picadas abertas pelos audazes bandeirantes e pelos condutores de gado para a Bahia, dos currais do rio São Francisco e de Piauí” (idem, p. 52).

Depois de meses de caminhada sertão adentro, enfim, Francisco Mendonça Mar avista um enorme morro de pedra calcária na margem do rio São Francisco, próximo a uns currais cuidados por portugueses e africanos escravizados da Casa da Torre. Havia percorrido cerca de 200 léguas. Passara fome, cortara matas fechadas com animais perigosos, sentira medo, agarrara-se à imagem da Soledade, rezara para o Bom Jesus; dera com indígenas amistosos, passara por aldeias, povoados miseráveis, grutas, lugares temerosos e deslumbrantes; no entanto, ao avistar aquele morro de 90 metros de altura e quase 2 mil metros de circunferência, sentiu um pressentimento de que havia chegado ao lugar que procurava.

Certa vez, uma voz misteriosa lhe disse: “Busca o calvário na gruta”. Estava feito.

Buscara e encontrara. Irradiante de alegria e curiosidade, examinou todas as cavidades até se decidir por uma, onde colocou a cruz com o Bom Jesus e a imagem de Nossa Senhora da Soledade. Entre confuso e alegre, às lágrimas, desabafou: “Não andei enganado. Perdão, perdão para os meus pecados. (...) Este lugar será meu descanso e minha habitação por toda a eternidade” (Segura, 1937, p. 55).

Os anos iniciais de penitência e pouco movimento no entorno do morro mudaram com a descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII. A notícia do “monge da gruta” já circulava por aqueles sertões. A vida daquele ermitão de barbas grisalhas e longas, olhos pretos em covas fundas, pele ressequida e lenhada pelo tempo despertava admiração dos bandeirantes e outros caçadores de ouro, mascates e vaqueiros. Logo, o morro passou a ser ponto de parada dos viajantes e em alguns anos a notícia “de que no coração do sertão, numa linda gruta de um morro sem semelhante, havia um homem extraordinário, que fazia vida de santo” (Segura, 1937, p. 62), chega aos ouvidos do arcebispo da Bahia, dom Sebastião Monteiro da Vide, que

enviou a ele um visitador, o qual achou decentemente ornados os altares [da gruta] com as esmolas dos peregrinos que já concorriam aquele santuário pelos muitos milagres que a senhora obrava em todos quantos enfermos a iam buscar ali; o mandou chamar e informado de todas as circunstâncias do lugar e do eremita, erigiu o Arcebispo, em capela, a Lapa e ordenou de sacerdote ao padre Francisco da Soledade, a quem a encarregou (idem, p. 63).

Ao retornar para o morro, agora com status de capela, o então capelão do santuário e padre Francisco da Soledade, começa a circular pela região, dedicando-se à caridade e a catequização daqueles povos que se formavam e se deformavam ali, à margem da civilização. Logo, o santuário se tornou o principal ponto de irradiação do catolicismo dos sertões são-franciscanos.

Com a ajuda de outros missionários, padre Francisco da Soledade começa a colocar em prática o desejo da Igreja Católica de expandir seu domínio monoteísta judaico-cristão sobre os seres desalmados daquele lugar. Inicialmente, começa a circular pelas aldeias e povoados da margem direita, no entorno do morro. Depois, atravessa o grande rio e, mais abaixo, na margem esquerda, adentra a Comarca do São Francisco pelo rio Corrente, navegando sobre as águas frescas do Urucuia.

Aos poucos, Francisco foi disseminando as letras do catolicismo, catequizando indígenas, vaqueiros, caboclos e outras gentes que encontrava adiante pelos fins dos *gerais*. Pregava, aconselhava, consolava e curava. Percorreu os limites provinciais da Bahia com

Minas Gerais, Pernambuco e Goiás. Fundou um mosteiro ao redor do morro, construiu um hospital para atender os desvalidos e implantou um centro de agricultura com lavouras para o consumo coletivo.

Em 1717, com cerca de 60 anos, o Monge da Gruta morre no hospital que criara, entre os enfermos de quem cuidava. O imaginário de que aquelas rochas em lascas em cima do morro eram seres levando as mãos aos céus, com o corpo do monge ali plantado os seres em rocha ganharam uma nova companhia. A devoção e a crença católicas estavam lançadas àquela região sertaneja, como sementes precárias em um chão árido.

O além

Francisco Biquiba Guarany
conjurou os seres malévolos das águas.
Com o poder de suas mãos meio espanholas,
meio índias, meio africanas,
totalmente brasileiras.
Das mãos de Guarany surdiram monstros
que colocados na proa dos barcos
protegiam os viajantes contra os terrores do rio.
Eram monstros benignos, conjunção de forças milenares
enlaçadas na mente de Guarany.
As águas purificaram-se, as viagens
tornaram-se festivas e violeiras.
E ninguém temia a morte, e o louvor da vida
era uma canção implícita no cedro das carrancas.
(...)

*Carlos Drummond de Andrade*²⁹

22 de novembro de 1879, 6h30 da manhã.

O vapor da expedição da Comissão Hidráulica ancorara no dia anterior, à tardinha, de frente para o grande morro na margem direita do rio São Francisco. Entre os engenheiros comandados pelo americano Mr. William Milnor Roberts, estava o jovem negro Theodoro Fernandes Sampaio, filho da escravizada Domingas da Paixão com o padre Manoel Fernandes Sampaio. Inicialmente ele foi preterido da expedição devido a cor de sua pele, mas, enfim, por

²⁹ Trecho do poema Centenário, em homenagem ao mestre carranqueiro Francisco Biquiba Guarany, de Santa Maria da Vitória. Foi publicado no livro *Amar se aprende amando* (1985).

influência de um conhecido conseguiu integrar a equipe e fez uma importante descrição etnográfico e antropológica da região margeada pelo São Francisco, três séculos depois do início de sua exploração. A expedição saíra da foz do grande rio no dia 12 de agosto de 1879 e se estenderia até Pirapora (MG), onde chegaria em 13 de dezembro.

Assim, naquela manhã, depois de subir o morro e desfrutar da privilegiada paisagem do vale, conheceu o Santuário do Bom Jesus da Lapa e da Mãe da Soledade:

Tocamos aí o sino como sinal de romeiro à porta e logo apareceu-nos o sacristão, que no-la abriu e por onde entramos na capela já ocupada por uma multidão andrajosa e chagada, homens, mulheres e meninos exibindo as suas disformidades, as suas úlceras, e as suas misérias, pedindo, clamando, atravessando o seu braço descarnado para nos tomar o passo, rogando, suplicando impertinente, incansavelmente (Sampaio, 2002, p. 136-137).

Em suas anotações, Sampaio observa os aspectos das cidades, nota o crescimento dos povoados e vilas; as condições miseráveis dos sertanejos tangidos pela seca; destaca Juazeiro como o empório do sertão são-franciscano e Barra como importante entreposto comercial, na foz do rio Grande, entrada para o povoado de Barreiras; fala sobre a visita à capela de Santo Antônio, em Urubu de Cima e a foz do rio Corrente, entrada para o porto do arraial de Nossa Senhora das Vitórias. Contudo, nada do que seus olhos haviam testemunhado até aquele momento da expedição lhe causara tanta emoção.

Ao se despedir do santuário, Sampaio (2002, p. 139-140) escreveu:

Deixei a Lapa convencido de que se tudo aquilo era um inestimável tesouro de piedade e de crença, também era um testemunho da divina misericórdia, mantendo ileso a fé num reduto de sinceridade inacessível aos botes de toda essa miséria humana.

Com o fim do ciclo do ouro, o vale do São Francisco fica isolado e cria seu próprio civilizar em um modelo de sociedade semifeudal baseado no latifúndio e na hierarquia das forças. Dava-se início o sistema de mandonismo armado, do caudilhismo, do cangaço, da jagunçada e do comércio fluvial no médio São Francisco, com o aparecimento das barcas. Antes desse período, nesse trecho do rio só navegavam canoas feitas de tronco de barriguda e ajoujos, uma espécie de plataforma com tabuado sobre troncos amarrados uns aos outros.

Além de mais confortáveis para o transporte de passageiros e espaçosas para acomodar mercadorias, as barcas se tornam importante veículo de intercâmbio comercial, fazendo circular a economia no vale. O barqueiro, dono da barca, era um comerciante ambulante que “subia de porto em porto vendendo sal ou tecidos de importação, e descia em sentido inverso,

mercadejando gêneros de produção local”, como rapadura, farinha, cachaça, peles, charque e outros produtos. Com isso, as barcas demoravam até seis meses para fazer o percurso de ida e volta, entre Juazeiro e Barreiras, por exemplo (Pardal, 2006, p. 70-76).

Entre os anos 1875 e 1880, surgem as figuras de proa nas barcas que navegavam do médio São Francisco. Algumas explicações dão conta que essas esculturas, chamadas inicialmente de *leão de barca*, *cara de pau*, *figura de barca* e, por fim, *carranca*, representavam o *status* do dono da barca; outras, que eram apenas um chamariz para os negócios fluviais, uma vez que, aliada ao som do *buzo* (corneta feita de chifre de boi) tocado sempre que a barca se aproximava de uma fazenda ou povoado, dava ao acontecimento uma espetacularidade festiva. No entanto, ao longo do tempo, a explicação que prevaleceu sobre a função daquelas esculturas, nasceu do imaginário do ribeirinho. Com fisionomia mista de assustada com assustadora, de olhos abotcados, boca aberta, dentes grandes, língua estirada e cabeleira caprichosamente penteada em gomos deitados para trás, às vezes com bigodes, às vezes com sobrancelhas e sempre inclinadas para frente, imponentes, essas criaturas zooantropomorfas davam às embarcações a aparência de um ser vivo sempre vigilante e temeroso, a deslizar seu corpo comprido pelas águas dos rios dos rios que escondiam em suas funduras um mundo de seres encantados.

Segundo o imaginário do ribeirinho, habitam as águas da bacia do São Francisco o *Cavalo d'Água*, *Cachorrinha d'Água*, *Romãozinho*, *Capetinha*, *Galo Preto*, *Goiajara*, *Anhangá*, entre outros seres. Os mais conhecidos são o *Caboclo d'Água* (ou *Nego d'Água*) a *Mãe d'Água* e o *Minhocão* (ou *Surubim-Rei*). O *Caboclo d'Água* mora nos rochedos no meio rio, é roubador de moça e costuma divertir-se mudando o curso das águas, virando as embarcações e afogando barqueiro, tripulantes e passageiros. As embarcações sempre passam temerosas por esses lugares. A *Mãe d'Água* protege as moças que lhes dão presentes, seduz os rapazes e castiga quem a desobedece, principalmente quem não respeita o sono do rio:

Dizem que, enquanto o rio dorme, os peixes se deitam no fundo, a Mãe-d'Água vem para fora pentear os cabelos nas coroas, as cobras perdem o veneno e os que morreram afogados saem do fundo do rio rumo às estrelas. Por isto é perigoso acordar o rio. A revolta da Mãe-d'Água, dos peixes, das cobras e dos afogados arruinará a vida do imprudente que interromper o sono das águas (Lins, 1983, p. 102).

Já o *Minhocão*, é temido por cavar as encostas, derrubar barrancos e as próprias barcas. Diante de tantos perigos, só a carranca, incorporada de poderes sobrenaturais, para proteger a embarcação.

Motores das barcas, os remeiros eram homens religiosos cheios de temores pelo desconhecido e os verdadeiros guardiões das encantarias são-franciscanas. Alguns, inclusive, presenteavam o *Caboclo d'Água* com pedaços de fumo para acalmar suas peraltices. Viviam praticamente nas barcas. Eles vestiam um suado saiote e se alimentavam basicamente de jacuba³⁰. No período das enchentes, seus pés viravam *pés-pubos*³¹ e se desfaziam em pedaços de feridas. No peito, carregavam um calo, marca de anos de um esforço cadenciado sobre os rebordos, com a vara rasgando sua carne naquele exercício repetitivo de empurrar a vida sobre as águas rio acima, rio abaixo. No entanto, nada disso tirava o bom humor do remeiro, que aliviava as longas, temíveis e cansativas viagens com seus versos e contações de histórias. Assim, ele alimentava o imaginário do ribeirinho e mantinha vivo o universo de encantaria das águas são-franciscanas. Explica Wilson Lins: “A barca é um mundo dentro do rio, e o remeiro é um mundo dentro da barca. Dois mundos se entrelaçam trágicos, embalados pelas águas barrentas do rio povoado de fantasmas e de lendas” (Lins, 1983, p. 93).

Até 1940, foram produzidas cerca de 120 carrancas, das quais, provavelmente 80 foram feitas por Francisco Biquiba Dy Lafuente Guarany. Ele era bisneto do jesuíta espanhol José Dy Lafuente com a moçambiquense Biquiba, por parte do pai Cornélio Biquiba Dy Lafuente; e bisneto de uma indígena do Paraguaçu, por parte da mãe Marcelina do Espírito Santo (Pardal, 2006). Mestre Guarany, como era conhecido, nasceu em 1882, na vila de Santa Maria da Vitória (ex-arraial de Nossa Senhora das Vitórias), na Comarca do São Francisco. Seu pai era marceneiro e tinha um estaleiro às margens do rio Corrente, debaixo de um frondoso tamarindeiro. A região era rica em cedro, razão pela qual havia ali o maior número de estaleiros do médio São Francisco. Assim como o pai, o mestre Guarany também foi imaginário, mas se notabilizou mesmo como carranqueiro. Praticamente todas as barcas que saíam daqueles estaleiros levavam na proa suas carrancas zooantropomorfas.

Antes do mestre do estaleiro entregar a barca ao comprador, havia um ritual. O mestre subia o rio Corrente com a barca até a Gruta de São Cipriano, na primeira pedreira à margem direita, fazia suas orações de batismo e voltava para o porto – só aí a barca estava pronta para

³⁰ Segundo Wilson Lins (1983, p. 91), jacuba é “a comida típica da beirada, constituída tão-somente de farinha, água e rapadura”.

³¹ Pés-pubos é um apelido dado aos remeiros com um fenômeno que acontece com seus pés quando o rio começa a receber águas novas. Explica Lins (idem, p. 90): “Quando o rio começa a encher, as primeiras águas têm um efeito doloroso sobre a remeirada: os seus pés, que só vivem dentro da água, comidos de feridas, se abrem em chagas, apodrecem”.

navegar. Isso significa que a proteção das barcas não estava circunscrita aos poderes encantados das carrancas que, apesar de ser uma escultura, um objeto físico, era também um ser encantado. A fé do povo são-franciscano era assim: a mesma que confiava naquelas criaturas monstruosas também acendia velas para os santos e santas. E assim também eram as barcas, duplamente protegidas. Vejamos o que diz Osório sobre o porto de Santa Maria da Vitória no início do século XX:

No correr do porto a fileira de barcas embalando na corrente, coberta de palha e couro, com suas carrancas de monstros misteriosos, dentes de ferro e penachos coloridos, assombrava. Vergas, cordames emaranhados nas trouxas das empanadas caídas no banco das chumaceiras. No topo do mastro, vadiando no vento, a bandeira do santo padroeiro “protegia” (Castro, 2010, p. 67)

Com o fim da navegação das barcas, em meados do século XX, substituídas efetivamente pelos vapores e outras embarcações mais leves e movidas a motores, as carrancas praticamente desapareceram dos rios, mas continuaram sendo produzidas para fins puramente estéticos: decorar salas e museus. Quero acreditar que, independentemente de onde a carranca é colocada, independente da crença de quem a observa e de quem a adquire, o espírito da carranca mantém-se alerta nas entranhas de sua madeira, em suas travessias de encruzilhadas culturais. Aonde a carranca for, ela leva o São Francisco e sua encantaria.

O século XIX chegava ao fim com a assinatura da Lei Áurea, a mudança política da monarquia para o regime republicano e a Guerra de Canudos. Na prática, isso pouco afetou a rotina do cotidiano na Comarca do São Francisco que, apesar da retardada ocupação devido à brava resistência tapuia, já tinha várias cidades e vilas constituídas, dando forma territorial ao que viria a ser chamado de Oeste da Bahia.

Da sesmaria de Carinhanha, primeira cidade da Bahia na margem esquerda do São Francisco, se formou quase todo TI Bacia do Rio Corrente. A sesmaria foi doada a Athanásio Siqueira Brandão em 1707, e suas terras iam da margem do grande rio até o Curral das Éguas, na divisa do atual município de Santana com Serra Dourada. Em 1866, Correntina se desmembra de Carinhanha. O mesmo acontece com Santa Maria da Vitória, em 1880, importante porto comercial da região. Em 1890, Santana se desmembra de Santa Maria da Vitória, e em 1962, Canápolis e Serra Dourada se emancipam de Santana.

Não era o fim do século XIX que preocupava o ribeirinho do Corrente, mas a chegada

do novo século, *o tal* século XX, que inspirava mistérios e esperanças: “As reservas seculares contra o isolamento reviviam, desdobravam-se em sonhos e confrontos, para misturarem-se nos reflexos itinerantes do mundo” (Castro, 2010, p. 33).

Nos estaleiros do Tamarindo de Cima, como era apelidada a frondosa árvore na margem do Corrente, enquanto catavam cavacos em meio aos trabalhadores do mestre Cornélio Biquiba, a velha rendeira Sá Flávia e Sá Catarina Ferro conversavam sobre o assunto. “Que Deus tenha pena de nós. Tudo chega de supetão, arrasa e fica nas angústias como um arco-íris, sumindo de tardinha”, refletia Sá Catarina sobre a chegada do novo século, que trazia “na mão esquerda a espada de Moreira César e na direita um punhado de sementes encharcadas de sangue”. “Outros dizem diferente”, respondeu Sá Flávia, que emendou: “ele traz a felicidade e uma lei forte da outra banda da terra. Acredito é no encanto, Sá Catarina Ferro. Se ninguém sabe de onde ele vem e de onde ele é, dão testemunho as cantorias dos abecês afirmando: “*Vem do porto Calendas onde tudo-tudo se dará*” (Castro, 2010, p. 32-33).

Apesar da expectativa de que o novo século traria felicidade à região, é frustrada com a guerra de coronéis em Carinhanha, entre 1919 e 1920. Os conflitos pela posse de terra e poder político eram constantes e deixavam todos em permanente estado de tensão e vigilância. Ali não havia futuro. Como disse Diadorim sobre aquele sertão cerratense: “O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal...” (Rosa, 1984, p. 18).

“Sá Flávia, é como uma bixiga de boi cheia de vento: dá-se uma espinhada e ela some. Assim é Santa Maria: ficando esvaziada que dá pena”, disse Sá Catarina, ao que Sá Flávia completou: “Mesmo. Mal os meninos engrossam a voz, escrevem com carvão nas paredes da Igreja do Menino Deus: “*No ano que vem, caminho de Ribeirão Preto me tem...*” (Castro, 2010, p. 33). Mas não eram todos que conseguiam sair de Santa Maria da Vitória, sobretudo porque os moços estavam proibidos pelo coronel de deixarem a vila. Os que conseguiam escapar, tomavam o destino de Bom Jesus da Lapa para depois pegar o vapor até Pirapora, de onde seguiam de trem para São Paulo. A chegada de um grupo de jovens ao santuário de Bom Jesus da Lapa, é assim narrado por Osório:

Marchavam agrupados, contritos, para a gruta sagrada. Ao redor, nas várzeas, nas ruas de palha e enchimento, movia-se a romaria tranziada na penitência, afrontada nas léguas compridas puxadas do Sertão das Rodelas, do Ceará, de Pernambuco, Goiás, não se falando de Minas, de São Paulo e daquela Bahia inteira onde o louvor do santo favorecia os desgraçados. O

amparo de São Bom Jesus da Lapa se desdobrava nas mostras ali pelas paredes da gruta santa. Muletas, calungas, amortalhados dos ressuscitados da morte, membros monstruosos com o tingimento sanguíneo de tintas fingindo chagas, perfurações de balas e estocada de punhais onde a graça do Santo atalhava o fim (Castro, 2010, p. 167)

A sede dos coronéis e outros homens de patentes por terras e poder era insaciável no médio São Francisco desde o início do século XIX, e continuava no século XX. Havia sempre um conflito armado em algum lugar, como na Missão de Nossa Senhora da Conceição de Aricobé, entre 1931 e 1933. Fundada no século XVIII por franciscanos, em um aldeamento indígena na bacia do rio Grande, a missão foi palco de mais um episódio sangrento na formação do povo são-franciscano e pertencia à cidade de Angical, de quem Barreiras se desmembrara em 1891.

O conflito entre os indígenas liderados por Sebereba contra os *mandões* de Angical começou quando fazendeiros e grileiros, interessados em expandir seus currais, passaram a se apropriar das terras dos indígenas que ali viviam. Apoiados por fazendeiros de patentes da região, os revoltosos foram massacrados. Os que sobreviveram fugiram rumo a Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (Cruz, 2016). Um provável grupo desses sobreviventes chegou a uma lagoa no município de Santana e aí passou a viver, dando origem ao povoado de Alagoinha, que depois virou vila do Ibiaguí – palavra derivada do tupi *ybyã-guy*, que significa lugar no sopé da escarpa (Sampaio, 1987, p. 244). Em 1962, Ibiaguí emancipou-se de Santana e passou a ser chamado de Canápolis, devido à intensa atividade canavieira do local.

Dado o isolamento social e político da região, em 1950, estudantes reunidos em um congresso em Juazeiro cobram melhoria de ensino e lançam o “grito pelo Estado do Rio São Francisco” (Morais; Santos; Mariani; 2011, p. 32). Entre esses jovens estava o santa-mariense Clodomir Santos de Moraes, que foi assessor das Ligas Camponesas no Nordeste na década de 1950 e Conselheiro em Capacitação e Organização da Organização Internacional do Trabalho em processos de reforma agrária e desenvolvimento rural em países da África, América do Sul, Central e do Norte (Ross, Sousa, Athayde, 2011, ed. 6, p. 46-52).

A ideia da criação do estado não vingou. No entanto, como o *Além São Francisco* era caminho de passagem dos estados do Nordeste para a nova capital federal, Brasília, inaugurada em 1960, surge o interesse de exploração econômica da região. Assim, em 1972 chega em Barreiras o 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, transferido do Crateús (CE), com a missão de asfaltar a BR-242, de Ibotirama (BA), até a BR-020, em Posse (GO), facilitando o acesso à Brasília. Estima-se que naquele ano, mais de 5 mil

pessoas, entre oficiais, soldados e familiares desembarcaram em Barreiras, que tinha pouco mais de 9 mil habitantes.

Quinta-feira, 22 de setembro de 1977.

A navalha corre com precisão pelo rosto do jovem advogado que frequentava a Barbearia Central desde que chegara a Santa Maria da Vitória. O salão ficava na rua Teixeira de Freitas, quase em frente à subida para o Alto do Menino Deus. Enquanto o cavanhaque era desenhado caprichosamente, o sol descia a esticar uma sombra na calçada do outro lado da rua, onde crianças brincavam com as miudezas da inocência.

Eugênio Lyra havia se mudado de Salvador em abril de 1976. Sua mulher Lúcia Lyra, que também era advogada, veio depois. Eles vieram auxiliar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e Coribe na defesa dos direitos “dos posseiros, pessoas humildes e desinformadas que possuíam glebas de terras, a maioria herdada dos avós e dos pais” (Silva, 2004, p. 94).

Na década de 1970, apenas 25% da população de Santa Maria da Vitória morava na cidade – realidade que vai se inverter no final dos anos 1980 (Kraychete; Comerford, 2012, p. 111). As terras fartas e devolutas do vale do Corrente vinham atraindo gente de vários lugares, sobretudo fazendeiros de Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Muitos deles eram grileiros que “compravam pequenas áreas e as transformavam em grandes propriedades, várias delas com a conivência dos cartórios” (Silva, 2004, p. 95).

Lyra tinha conhecimento dessas práticas, da criação de documentos falsos, das ameaças aos posseiros e sindicalistas e dos assassinatos. E aquilo não podia continuar. No dia seguinte ele viajaria para Salvador, onde iria apresentar um dossiê sobre a situação do vale do Corrente na CPI da Grilagem, na Assembleia Legislativa da Bahia.

Lúcia estava grávida de cinco meses. Enquanto aguardava o marido, sentada em uma cadeira da barbearia, olhava para a rua e o movimento cotidiano que caminhava para a calmaria da noite. Dalí a quatro meses nasceria Mariana, e em qualquer momento displicente da vida ela teria orgulho de seus pais.

O barbeiro seguia com seu trabalho caprichoso. A Teixeira estava calma, mas dali a dois dias era dia de feira. A barbearia, mesmo, era concorrida. O movimento no mercado tirava a rua de sua letargia cotidiana. O colorido e o som da feira emprestavam à cidade uma sensação de tranquilidade que, de fato, não existia. Há algum tempo, o território estava sob

tensão, e o depoimento de Lyra à CPI aumentou esse tensionamento.

Ele não parecia apreensivo. Conferiu o desenho do cavanhaque, murmurou algo em concordância, agradeceu ao barbeiro, tomou a mão de Lúcia e saiu. Quando se dirigiam ao carro, Lyra é surpreendido por Wilson Gusmão, um pistoleiro de terno preto que estava à espreita, de tocaia, por trás de um poste de madeira do outro lado da rua, próximo às crianças que brincavam na calçada. O tiro de revólver calibre 38 atravessou a cabeça de Lyra, que caiu no calçamento já sem vida, silenciando a jovem voz em defesa dos posseiros e das comunidades tradicionais do território.

O assassinato de Eugênio Lyra se somava a tantos outros que já tinham acontecido e os que ainda viriam a acontecer no território, porque ali ninguém estava disposto a ser expulso, acuado ou privado de sua própria territorialidade, de sua dignidade, de sua cultura e de seu modo de viver com os rios, as plantas e a terra.

Ao me deparar com esse trágico episódio da história do vale do Corrente, lembrei do dia 12 de agosto de 1982, dia do assassinato de Margarida Alves, em Alagoa Grande (PB), a 50 km de Arara. Ela era presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, e lutava contra a violência e a exploração dos trabalhadores do campo. No dia 1º de maio daquele ano, em Sapé, ela havia dito: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”³².

À época eu tinha 12 anos. Meu tio-avô Manoel Pompeu era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara. Apesar da pouca idade e compreensão do que estava acontecendo, eu senti o medo pairar sobre todos os lugares: ele estava nos meus olhos e nos olhos de todas as pessoas que eu via. De alguma forma temi por meu tio. Assim como Margarida e Lyra, ele também lutava por melhores condições do trabalho no campo, e ainda guardava laços com as Ligas Camponesas.

Entre 1964 e 1985, foram assassinadas 1.106 pessoas no campo, conforme Pesquisa publicada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1986³³. Das 142 mortes na Bahia, 68 foram no *Além São Francisco*, 48 eram crianças. Os povos das comunidades tradicionais não conseguiam engolir aquelas transformações pelas quais a região estava passando:

³² Esta é uma das frases do discurso de Margarida, no 1º de maio de 1983, na cidade paraibana de Sapé, berço das Ligas Camponesas na Paraíba, conforme matéria Margarida Maria Alves: “[É melhor morrer na luta do que morrer de fome](#)”, publicada em 20 de agosto de 2020 no site A verdade - Um jornal dos trabalhadores na luta pelo socialismo. Acessado no dia 10/09/2023.

³³ Esta é uma data estimativa, pois no relatório, intitulado “Assassinatos no campo, crime e impunidade – 1964-1985”, que tive acesso em formato digital, não apresenta data de publicação. A data 1986 consta na apresentação do relatório assinado pela Coordenação Geral do MST.

Antes tinha terra que ninguém queria. Isto aqui era um mundo. Mudou muito. O povo sofria muito, mas numa parte passava mais tranquilo, tinha mais fartura. Os pobres tinham mais liberdade. A gente vivia com mais soltura. Todos tinham sua criação solta, só cercava a roça. Não tinha barulho. Os fazendeiros começaram a fechar cada pedaço de terra. Foi fechando todo mundo que ficou num cantinho assim. Brigando muito. A terra foi ficando pequena. O pessoal sai pra trabalhar fora, nas fazendas dos outros ou nas cidades”. (Kraychete; Comerford, 2012, p. 117)

O depoimento acima, feito por um posseiro, me lembrou uma reflexão de Sampaio: “Nestes sertões, o homem pobre nunca é suficientemente pobre que precise viver do salário. O mundo aqui é largo demais para que se faça sentir a pressão das necessidades” (2002, p. 142).

O fato é que o *Além São Francisco* estava deixando de ser do *além*. Em 1982, o distrito que cresceu em volta do Posto Mimoso, às margens da BR-242/020, nos gerais da bacia do rio Grande, se desmembrou de Barreiras, dando origem à cidade Luís Eduardo Magalhães, formada sobretudo por migrantes do Sul e Sudeste do país. Em 2022, segundo o Censo do IBGE, a cidade já tinha 107 mil habitantes.

Em 1986, o 4º BEC inaugurou a primeira ponte no médio São Francisco, em Ibotirama. A travessia em balsa colecionava acidentes fatais. Simbolicamente, a ponte representava o fim do *Além São Francisco*, e o início do Oeste da Bahia.

O Oeste

Há alguns anos atrás, quando se fazia referência ao Oeste da Bahia não se deixava de incorporar na voz o tom misterioso de quem fala de uma região distante, desconhecida, repleta de aventuras, lendas, lavada à sangue. Um folclore da crueldade, da violência, da desordem e, também, da promessa de enriquecimento, da construção de um novo mundo.

(...)

O Oeste das tocaias, dos crimes de mando, dos coronéis, dos jagunços. O lugar distante, nos confins da civilização, abandonado à sorte dos mais fortes, dos mais violentos. Era uma vez o oeste.

Carlos Geraldo D'Andrea (Gey) Espinheira³⁴

2 de novembro de 2017.

“Nós só queremos o nosso rio preservado, só isso. Ninguém vai morrer de sede nas margens do Arrojado”, disse a camponesa na direção do policial. Era uma só voz, mas não era só dela. Era um grito de todos que estavam ali e daqueles que não estavam. Daqueles que estavam ali vivos, e dos mortos que também estavam ali vivos através da luta e da ancestralidade.

Era Dia de Finados, dia de rezar pelos mortos, de alimentar os mortos com reza. Para

³⁴ Texto do sociólogo Gey Espinheira, publicado em 25 de outubro de 1988, pela Fundação Centro de Projeto e Estudos (CPE), sob o título “Era uma vez o oeste – A modernização da fronteira agrícola na Bahia”.

aquele povo são-franciscano era dia de luta pela vida dos rios; dia de alimentar a luta em defesa da vida, das águas e da terra; dia de defender o rio Arrojado e de defender a si próprio; dia de defender a territorialidade e o pertencimento; dia de defender a vida.

Um grupo com mais de 500 pessoas, segundo o noticiário³⁵, invadiu a Fazenda Rio Claro da Lavoura e Pecuária Igarashi Ltda., no Distrito de Rosário, em Correntina. Como um redemoinho, o grupo destruiu maquinários de captação de água do Arrojado para 32 pivôs de irrigação, derrubou postes de rede elétrica, queimou galpão, trator, numa revolta que se traduzia em uma frase: “Ninguém vai morrer de sede nas margens do Arrojado”. Foi a última gota.

Aquela frase, dita por uma mulher no meio de tantos homens, era tão potente quanto polissêmica. Não era apenas uma voz, eram vozes de um povo que tinha no Arrojado o seu lugar, a sua fonte de existência, a sua cultura, a sua vida. Eles consideravam uma violência a Portaria nº 9.159, do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) da Bahia, que concedia ao grupo Igarashi retirar do rio Arrojado 182.203 m³/dia de água durante 14 horas/dia, para irrigar 2.539,21 há. Isso equivale ao consumo de água por mês de uma população com 32 mil habitantes, como Correntina³⁶.

O Oeste da Bahia está sobre o aquífero Urucuia, razão pela qual há tanto olho d'água e abundância em recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos. Faz parte do cerrado e abriga as cabeceiras das maiores bacias hidrográficas do país, como a do São Francisco. As águas que correm em filetes, ganham corpo, viram rios e descem às dezenas pelas vastidões dos gerais; caem em cachoeiras, correm em cânions, desaparecem na terra, se espalham através da esponja cárstica do subsolo, reaparecem em outros lugares, e formam os principais afluentes da margem esquerda do São Francisco na Bahia: rios Carinhanha, Corrente e Grande. Essas águas fazem parte da ancestralidade, da cultura e do viver de todos os seres que habitam a região.

A partir da década de 1970 (*Mapa 4*), outras imagens começam a ser desenhadas no solo do Oeste da Bahia. Tratores de esteira e seus correntões aparecem. O cerrado começa a ser esfolado, revirado, rasgado, contaminado; a pele da terra é arrastada aos estalos doloridos das árvores em quebradeira, a moer tudo quanto é vivente pela frente como a Kayāyun³⁷, da

³⁵ Matéria publicada no site do G1, com o título [“Polícia investiga invasão de fazenda e vandalismo no oeste da Bahia”](#). Acesso no dia 05/03/2023.

³⁶ Dados da Nota: [Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas](#). Acessado em 05/07/2023.

³⁷ [“A história da Kayāyun”](#) é um dos episódios da Série de Tehêys de Liça Pataxoop – Exposição Mundos

cosmovisão do povo Pataxoop. Segundo o tehêy de dona Liça, Kayâyun é uma cobra preta com linhas amarelas e detalhes vermelhos que devora a natureza. Por onde ela passa, fica um rastro de destruição.

Mapa 4 – Imagem de satélite do rio Arrojado



A imagem, veiculada pelo Programa Globo Rural em 10/12/2000, mostra o antes e o depois da chegada do agronegócio na região.

Fonte: Programa Globo Rural, veiculada em 10/12/2000/Rede Globo.

“Ninguém vai morrer de sede nas margens do Arrojado”.

Aquela não foi a primeira vez que ribeirinhos, comunidades tradicionais de fundos e fechos de pastos e grupos de movimentos sociais se revoltaram. Em 24 de setembro de 2000, com pás, enxadas e a força de uma convicção de territorialidade e pertencimento imbatíveis, eles fecharam a boca de um canal de nove quilômetros de extensão que ia desviar as águas do Arrojado para dentro de duas fazendas particulares.

O grande volume de águas captadas da superfície e do subsolo para a irrigação, a supressão da vegetação nativa e a mudança da estrutura do solo do cerrado baiano têm afetado sobremaneira a bacia hídrica da região. Só entre as décadas 1980 e 1990, morreram 17 riachos no município de Correntina: ribeirão Bom Jesus (1980), ribeirão Vaca Morta (1982), ribeirão do Rosário (1983), ribeirão da Salobra (1984), ribeirão do Sapé (1985), ribeirão Lençóis (1985), ribeirão Caxeiro (1986), ribeirão Baixão (1986), ribeirão dos Buritis (1987), rio Planta Cana (1988), rio Itapicuru (1989), rio do Corredor (1990), rio Cabeceira Grande (1992), rio

Sucuriu (1995), rio Catingueiro (1996), rio Caititu (1998) e ribeirão do Salitre (1999)³⁸. Aquele 2 de novembro de 2017, Dia de Finados, era um dia de basta a tantas mortes de rios, a devastação do cerrado e a privatização das águas; era um dia de defesa do rio Arrojado e do cerrado; dia de defender a cultura dos povos tradicionais e seu modo de viver integrado com a natureza.

Segundo o relatório “Desmatamentos Irregulares no Cerrado Baiano: uma Política de Estado”³⁹ publicado pelo Instituto Mãos da Terra (Imaterra) em 2022, desde 1985 o cerrado da Bahia perdeu 23,1% de sua cobertura, e entre as bacias hidrográficas dos rios Grande e Corrente, de 2015 a 2021, foram desmatados 51 mil hectares da vegetação nativa, uma área maior que o município de Canápolis.

Um ano após o assassinato do marido, Lúcia Lyra depôs na CPI da Grilagem da Assembleia Legislativa da Bahia, que foi encerrada em 1981 sem concluir todas as investigações: “Seu relatório final é um documento parco e econômico, de apenas 9 páginas, em que apresenta seus casos inacabados, breves considerações sobre as investigações com algum desfecho e propostas de políticas públicas a serem tomadas”⁴⁰. Aparentemente, essa CPI não surtiu efeito significativo para a realidade da região.

Em 2019, a Polícia Federal deflagrou a Operação Faroeste para investigar membros do Tribunal de Justiça da Bahia, inclusive seu presidente, advogados e produtores rurais, suspeitos de participarem de um esquema de venda de decisões judiciais⁴¹ em grilagem de terra na divisa da Bahia com o Tocantis, no TI Bacia do Rio Grande. Em maio de 2023, a Justiça “bloqueou o registro de 19 fazendas que invadem o fecho de pasto do Capão do Modesto, área de 11 mil hectares onde famílias do campo vivem, coletivamente, há mais de 200 anos”, diz reportagem da Pública⁴², agência de jornalismo investigativo, que complementa: “Para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) da Bahia, se trata de ‘um dos casos mais graves de grilagem registrados na Bahia’”.

³⁸ Dados do [Programa Globo Rural: “Canal do Rio Arrojado”, Correntina \(BA\)](#), de 10 dez 2000. Acessado em 07/03/2023.

³⁹ O relatório do Imaterra [“Desmatamentos Irregulares no Cerrado Baiano: uma Política de Estado”](#) está disponível para download na página da Pública. Acessado em 07/03/2023.

⁴⁰ Informações do artigo “A Comissão Parlamentar de Inquérito da grilagem da Bahia: primeiras notas”, de Lilian da Rosa, do Instituto de Economia da Unicamp. O artigo foi apresentado no IV Seminário Internacional Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico: Regularização Simplificada, na Unicamp, em Campinas (SP), em junho de 2018.

⁴¹ Reportagem [“Alvo de operação contra venda de sentenças para grilagem de terras na BA se apresenta à polícia e é liberado”](#), publicada no portal do G1 Bahia. Acessado em 10/05/2023.

⁴² A reportagem [“Justiça bloqueia fazendas da elite do agronegócio por suspeita de grilagem na Bahia”](#) foi publicada no site da Pública. Acessado em 12/05/2023.

Imagem 26 – CTG Sinuelo dos Gerais, Luís Eduardo Magalhães, Bahia



Imagem da reportagem “Uma Bahia que fala ‘tchê””, publicada na edição 6 da Revista A, sobre a celebração da Semana Farroupilha realizada no CTG Sinuelo dos Gerais, “o maior do mundo”.

Fonte: Cícero Félix, nov/2011

20 de setembro de 2011.

Último dia das festividades da Semana Farroupilha, que celebra os líderes da Revolução Farroupilha, iniciado em 1835 contra o governo imperial. O movimento, que durou 10 anos, tinha um caráter republicano e separatista. Esse acontecimento levou os gaúchos a criarem a Semana Farroupilha, em 1947. Assim, a partir daí, todo ano entre 13 e 20 setembro, eles acendem um candeeiro crioulo e manifestam suas culturas tradicionais, com gastronomia típica, danças artísticas, campeiras e esportivas. Tudo isso também acontece nos Centros de Tradições Gaúchas espalhados pelo mundo – cerca de 3 mil CTGs⁴³. O maior deles é o Sinuelo dos Gerais, autodeclarado “Maior CTG do mundo!” no perfil do

⁴³ Informação da reportagem [Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha inaugura CTG em Paris](#) publicada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 14/10/2005. Acessado em 06/10/2023.

Instagram⁴⁴, localizado em Luís Eduardo Magalhães, no TI Bacia do Rio Grande.

Na noite do dia 20 de setembro, saí no final da tarde de Barreiras para entrevistar seu Gelson Santana, *patrão*⁴⁵ do CTG, e fotografar as danças que aconteceriam à noite, no grande salão do centro, para a sexta edição da Revista A. Seu Gelson veio do Rio Grande do Sul na década de 1970, assim como muitos sulistas que migraram para o Oeste da Bahia sonhando com uma vida promissora. Sua filha casou-se com um baiano e deu a ele uma neta negra. Por tudo que viveu e conseguiu na região, se diz “baiano de coração” e que o CTG é aberto à comunidade.

Depois da entrevista, Santana me levou a um espaço que segundo ele seria mais adequado para fotografá-lo, por se tratar da Semana Farroupilha. Era um ambiente rústico, com cordas, sela, arreios e outros instrumentos pendurados na parede de madeira. Em cima, o lema do CTG, criado em 1991, talhado em uma tábua: “Reacender o brilho da chama da tradição no novo pago, nosso chão”. Aquela frase era o *ethos* da cultura movente gaúcha. A tocha crioula ao centro, acesa durante toda a semana, lembrava as vidas perdidas no conflito da Revolução Farroupilha. Pedi a seu Gelson para se sentar a um banco e me posicionei para fotografá-lo. Nesse instante, uma criança negra entra na cena. Ela está vestida de prenda, provavelmente para dançar em breve, e fica imóvel a olhar fixamente para a luz da tocha. Antes de seu Gelson mandar ela sair dali, disparei o clique. Um só clique. Quando tirei o olho da câmera, ela já não estava mais lá. Era a neta de seu Gelson, presumo. A única criança negra no evento.

Mais de uma década depois, olho para essa imagem percebo que ela me diz mais sobre o processo de ocupação da região pelos sulistas, do que sobre a Semana Farroupilha ou a Revolução Farroupilha. Ela me diz mais sobre transculturação do que sobre a cultura gaúcha. E certamente ela diz muito mais – inclusive, sobre as transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais da região.

A partir da década de 1970, influenciado pela Revolução Verde estadunidense que surge com o pretexto de garantir a segurança alimentar dos humanos através de tecnologias agrícolas modernas, o governo brasileiro começa a incentivar a ocupação do cerrado. Os incentivos contemplam concessão de crédito, financiamento para irrigação e compra de outros maquinários, tecnologia de manejo de solo e de produção de cultivares mais resistentes. Com todo esse incentivo, terras baratas, muita água e créditos subsidiados, o Oeste da Bahia é

⁴⁴ Instagram @ctgsinuelodosgerais, acessado em 06/10/2023.

⁴⁵ *Patrão* é um cargo similar ao de presidente de um clube.

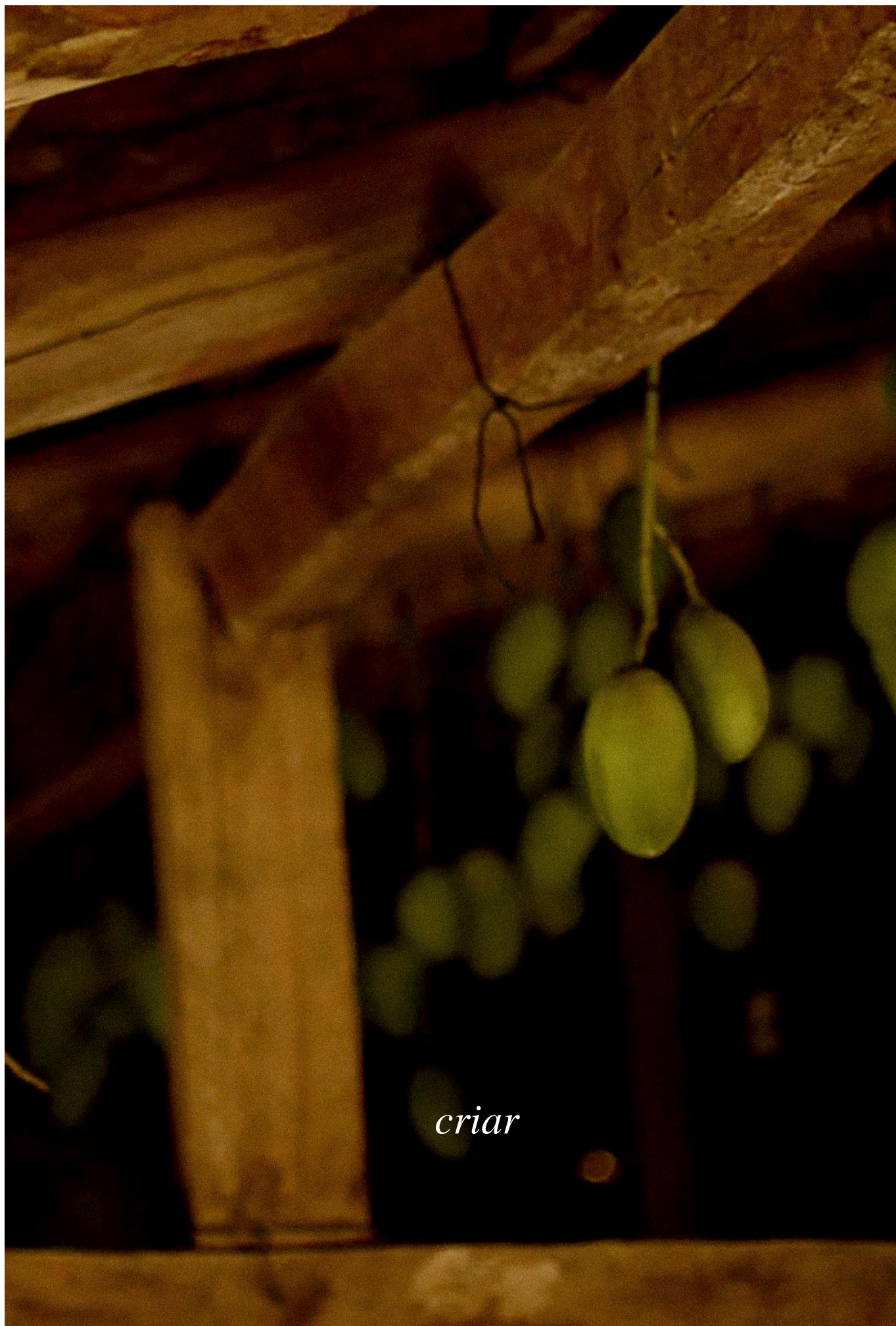
invadido por migrantes sulistas, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990. Assim, nasce um novo lugar. As matas são lançadas ao chão, as terras são reviradas e “corrigidas” com o calcário para amansar sua acidez, os rios são sugados por motores, os animais fogem – quando conseguem! –, os defensivos agrícolas escorrem pelo solo e o Oeste passa a se destacar nacionalmente na produção agrícola empresarial de *commodities*.

Passados quatro décadas, 2,3 milhões de hectares viraram berço das monoculturas de soja (1,8 mi), algodão (309 mil) e milho (247 mil), fora as áreas voltadas para a pecuária e outras culturas⁴⁶. Em 2022, São Desidério foi o 2º maior produtor de algodão do país, com 488,3 mil toneladas; e Formosa do Rio Preto o 3º maior produtor de soja, com 1,58 milhão de toneladas⁴⁷, ambos os municípios no TI Bacia do Rio Grande.

Essa realidade elevou o agronegócio à condição de representante simbólico da região. É a epifania do Oeste da Bahia. Tudo que fazia parte da história daquele lugar – a memória e todas as marcas identitárias da formação dos povos são-franciscano – ficou no *além*, no não-lugar, *habitat* dos encantados, dos desqualificados, dos esquecidos, dos desviados. No entanto, todo lugar reivindica uma ancestralidade, por mais que a modernidade queira negá-la, ignorá-la e desprezá-la. Ela pode até parecer não existir, mas existe, resiste, brota da encruzilhada e da resignificação.

⁴⁶ Dados do [Anuário da Região Oeste da Bahia 2021/2022](#), publicado pela Aiba (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia). Acessado em 10/10/2023.

⁴⁷ Dados da Agência IBGE Notícias, publicados na reportagem [“Em 2022, Sorriso \(MT\) manteve a liderança na produção agrícola”](#). Acessado em 10/10/2023.



criar

BARRIGUDA

Fiquei impressionado quando conheci o rio de Ondas, em Barreiras, poucos dias depois de me mudar para a cidade. Era um mundo de água que descia em bolos sobre as pedras espalhadas pelo corpo do rio. Lembrei das filas de latas d'água, dos socorros do caminhão pipa; do aguadeiro Sinézio com seu empertigado jumento a vender a minguada água dos lajedos da Pia; da seca em que germinei e vivi até os 16 anos no semiárido paraibano. O rio de Ondas me trouxe essas memórias, toquei em sua pele e senti a mesma alegria da época em que a demorada chuva nos visitava. A gente corria para a rua ou quintal se molhar e rolar com a água pelo chão. Pisava nas poças com força só para ver os salpicos pular, espetacularizando a relação afetiva de brincar com a água. Os pingos escorriam pelo rosto e encontravam a sede da garganta, a terra seca da goela rachada, mas com solo fértil. A chuva, para nós, era um milagre anunciado no Dia de São José. Nem que ela não viesse!

O rio de Ondas era um milagre perene, um filho em contínuo nascimento brotado das torneiras do Urucuia, das entranhas da terra. Ali era o sertão molhado, das várzeas, buritizais e veredas. Era o sertão cerratense dos pequizeiros, pitombeiras, umburanas; do colorido das caliandras, ipês, canelas-de-ema, canafístulas e juremas; dos lobos-guará, tatus, sofrês, sabiás, maritacas; o sertão das barrigudas, das deslumbrantes e imponentes barrigudas. Confesso que há algo nessa planta que me comove, me seduz e me intriga. Minha identificação com a barriguda é tanto que às vezes penso que nasci dela, como em um poema *Sumak Kawsai*⁴⁸.

Espetadas na paisagem do sertão são-franciscano, elas podem chegar a 30 metros de

⁴⁸ Sumak Kawsai é uma expressão dos Quechua e Aymara que nomeia o modo de estar na Terra, que “tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão” (Krenak, 2020, p. 6).

altura. Nos 15 anos de região, identifiquei dois tipos: a barriguda-lisa e a barriguda-de-espinho. Mas elas são chamadas indiferenciadamente de barrigudas, embora sejam distintas.

Com um acentuado alargamento na parte inferior do tronco, a barriguda-de-espinho é também chamada de paineira-rosa (*Ceiba speciosa*) e paineira-branca (*Ceiba glaziovii*) – esta é mais rara na região. No período de floração, entre dezembro e abril, as folhas caem e as flores miligram matizes de rosa. A fruta é do gosto das maritacas e tuins. Quando amadurece, entre agosto e setembro, ela estoura e lança no ar uma paina branca. Presas a essa paina, as sementes flutuam até encontrar o chão⁴⁹.

A barriguda-lisa (*Cavanillesia umbellata*) não apresenta barriga tão saliente quanto à barriguda-de-espinho. Geralmente, a circunferência alargada de seu tronco afunila à medida que sobe até a extremidade superior do tronco, de onde se espalham galhos tortuosos pendentes. Floresce entre agosto e setembro, e frutifica entre setembro e outubro, já completamente desfolhada. Até pouco tempo, o que eu considerava a flor da barriguda-lisa era, na verdade, o fruto. Rê foi quem me tirou desse equívoco de quase 15 anos. As flores, miúdas e discretas, são pouco perceptíveis entre as folhas em queda. As frutas são um tipo de sâmara que chamam atenção. Têm até cinco alas separadas por membranas que dão a aparência de uma circunferência com 15 cm de diâmetro em média. Essas alas funcionam como túneis de vento para facilitar o voo da fruta seca, quando esta se desprende do galho e sai em piruetas pelo ar arrastada por sopros invisíveis. Cada fruta carrega consigo até duas sementes, no meio da conexão das membranas. É assim que a barriguda-lisa, sob a permanente ameaça da extinção, tem resistido no sertão são-franciscana.

As barrigudas lisa e de espinho são parentas da baobá africana, árvore que simboliza a união do mundo transcendente ao imanente na cultura yorubá, “é uma figura de origem, é um signo do fundamento, do princípio de todas as coisas, elemento de conexão entre a multiplicidade dos ‘mundos’” (Eliade, 2010, p. 170-171). O que me faz supor que as barrigudas também guardam em si os mistérios dessa relação do material com o sobrenatural. Talvez seja isso que me seduz na barriguda, este ser grávido sempre prestes a parir, a milagrar vida em seu tronco ventricosos armazenador de água. Talvez por isso ela seja sagrada, inspiradora de mistérios e poéticas sertanejas, testemunha secular da ancestralidade, da criação e da ressignificação. Talvez por isso eu a reconheça como a representação simbólica

⁴⁹ As características biológicas do ciclo reprodutivo da paineira-rosa variam um pouco entre as literaturas pesquisadas. As informações presentes no texto, tanto da barriguda-de-espinho quanto da barriguda-lisa, foram retiradas do site [Árvores do bioma cerrado](#).

mais expressiva da cultura dessa região, dessas manifestações sagracionais que estão nesse lugar de conexão entre o manente e o imanente na multiplicidade dos *mundos* e que respiram resistência através da coletividade.

Imagem 27 – Dona Pulu



Descendente de tapuias, a rezadeira e benzedeira dona Pulu é referência no Jataí, comunidade rural de Canápolis

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Pulu

10 de dezembro de 2015.

No caminho para a casa de dona Pulu passamos por várias barrigudas. Parece que elas surgem do nada. De repente estão ali, imponentes, como um mistério que acaba de se revelar. As barrigudas esses seres encantados que nos levam para lugares distantes. Nunca fico no mesmo lugar quando estou diante de uma.

Enquanto viajávamos – eu, Renata Pinho e Hermes Novais –, éramos sequestrados pela paisagem do vale do Corrente. Dona Pulu era benzedeira, rezadeira e levantava o Altar

do Menino Deus há décadas. Ela morava no Jataí, comunidade rural de Canápolis. De Santa Maria da Vitória para lá são 34 quilômetros, dos quais 17 de uma estrada de terra precária (*ver Mapa 5*). Às margens, encontramos casas soltas, alguns aglomerados, um templo pentecostal, prédios abandonados que provavelmente um dia foram escolas, escolas novas abandonadas, encostas degradadas com solo rasgado por erosões e dois povoados com ruas calçadas, praça, escola, igreja católica e pequenos comércios: São Pedro, também chamado de Açudina, e Santo Antônio. O primeiro pertence ao município de Santa Maria da Vitória, e faz divisa com o outro, de Canápolis. O que separa ambos é o riacho Santo Antônio.

Já estava no meio da tarde quando chegamos à casa de dona Pulu, em um terreno inclinado que dá para um vale. O lugar é cercado pelo isolamento da vegetação que ora remete à caatinga, ora ao cerrado, como característico desse sertão são-franciscano. Essa estética bucólica me levou a lugares esquecidos de minha memória – nessa estética de lugar sem tempo, viveu minha avó e minha displicente infância.

Seu Camilo, companheiro de dona Pulu, nos recebeu sacudindo de alegria seu pequeno corpo. Devia medir um metro e meio, aproximadamente, o que explicou a altura das portas. Seus olhos miúdos e inquietos não escondiam a curiosidade. Dona Pulu estava para dentro, em seus cuidados cotidianos. Sentamos em bancos e tamboretas na sala retangular para esperá-la, enquanto Hermes prosava animado com seu Camilo. Logo, dona Pulu surgiu da porta que dava para a cozinha, surpresa com nossa visita. Ela devia ter a mesma altura de seu Camilo e, assim como ele, também era negra. Senti, em sua presença, outras presenças que extrapolavam a materialidade de seu corpo. É como se ela carregasse em si algo que os olhos não conseguem enxergar, mas que ativa a sensorialidade.

Depois de um breve cumprimento e algumas palavras, ela retornou por onde havia chegado. Pouco tempo depois, reapareceu. Mais expansiva, nos levou para a extensão da cozinha, onde uma mesa com café, requeijão e biscoito frito de tapioca nos aguardava.

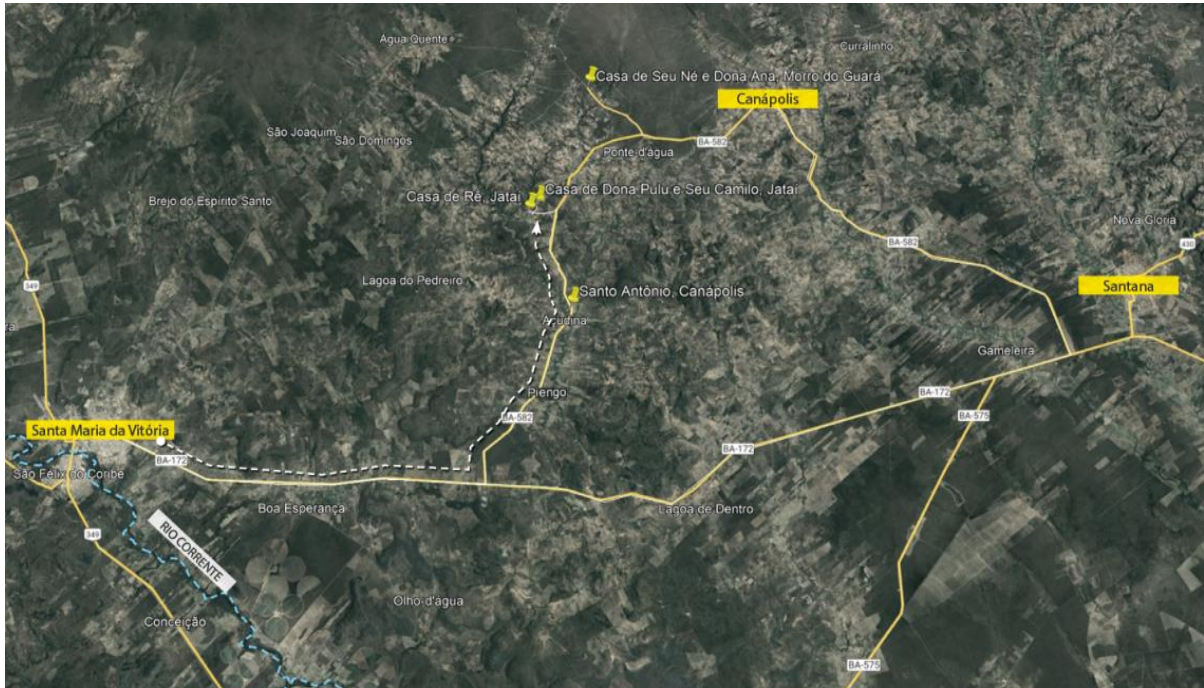
“Num é muito, mas acho que serve”, disse com generosa alegria.

Assim começou nossa conversa, em torno da mesa.

Pergunto se ela nasceu ali, no Jataí.

“Nasci, criei e tô aqui até hoje. Nunca morei nêto canto”.

Mapa 5 – Jataí e outras comunidades



Dos 34 quilômetros de Santa Maria da Vitória até o Jataí, comunidade de Canápolis, o trecho da BA-582 até a comunidade de Açudina, ao lado de Santo Antônio, foi asfaltado em 2023. Até então, em períodos de fortes chuvas as comunidades ficavam ilhadas.

Fonte: Google Earth com interferência gráfica minha

Dona Pulu foi o primeiro rebento de Sula (Ursulina) e José de Policarpo, irmão de Mariinha de Epifânio, avó de seu Limiro. Nascera no dia 23 de abril de 1948, registrada como Apolinária Barbosa do Rosário. Ela era pequena e seu irmão Pedro ainda estava nos panos quando José de Policarpo *fumaçou* no mundo. Os dois foram criados à sombra de Sula, que se desdobrava entre os trabalhos da roça e os cuidados maternos.

Historicamente, a região era habitada por tapuias. Eu já havia entrevistado um descendente de tapuia em Cotegipe, no TI Bacia do Rio Grande, e assim como dona Pulu e seu Camilo, ele tinha a mesma estatura, embora tivesse uma pele clara. Isso me levou a perguntar se dona Pulu sabia de alguma descendência indígena na família. Ela respondeu que por parte de sua mãe.

“Minha vó já era... neta, num sei o quê, era descendência de índio, esses povo assim... sei que era. O meu avô era pretin, pretin mermo, mas o cabelo chega era fofo, escorrido. Parecia mermo era... num sei cuma era! mas uma pele lisa que fazia prazer”.

Em outubro de 1969, aos 21 anos, dona Pulu casou-se com seu Camilo, sete meses mais nova que ele. Ela tivera quatro abortos e nove filhos: Argemiro, Malvina, José, Maria,

João, Osmar, Marilene, Maronita e Joaquim. Só Malvina, a mais velha entre as mulheres, morava ali perto dela, os demais filhos foram *pro mundo*.

Esse *mundo* para onde *os fio* de dona Pulu foram, não é o seu mundo. O seu mundo todinho é ali, naquele lugar. Aquela terra é seu corpo, nela ela está enraizada, nela estão os seus mortos e, entre eles, sua principal referência religiosa, sua avó materna, conhecida como a *véia* Joana do Jataí, plantada em abril de 1977. Com ela, dona Pulu aprendeu a benzer, rezar e levantar o altar:

Ela fez um voto de levantar esse altar dois ano. Aí quando completou os dois ano, a madinha dela, foi na casa dela, pediu ela pra durante vida ela tiver levantasse o Altar do Menino Deus. Quando ela faleceu, nenhum dos fi num quis – que tinha mais condição, sempre essas coisa só vai pá pobe, né? Aí pegou, deram o santo pá mãe. Aí ficô mãe levantano o altar. Aí mãe morreu, eu continuei até hoje. Agora, damanhã em diante, num sei. Só Deus sabe, né? E no meio de tudo da famia, forante os que morreu, ficou só eu, que prendi as oração da véia. Parece que era praticamente pra mim, mermo.

Tento compreender esse lugar sagrational de dona Pulu, lugar que não admite definições prévias, rótulos, etiquetas ou classificações. Renata pergunta se ela é católica, e a resposta é imediata: “Minha fia, eu num sei o quéqu’eusô”. Se convidada, explica ela, vai até para a *igreja de crente*, só não vai questioná-los nem acompanhá-los. “Então eu digo: eu num sei o quéqu’eusô. Num sei se sô católica... credito que sô. Num sei, Deus é quem sabe”. Mais a diante, ela aprofunda a dimensão desse lugar que ocupa:

Porque eu sô aqui sô de tudo. Eu sô da igreja, eu sô da medicina, eu sô de tudo que pensar. Contece que chega uma pessoa, nem todos credita... aqui já tem vindo pessoa com criança já quage morreno; mãe vem com fio nos braço chorano, chega aqui eu benzo, faço um conzido ali duma foia, dum negóço, Deus ajuda que na merma hora vai embora, sara.

A prática desses saberes ancestrais resiste na marginalidade da fé, nos subterfúrgios da devoção, nos enfretamentos contra o preconceito, discriminação, racismo e estruturas de poder de conhecimento hegemônico, universalista e arrogante. Dona Pulu desabafa:

Já ganhei nome de feitiçêra. Sô isso, sô aquilo, praquê, graças a Deus eu sô uma nega mas eu amo todo mundo. Todo mundo que chega tem aquela coisa comigo. Então muitos sente orgulho deu num sê uma ninguém. E com eles não é igualmente. Então diga q’eu sô feitiçêra por isso, por aquilo, praquê o povo gosta de mim. Eu nem tô. Num tô deveno ninguém, quero sabê é de Deus. Num tano prejudicano ninguém pra mim é o que basta.

Escuto dona Pulu com olhos assentados numa paisagem simbólica que desvela uma relação singular com o viver e com o conviver, com ouvidos perdidos no presente das ondas

sonoras de um tempo passado. Estava por escurecer. Precisávamos ir. A primeira conversa com dona Pulu terminava ali. Não foi muito, mas serviu. E como! Essa é a filosofia de dona Pulu: servir, servir ao outro e a si, provavelmente nessa ordem. Fiquei de retornar no dia 24 de dezembro, para registrar em audiovisual a montagem do Altar do Menino Deus, a decoração da sala, a reza e o samba.

Imagem 28 – Seu Limiro



Seu Limiro entre as máscaras que ele cria para a caretagem da malhação de Judas no Sábado de Aleluia.

Fonte: Cícero Félix, jun/2020

Limirão

“Ô Cilço, minino, tá tudo esplanetado”, comentou seu Limiro, alarmado com a pandemia da covid-19. E ele tinha razão, “tava tudo esplanetado”. Bastava ver a escalada diária de morte por todas as frestas do mundo, pelo Brasil, pela vizinhança. A pandemia varria o planeta: “tava tudo esplanetado”.

Conheci seu Limiro no dia 15 de março de 2016, através de Hermes. Suas mãos encouradas de calos eram o retrato do tempo acumulado e da lida com a terra, embora também fosse resultado da arte criativa de seu Limiro, que à época contava 75 anos de vida.

Aprendera a fazer máscaras – melhor: caretas! – ainda menino, com os mais velhos. Talvez tivesse uns seis anos, arrisca ele. A caretagem da malhação de Judas no Sábado de Aleluia era uma tradição antiga que envolvia Santo Antônio e São Pedro, comunidades rurais de Canápolis e Santa Maria da Vitória, respectivamente.

O salão ao lado de sua casa, de frente para a praça da igreja de Santo Antônio, era sua oficina e depósito do cultivo da roça, que ficava atrás da casa. Assim, o paiol de espigas de milho seco se misturava aos materiais que ele usava na confecção de suas caretas e bonecos articulados – eram tampas de garrafas pet, papelões, pedaços de isopor, arames, pedaços de pau, espuma, papéis de todo tipo, cordões, brinquedos quebrado, pedaços de panos... Aquilo que para muitos era lixo, milagrava seres fantásticos de suas mãos, criaturas mágicas de formas complexas. Ele costurava, remendava, colava, amarrava, juntava pedaços de papel em moldes de barro, pintava, cortava, rasgava... Ali, tinha somente o seu “digitório”.

Era um trabalho começava meses antes da caretagem que, naquele ano, ia acontecer em 26 de março. Era o período de parição artística de seu Limiro. Assim iam surgindo as caretas com bocas abertas e olhos arredondados, seres antropomórficos, boneca com cabeça de cabaça vestida com um alegre tecido de guarda-chuva, boneco com helicóptero de isopor sobre um capacete, montado em um cavalo; seres com sapatos para frente e para trás, um com mais de uma cabeça, outro com quatro orelhas, outro ainda com vários olhos e chifres de diversos tamanhos. Todos cheio de cores vivas de tinta óleo, pintados com pincéis improvisados com algodão e um pedacinho de pau.

“De que além emergiram aqueles seres?”, me perguntei.

Os seres encantados do imaginário de seu Limiro invadiam o imaginário de quem os via. Cada peça tinha uma personalidade própria, uma maneira de interagir com o mundo, quer seja através dos braços ou das expressões de espasmos com a boca arreganhada de um silêncio falador. Que escutasse quem quisesse. Era o espírito de seu Limiro multiplicado e ressignificado a partir do seu saber e da experiência estética com a transformação do viver. Ele não tinha compromisso com a imagem conformada, mas com o sonho. Sua natureza era da inconformação, isso era o seu real, materializado naquelas figuras singulares e coloridas.

“Eu faço pra demudá de uma coisa, pra não ficá parecido a merma coisa”, era a sua explicação. Ponto.

Sua sensibilidade artística e potência criativa não tinham limites nem regras. Era assim na sua cachola, no seu imaginário real, lugar do qual aqueles seres emergiam para brincar, como um ato de insurgência a rasurar e transgredir o normal, o real da conformação, da séria e

inerte burocracia cotidiana.

“O senhor é o artista de Santo Antônio”, disse.

“Faço apenas uma aparência aí...”, respondeu ele, meio encabulado.

“O senhor é um grande artista”, insisti.

“Muito obrigado pel’atenção e a consideração, a força que tá dando”.

“De onde o senhor tira ideia pra fazer esses bonecos?”, pergunto.

Ele levanta o dedo indicador da mão direita, olhando para as peças espalhadas pelo salão, e empurra a cabeça três vezes, a chacoalhar sua caixa de imaginário, sua cachola parideira e teimosa que não descansa de botar aquelas criaturas no mundo.

“Foi só eu sozinho. Aí num tem nenhum digitório de uma pessoa a não ser eu”, disse, não em tom de reclamação, mas de orgulho. Ele se sentia aprazerado em produzir aquelas figuras para o cortejo da caretagem – sabe Deus o que ele sentia vendo aquele povo embriagado a dançar, brincar e sorrir. A caretagem era uma manifestação extracotidiana, espetacular, especial para toda a comunidade. Ali estava o contentamento, a satisfação de seu Limiro.

“Minino, deixa eu contá a história. Eu, pra mim, quem faz essa brincadeira não é eu não. É todo mundo. Pra mim é todos vocês que chega e vão fazê isso por que é muito interessante, né?”. Depois, continuou: “Nesse trabalho meu, pr’acreditar tem gente de todo o tipo. Na Barriguda tem muito crente... mas na hora do meu trabalho... vem esse pessoal todo. Vem crente, vem católico. Crente me ajuda, católico me ajuda. Aí a gente faz uma farofazinha, só pra brincadeira mermo. A gente faz isso porque a gente acha bonito, pra num ficar parado o tempo todo”.

Retornei para Santo Antônio no dia 26, para fotografar e filmar a brincadeira. A festa começou na madrugada, com os foliões batucando pelas ruas da comunidade, anunciando a festa. Por volta das 6h da manhã, depois de distribuídas as caretas e suspensos os bonecos nos ombros de alguns brincadores, o cortejo saiu em direção à comunidade São Pedro, do outro lado do riacho. Na frente, um brincador mascarado, com chocalhos amarrados na cintura, carregando Judas nos braços, motivo de chacota e escárnio pelo caminho. Bonecos e caretas se misturam ao público, que segue o cortejo ao compasso dos tambores, triângulo, flautas, reco-reco e pandeiro dos foliões. São mulheres, homens, crianças, jovens e adultos, de variadas gerações. Seu Limiro está entre eles, entre todas, entre todos, entre os felizes e os embriagados. A brincadeira não tem hierarquia ou gênero, é fluída. O universo fantástico do imaginário de seu Limiro é real, e ele festeja com foguetório, festeja o estar juntos, o viver

coletivo se espetacularizando para a vida... para a vida encourada de calos.

Depois de circular pela rua principal da comunidade São Pedro, o cortejo retorna para o ponto de saída, na frente do salão de seu Limiro. Em um sítio cenográfico montado por ele na rua, Judas é pendurado. Logo a brincadeira terminará. As crianças aguardam ansiosas. Logo, seu Limiro dá o sinal e as crianças voam para cima de Judas, que é espedaçado, esquartejado. Elas gritam e batem no boneco, que aos poucos se desfaz em pedaços espalhados pela praça. A brincadeira suscita a representação do desejo de vingança contra Judas Iscariotes, pela traição a Jesus Cristo, narrada na Bíblia por Mateus (26: 1-5, 14-16) e Lucas (6: 13-16). No entanto, para além disso, a caretagem é um ritual festivo que interrompe a rotina diária para celebrar a coletividade, o pertencer aquele lugar.

“Quando termina, qual a sensação, seu Limiro?”, pergunto.

“Nóis come farofa, nóis toma um cafezin, nóis toma um refrigerante. Então, aquilo pra mim é a maior alegria do mundo. Se eu por acaso morrer e achar pelo menos uma pessoa que interesse por esse lugarzin nosso aqui, pra mim é o maior prazer da vida. Eu morro satisfeito. Por que eu nasci aqui e tô esse tanto de ano. Pra mim, meu prazer é viver aqui...”.

Um mês depois, publiquei a reportagem “Faço apenas uma aparência aí”, na edição 32 da revista A (Sousa, 2016, ed. 32, p. 24-26). Como não pude entregar a publicação em mãos, consegui alguém para levá-la até ele. A partir daí, nos tornamos grandes amigos. E ele passou a nos visitar – a mim e ao professor e Jairo Rodrigues –, em Santa Maria da Vitória, nas manhãs de sábado. Com essa aproximação, descobri que naquele homenzarrão septuagenário chamado de Limirão por alguns, alto, com olhos e bochechas afundadas, articulador da caretagem de Santo Antônio, havia um caboclo da terra e das matas, de sabedorias ancestrais. Ele e a natureza eram indivisíveis. Conhecia bem das propriedades das plantas, das que davam no vale do Corrente e das que davam nos *gerais*. Seu Limiro não lia nas letras, é verdade, razão pela qual lamentava vez por outra. Ele não se conformava em não ter aprendido a ler. Mas ele lia no movimento das nuvens, dos ventos, da lua e no comportamento dos viventes da terra.

Filho de Albana Alves de Souza e Miguel Vieira de Farias, foi batizado como Almir Vieira de Farias. Nascera em 28 de agosto de 1940. Seguindo a tradição dos antigos, sua mãe plantou seu umbigo ao pé da porteira do curral. Ali estava selada sua relação indivisível com a natureza. Ela era benzedeira, sabia das coisas. Uma vez, chegou a sua casa uma mãe com uma criança “quage morta, com as mosca no zói sem ela piscá e saiu boazinha”, contou seu Limiro. Imaginei a paisagem da criança desfalecida, com os olhos inanimados, e a força da

reza e do sobrenatural cura da criança. Tudo aquilo residia nos ministérios das ciências tradicionais das culturas ancestrais afro-indígenas, cujos saberes haviam sido forjados nas experiências com os encantados, os invisíveis, com os antigos, as plantas, os céus, os ventos, as águas, a terra e os animais.

Em dezembro de 2021, assistia a *live* “Cartografias para adiar o fim do mundo”⁵⁰, com Ailton Krenak e Muniz Sodré, da Festa Literária Internacional de Paraty. Em dado momento, Sodré argumentou que o vírus da covid-19 era uma resposta ao processo de domesticação da Terra, que precisávamos aprender com as folhas, as árvores, a inteligência do natural, das florestas e das matas, e que esse conhecimento não era particular e nem regional, como queriam os filósofos muito abstratos:

“Há saberes que não precisam ser necessariamente cosmológicos – que está no povo, que está na interioridade, na proximidade com a mata, na proximidade com a simplicidade da floresta, que é universal. O que quero dizer com isso? Que o universal não é uma categoria filosófica abstrata, ela só é abstrata quando está separada do corpo. Porque no universal concreto, você aprende o tempo inteiro com o outro e com o seu entorno, com o outro e com a mata”.

Ele explicou ainda que para os melanésios não há separação ontológica entre a árvore e o corpo humano, e quando nasce uma criança o cordão umbilical é amarrado a uma planta que vai brotar, para quando a planta madurar esteja maduro também o corpo da criança. Essa prática dos melanésios, disse ele, não era muito diferente de onde ele havia nascido, em São Gonçalo dos Campos, na região metropolitana de Feira de Santana (BA). Isso era um exemplo do universal concreto.

Krenak complementou a fala de Sodré contando que o nascimento de uma criança Kuna, das ilhas de Kuna Yala, no Panamá, implicava “na identificação daquele corpo que chega com uma árvore”, e continuou:

Assim como os Kanak relacionam o umbigo com uma planta, todos os bosques de Kuna Yala são pessoas, têm nome, porque coincidem com o nome da menina e do menino que nasceram. Então é maravilhoso, porque essa transição, esse trânsito entre esse corpo e a planta – pode ser uma bananeira, uma árvore que vai ficar 200 anos –, não importa a duração daquela planta, daquela árvore, daquela espécie. O que importa é que o umbigo é enterrado no ato de plantar, de fazer aquela planta. E a criança e a planta têm um espírito em comum, compartilham um espírito comum.

Fiquei imaginando como essa cosmovisão indígena se relacionava com os antigos de

⁵⁰ Live da mesa 19: [Cartografias para adiar o fim do mundo, com Ailton Krenak e Muniz Sodré](#), e mediada por Vagner Amaro. Acessado em 5/12/2021.

seu Limiro, que plantavam o umbigo na porteira do curral, e com os antigos de minha vó, que plantavam umbigo na encruzilhada. Uma coisa é certa: essas práticas têm em comum o ato de plantar, um gesto ancestral que remete ao ciclo da vida, à ligação do ser humano com a *Pachamama*⁵¹.

A sua avó, Mariinha de Epifânio, mãe da sua mãe Albana, era filha de uma indígena *pega no dente de cachorro* – é comum na região alguém ter na família uma parenta distante capturada desta maneira. Do pai Miguel, seu Limiro não tinha lembrança. Havia *fumaçado* para o Goiás quando ele tinha apenas oito meses. Seu avô, pai de seu pai, um paraguaio chamado Gine Cabôco, sua avó e os outros membros da família paterna também tomaram o rumo de Goiás. Era isso que ele sabia de seu pai, e que, quando ele *fumaçou*, deixou também para trás as suas irmãs pequenas Mira e Detinha. Albana, ou Libana, como era chamada, nascera em 5 de setembro de 1917 e deveria ter entre 14 e 15 anos quando engravidara pela primeira vez de Miguel.

Sempre que era possível, gravava as conversas com seu Limiro quando ele nos visitava aos sábados. Não era fácil conjugar o tempo de sua vida e decodificar sua linguagem. Fica ruminando a sua fala por dias, meses. Eu e Rodrigues mergulhávamos naquele mundo, naqueles saberes, naquelas narrativas que compunham uma contextualidade social e histórica que por vezes parecia irreal. Por outro lado, seu Limiro se sentia *aprazorado* com aqueles encontros, em compartilhar sua trajetória de vida, seus saberes. É claro que tudo aquilo era só um recorte que ele fazia. Ele sabia escolher o que contar e como contar.

Entre 2017 e 2018, praticamente deixei de circular pelo território. Um problema que eu tinha no quadril se agravou e passei a me dedicar exclusivamente às atividades docentes e administrativas da universidade. Foi nesse período que seu Limiro começou a nos visitar com frequência. Era sempre uma alegria recebê-lo e servir um café fresco com tapioca, queijo, pães e ovos.

No segundo semestre de 2019 me afastei da universidade para tratar da saúde. No início de 2020, veio a pandemia da covid-19 e eu, que já estava recluso, em recuperação da segunda cirurgia, fiquei ainda mais isolado. Só conversava com seu Limiro por celular, e só tinha notícias de dona Pulu através de Hermes. Em junho, ingressei no doutorado da UnB. Em meados de 2021, já vacinado, na companhia de seu Limiro e Jairo Rodrigues – também vacinados –, voltei a viajar pelo território. Foi nessa época que ele passou a me visitar com

⁵¹ Para os Quechua e Aymara, povos antigos da cordilheira dos Andes, *Pachamama* significa “Mãe Terra, coração da Terra (Krenak, 2020, p. 6)

frequência e me disse que tudo estava *esplanetado*.

Conversávamos tanto sobre a minha pesquisa, minhas hipóteses e metodologias, que ele acabou internalizando o espírito de pesquisador e jornalista investigativo, e começou a fazer questionamentos, sugerir pessoas para conversar e participar das entrevistas. Em uma de suas visitas do sábado, ele me disse: “Cilço, eu tive com Hermes na casa da sogra de Malvina. Oh! ô véinha de cabeça boa. Cê tem que proseá com ela”.

Imagem 29 – Dona Isabel



A nonagenária dona Isabel é uma reserva da cultura do povo da região.

Fonte: Cícero Félix, mai/2022

Bezinha

“Dona Isabel, a senhora contô a história pra nós aqui um dia, a senhora tinha era tia ou era avó da senhora que era indescendência de tapui?”, perguntou seu Limiro na primeira vez que a visitamos, em maio de 2022.

Ela estava sentada em um sofá coberto por um tecido vinho, com uma toca vermelha. Um cobertor marrom estampado de flores cobria-lhes as pernas do miúdo corpo dentro de um vestido amarelo de mangas curtas e botões no colo. Sobre o sofá, um isqueiro – ela fumava desde os dez anos – e um relógio. Já não tinha mais a força do corpo de quando moça, mas a memória estava ativa e ágil, apesar dos 90 anos.

“Bisavó, era avó de padim. Só tinha um peitin. Criô os fii tudo num peito”, respondeu

ela, e continuou:

Esse pai de padim Domingo saía caçando lá pro gerais e deu cum as barraca deles. Qu'ele olhô viu aquela moça bonita, morena, do cabelão bateno aqui, ele disse: “Aquela eu carrego. Carrego!”. Foi lá, levou um pedaço de fumo, um pouquim de cachaça numa garrafinha – porque disse que era cumquê pegava eles, qué doido móde cumê cachaça. Ele foi, deu ela lá, e queria passá o braço dela e ela botou ele postafora, correu por dento dos gerais. Os pais tava nos gerais caçando mele de abêia, tatu pa cumê sem sal. “Daí agora, ah Minha nossa Senhora! mas eu sei: amanhã eu vô e levo meus cachorro. Eu peg'ela...”. E foi mermo, moço! E agora que chegou lá – só tava ela na barraca, os pais saía pa caça coisa p'eles cumê – butou os cachorro nela, e esses cachorro emendou. Chegou lá diante derrubô ela, cobriu em cima, tirou suas roupa, já tinha mordido um peito dela, e agora perdeu o peito.

Até então, desde a primeira vez que ouvi a expressão *pega no dente de cachorro*, nunca havia visualizado aquela cena. Certa vez, Hermes me explicou que as mulheres pegas no dente de cachorro eram tapuias “achadas” pelos vaqueiros nas campeadas. Provavelmente os homens haviam sido escravizados ou mortos pelos brancos. Elas viviam intocadas nas matas, assustadas, muitas delas com crianças, até dar de cara com os vaqueiros e seus cachorros. A cena descrita por dona Isabel amplia essa explicação de Hermes e acrescenta à cena a estética da crua violência colonial da desumanização, caça e apresamento dos povos originários.

Que idade teria aquela moça capturada por Pêdo, o bisavô de dona Isabel? Que idade teria a bisavó de seu Limiro e a de dona Pulu, quando também foram capturadas no *dente de cachorro*, amansadas e domesticadas? Adolescentes, crianças? Seu Limiro se recorda que quando criança assistira a um casamento de uma menina de 11 anos. Ela entrara na capela de Santo Antônio com uma boneca à mão, como se não quisesse se apartar da inocência, da experiência infantil do seu mundo que, de repente, girava sem o riso frouxo das bundacanas. Eram imagens comoventes, dolorosas, dilacerantes.

Dona Isabel nascera na comunidade Piengo (Santa Maria da Vitória), em 1932, mas não conheceu a bisavó tapuia, que deve ter nascido por volta de 1878⁵². Sabia dessa história sobre sua bisavó através de seu *padim* Domingos, casado com sua tia Luiza. Fora criada por eles. Sua mãe, irmã de Luzia, morrera quando ela tinha sete anos. Tinha 30 anos quando se casou com Justino, mais velho que ela 27 anos. Tiveram três filhos, dos quais conheci Osvaldo, marido de Malvina, e Adão, o primogênito.

⁵² Essa data é estimada considerando o intervalo de gerações de 18 anos, do nascimento de dona Isabel, em 1932, para trás. Assim, sua mãe deve ter nascido em 1914, sua avó em 1896 e sua bisavó em 1878.

Ela se lembra de quando era moça, e essa memória lhe traz um reencontro com o riso e os festejos da vida. Tinha a consciência da decrepitude da velhice, do seu corpo em ruínas, mas a lembrança da mocidade naquele sertão de vales e veredas trazia para seu espírito o vigor da terra sertaneja molhada pela chuva.

“E nós também quando era novo era bonito. Vei ficar fei depois que ficou véi”, diz ela para seu Limiro, como a zombar das limitações da idade.

Pergunto se ela conheceu a *véia* Joana do Jataí.

“Conheci demais, a *véia* Joana do Jataí. Inda fui pu velório dela quando ela morreu”.

A memória de dona Isabel se dilata. A *véia* Joana invoca um tempo *aprazerado*, guardado no engilhado da pele, nas dobras das experiências, nas represas de sua vivência. Conta ela:

Tinha uma sobrinha dela que morava lá perto de mim. Queu num morava era aqui não, morava pu ôto lado do Barrêro Grande, pruculá. Essa sobrinha dela dizia: “Ei, Belinha, ramo dá uma passeada na casa de tia Rana”. Chamava ela assim [Ri]. Lá, chegava lá nós passava o dia e armoçava. Vinha embora à tardinha. Ôh, como mas eu gostava da *véia* Joana do Jataí.

Seu Limiro emenda: “Mas aqui nessa região era todo mundo. Nós trabaiano no Barrêro do Cercado, nós vinha buscá leite todo dia pa toma o café de menã cedo quela dava pa nós”. Dona Isabel continuou:

Era boa, menino. Ô véinha boa, menino. Nós, nesse tempo nós morava aqui presses Gato, e ela moía [cana-de-açúcar] todo ano, nera? Aí agora ela dizia: “Meninas! (era eu mar Maria, minha irmã): “Cêis num tem vontade di cumê um melezinho não?”. Nós disse: “Tem, nós num come puquê nós num acha”. Aí ela disse: “Pornão, minhas fia. Quando cêis dé a vontade di cumê um melesinho, pode vim, taga uma vasiinha peu enchê de mele pá ocêis indoçá a boca. Ah véinha boa, faturenta!”

“A senhora lembra quantos anos a *véia* Joana tinha quando morreu”, pergunto. Explico que consultei o cartório de registro civil de Canápolis e lá consta que o óbito de Joana Barbosa do Rosário ocorreu no dia 18 de abril de 1977, e que ela tinha 69 anos. Ou seja: ela teria nascido em 1908. No entanto, se Sula (Ursulina), mãe de dona Pulu, nascera em 26 de fevereiro de 1923, a *véia* Joana deveria ter 15 anos na época. Logo, se a *véia* Joana teve seis crianças – Bastião (Sebastião), Maria do Véi Luiz, Preta (Alexandrina), Déa (Macionila), Sula (Ursulina) e Ambrosinha (Ambrósia) –, e quatro delas nasceram antes de Sula, que idade teria ela quando pariu a primeira vez? 12 anos?

Adão, que escutava a conversa, interveio: “Tá errada essa data da *véia*. Pai, que nasceu em 15 de outubro de 1905, era mais novo que ela. Nénão, mãe?”. Dona Isabel confirma, e

lembra até que o marido Justino brincava com ela: “Êh, véia Joana. Cê reza pá Deus lhe renová puque ocê tá ficano véia”. Considerando todas essas informações, Adão arrisca: “Ela nasceu de 1900 pra trás, tenho certeza!”.

Mocinha, dona Isabel ajudava a levantar e rezar a lapinha da madrinha Luzia, que preparava *uns frangão* para a noite do nascimento de Jesus. “Esse tempo aí, nós num ia pa casa da véia Joana não puquê tinha em casa”, conta ela, que não explicou quando começou a frequentar o altar da *véia* Joana. No entanto, considerando a hipótese de que dona Isabel tivesse entre 15 e 20 anos nessa época, é possível afirmar que a *véia* Joana do Jataí já levantava o Altar do Menino Deus na década de 1940.

“Lá manhecia o dia, né dona Isabel? “Mas era uma festona. O pessoal dali de Santo Antôe, ficava pouca pessoa sem vim. Daqui desse Baixão Verde, daqui da Umbaúba, desses lado aqui. Era gente...”.

Dona Isabel começa a cantar uma chula da época: “Muié pequena amarela/ Muié de má condição/ A muié deu no marido/ Com o pau de mexê sabão/ Mas a pequena pancada que deu/ Arrumou o bitelo no chão/ Quando o bitelo caía, mais o bitelo gemia”. Risos. Ela se empolga com a vivacidade da memória e canta outra: “Homi com raiva num come/ Muié ciumenta num drome/ E o carin da muié/ é que mata o homi”. Risos.

“Mas era engraçado, aí...”, diz dona Isabel num suspiro, contemplando a paisagem sonora daquele tempo, sentindo o perfume daquele tempo, as árvores daquele tempo, as pessoas daquele tempo...

“O dia mermo dessa lapinha dela [entre 24 e 25 de dezembro] era uma fritandada de carne de porco, oh! mais era gostosa, ave Maria! Chega a boca enche d’água”, conta ela, que foi proibida de comer suíno se “queresse vivê mais uns ano”. Na lembrança, pelo menos, ela podia abusar da comida e do samba na casa da *farturenta véia* Joana. “Eita samba bom! Era festa, moço!”, disse revestindo a frase de um tom nostálgico que lhe trazia de volta o tempo passado, um tempo que era tão presente que ela sentia no seu corpo de 90 anos a vida de uma moça de 15, 20, 25 anos.

Imagem 30 – Seu Camilo



Companheiro de dona Pulu, seu Camilo faz a única participação masculina na reza do Altar do Menino Deus.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Camilin

“Quando minha mãe morreu era pequenin assim, fui criado hoje aqui, menã colá, quinem cachorro sem dono, no mei do mundo; praqui, prali, pracolá. E ôta coisa: mas nunca dei esse braço a torcê a ninguém”, contou seu Camilo em uma conversa que tivemos em 2022. Assim como o pai, ele também era *andêis*, não ficava num canto nem *nôto*. Era um rapazote com cerca de 20 anos quando conheceu a *véia* Joana, pouco tempo depois de retornar de Goiás, para onde muitos jovens da região iam a busca de outro mundo. Tinha finalizado de moer um partido de cana-de-açúcar da *véia* Josina, mãe de uma irmã sua, quando recebeu o convite da *véia* Joana: “Camilo, cê qué ajudá nós muê esses pé de cana aqui?”.

Seu Camilo lembrou que ela era *dizedêra* e ficou refletindo sobre o que responder, porque ele também era *dizedô* e num queria confusão.

“Bom, eu vô ajudá a senhora. Só que desaforo de ninguém eu nunca comi não, e não como. Se a senhora querê... Puque se a senhora tivé uma coisa, a senhora senti uma coisa de mim, num manda recado não, a senhora venha a minha pessoa”, disse ele encarando a *véia* Joana.

“Aaah assim tá bom queu também sô! Eu num gosto quando uma pessoa fala de mim por trás, tem que falá na presença”, respondeu ela entre aborrecida e satisfeita.

“Ôpa! Então deu certo”, acordou seu Camilo.

“A *véia* Joana era uma muié de teres”, me disse certa vez seu Limiro, e Camilin confirmou: “Ela tinha uma condiçãozinha e era procurada de todo mundo. Dênto daquele São Pêdo ali, oh, ela ia lá compava fiado, trazia; madinha Sula ia, compava fiado, trazia; todo mundo, do lado da *véia* Joana era creditado”.

Quando seu Camilo conheceu a *véia* Joana, ela vivia com Severo (Severiano). Não conseguira viver com Zé Pretin, seu primeiro marido. “Ele era muito chei de novela ruim e batia nela. (...) Ela tinha razão de caçá ôto mermo. E ela arranjô: o véi Severo. Foi onde arranjô aquele terreno lá do Jataí”, contou seu Camilo.

Os *teres* da *véia* Joana não eram muitos, mas eram significativos. Ela tinha um pequeno engenho de cana-de-açúcar, no qual fazia rapadura, e umas criações que rendiam leite, ovos e mistura para as refeições. Ela nunca tinha tão pouco que não pudesse ajudar alguém com seus *teres*, mesmo que seu temperamento às vezes suscitasse receios. Seu Camilo era testemunho disso: “madinha era positiva, que mais ali num tinha ôta não”. Ela nascera de uma indígena *pega no dente de cachorro* e se tornara considerada benzedeira e rezadeira no território. Herdara dos seus ancestrais saberes sobre a cura do corpo, os fenômenos da natureza, as quadras da lua, os poderes das plantas e a força da terra. Entre esses saberes, muitos de origem afro-indígenas, ela carregava também resíduos do devocionário colonial português. Dessa mescla de saberes, misturados às experiências de vida da *véia* Joana, nasceu o fundamento sagrational da tradição do Altar do Menino Deus, na família Barbosa do Rosário.

Imagem 31 – Véia Joana e as filhas



Joana do Jataí, ao centro, ladeada pelas filhas Preta (E) e Macionila (D). Dona Joana é a fundadora do Altar do Menino Deus na família Barbosa do Rosário e avó de dona Pulu.

Fonte: Acervo de seu Camilo

Naquele dia em que conversei com seu Camilo, ele me fez uma surpresa: mostrou-me a única foto que tinha da *véia* Joana (*Imagem 31*). Até então, apesar de repetidos esforços, não

conseguia imaginar como ela era fisicamente. De repente, estava diante dela, naquele papel envelhecido, carcomido, desbotado. Ela estava entre suas duas filhas, Preta e Déa. A foto fora tirada em um ambiente interno – as sombras denunciam o uso de *flash*. Há um candeeiro na parede pintada de azul e branco, por trás de Preta, à esquerda. Elas pisam um ladrilho de barro já gasto, com cantos vermelhos ainda conservados. As três estão de vestido: o de Preta, talvez seja uma bege; o da *véia* Joana é escuro, talvez seja preto, talvez ela esteja de luto, não sei; o de Déa é um vestido azul com detalhes brancos. Estariam elas em que lugar? Que momento era aquele? Em que tempo? Em que quadra de lua? Seu Camilo não lembra, não sabe. Olho para elas naquele enquadramento meio desconfortável e tenho a impressão de que elas é que estão me fitando. Preta com um olhar curioso, investigativo, e a *véia* Joana incisiva, direta, profunda. Déa tem nos olhos a contemplação reflexiva de quem perscruta o que ver sem muito interesse. Ali, eram mãe e filhas, mas se pareciam irmãs. Tinham a mesma estatura de seu Camilo, dona Pulu e seus rebentos: mediam em média 1,5 metro. Seria essa característica uma herança genética dos tapuias? O que de tapuia havia naqueles corpos femininos negros? Não sei de Preta, de Déa, mas me parece não haver dúvidas de que a *véia* Joana, efetivamente, constituiu a representação simbólica de uma época através de seu modo de se relacionar com o outro, de compartilhar seus *teres* materiais e imateriais, de realizar sua espetacular manifestação sagrational: o Altar do Menino Deus. Aliás, esse evento, era um presente que cada um se dava através da *véia* Joana. Ela era a promotora, a *chefa*, mais o altar era de todos, feito por e para todos. Aliás, quem melhor define o aspecto relacional da realização dessa manifestação espetacular é dona Pulu: “É felicidade pa mim e pa todos”.

Dona Filismina, rezadeira e comadre de dona Pulu, que conheci em 2015, era menina quando começou a frequentar o altar da *véia* Joana. Ali, com *usôto*, aprendera a rezar. Já tinha mais de 80 anos, e continuava a rezar. Para explicar o quanto aquele movimento era significativo, ela conta uma façanha de Zé de Manezin e seus foliões, da comunidade de Santo Antônio. Era noite do dia 24 para 25 de dezembro, início dos festejos do altar. Chovia muito, os sete quilômetros de estrada até o Jataí era um aguaceiro só, com muito barro e lama. Mesmo assim, eles *rompero o mundo* com destino a casa da *véia* Joana. Lembra dona Filismina: “Esses homi chegava da rua, a chuva chaveno, o melêro na estrada – ele saia mais os folião na lama! E vinha e chegava e cantava lapinha e tudo, aquele movimentão. E nós escutano eles sambano. Era animado, viu? Animado, animado mermo...”.

Certa vez, enquanto aguardava seu Limiro, fiquei a conversar com dona Honorina, sua companheira. Ela era de 1946, e também tinha desfrutado do altar da *véia* Joana,

acontecimento que despertava o Jataí de seu silêncio rural e rotina discreta, e o fazia transbordar de espetacularidade, de saberes sagracionais ancestrais, que também eram saberes de estar juntos.

“Ela era bem moreninha. Era uma veinha boa, viu? Ela fazia lapinha, era um samba a noite todinha, até amanhecê o dia. Era bom demais lá! A gente ia pa lá, amanhecia o dia lá na casa dela... e o povo sambano”.

“Era bom pra namorar?”, pergunto.

“Era!”, responde ela com uma gaitada. “Era bom demais, tá doido... Ôh moço, eu fico assim pensano, mas tudo se acaba, né? Mas a gente já viveu esse tempo, né? Já gozou também, né? Num fica novo toda a vida, e nem vivo toda a vida. Tem os tempo que Deus marcou”.

Imagem 32 – Dos tempos da *véia* Joana



*Dona Filismina, tia de Rê, e sua parenta dona Honorina, companheira de seu Limiro, desfrutaram dos saudosos tempos do altar da *véia* Joana.*

Fonte: Cícero Félix fev/2015 e set/2023

Antes de prosseguir, é necessário fazer um esclarecimento conceitual. Em diversos momentos de conversas com as pessoas da comunidade, as palavras “lapinha” e “altar” são usadas para se referirem ao mesmo fenômeno, a mesma manifestação sagrational, como se fossem sinônimos. Isso me deixou confuso. Até então, para mim, cada uma tinha estética própria. A lapinha era montada no chão e, o altar, sobre uma mesa. Seu Camilo explicou:

Assim, no caso da dindinha Joana era o seguinte: ela fazia o altar do Menino Deus. E no caso da lapinha, se fazia a lapinha aqui no chão, numa comparação, num cantim assim da parede, assim oh. Ali já é a lapinha do menino de Deus também. Mas tem o altar e a lapinha, puque uns fala presépio. Um dia mermo veio um cara de Minas e que chamou a lapinha de presépio, q’ela num gostou não. Dindinha Joana disse: “Não, aqui num tem presépio, aqui é o Altar do Menino Deus”.

Com essa explicação, compreendi então que as palavras “lapinha” e “altar”, naquelas falas, não tinham compromisso com o conceito. Como diz seu Camilo: “A conformação é diferente, mas a intenção é a merma”.

O ALTAR DO MENINO DEUS

24 de dezembro de 2015.

Dia de levantar o Altar do Menino Deus.

Não o altar da *véia* Joana, mas o altar de dona Pulu. É claro que a *véia* Joana está em todo o altar de dona Pulu, mas aquele não era o altar dela. O dela se encerrou em 1977, ano em que foi plantada no cemitério de Umbaúba. Logo, aquele Altar do Menino Deus de dona Pulu era uma manifestação sagracional atravessada por várias décadas de experiências e se afirmava ali, naquele dezembro de 2015, como um fenômeno espetacular da cena contemporânea rural.

O altar de dona Pulu, a exemplo do de sua avó, tirava o Jataí de sua normalidade cotidiana, transgredia a preguiçosa paisagem sonora da roça com a estética dramática das rezas, dos sambas e dos afetos compartilhados. Ali, uma fenda se abria no tempo para a celebração coletiva da *poíesis* da fé. Era dia de pedir e agradecer, do encontro, reencontro e desencontro; dia do acerto com sua devoção e dia de atualizar a memória dos saberes sagracionais dos antigos.

O ritual começa com a montagem do altar e decoração da sala, na manhã do dia 24 de dezembro. Nesse dia, há dois momentos de reza, o canto da *lapinha* e o samba de reis que rompe a madrugada. Explica dona Pulu:

Umás oito hora, na hora que o povo reúne, né? assim as rezadeira chega. Aí agora cumeça a rezá. Aí reza o têço, canta os bendito. Aí agora, bebê café, prosá. A hora que dissé assim “dá onze hora!”, vamo começá a rezá o ofiço. Aí reza o ofiço, a ladainha, o bendito. Terminô, vamo samba, cantá a lapinha e tudo...

A partir do dia seguinte, as rezadeiras voltam a se reunir ao redor do altar para rezar o

Terço. Assim, acontece toda noite até o dia 5 de janeiro. Nesse período, aos sábados elas rezam também o Ofício da Imaculada Conceição da Virgem Maria. No último dia do ritual, 6 de janeiro, Dia de Reis, a reza acontece ao meio-dia, após o canto de encerramento dos mesmos foliões que reverenciaram o Menino Deus na noite de seu nascimento.

Enfeito

Chegamos cedo⁵³ à casa de dona Pulu e seu Camilo, no Jataí. Havia cheiro e som de festa, de preparação para a epifania, para a celebração do rito inicial dos festejos ao Menino Deus. Configuramos os equipamentos para registrar as imagens e som de todo o movimento, e ficamos no lugar de expectador, a acompanhar a experiência da montagem do altar e da decoração da sala.

Há várias pessoas envolvidas nos preparativos, entre parentes e vizinhos, crianças e adultos. Os homens, sob o comando de seu Camilo, vão ao mato pegar folhas de bananeira, cana-de-açúcar, coqueiro e o que mais acharem convenientes de *verdura de pranta* para montar o altar. Algumas mulheres cuidam da comida, outras dos objetos que vão compor o altar. Dona Pulu está em todos os lugares: orienta, corre de um lado para o outro, mexe na panela, vai ao quarto, volta à cozinha, ri, reclama, suspira, seca o suor, diz algo aqui, sai acolá...

Dona Pulu parece onipresente, parece a própria *véia* Joana em corpo, espírito e comportamento.

Em pouco tempo, os homens retornam com um feixe de folhas e baldes de manga verde com talos. Velhas caixas com adereços e baús são tiradas de um quarto e colocadas à sala. Adultos e crianças se misturam em uma relação de afetos que repete as experiências de dona Pulu com sua avó. O burburinho emana de todos os espaços: corre o terreiro, alpendre, cozinha e explode na sala, onde o altar começa a ser montado a um canto.

As folhas, colocadas em dois galões brancos nas laterais de uma pequena mesa, se encontram no alto formando um arco e o teto do altar. Da mesa desce uma toalha branca que cobre o baú colocado à frente. As imagens do Sagrado Coração de Maria, Nossa Senhora Aparecida e a Virgem Maria são coadjuvantes do Menino Deus ao centro, dentro de um pequeno quadro amarelado e de moldura gasta que pertenceu a *véia* Joana. Aliás, quase tudo ali era da *pertença* dela, inclusive o oratório onde o quadro do Menino Deus foi colocado. Na

⁵³ Eu, Renata Pinho e Paula Isabela, estudante do curso de Publicidade e Propaganda que foi nos ajudar a filmar o altar.

imagem, Ele está deitado em uma manjedoura de madeira forrada de capim, rodeado por cinco crianças que, assim como Ele, são loiras, e dois carneiros. No rodapé, a inscrição “Jesús-Menino – Contemplando-Te assim, na tenra infância, sinto meu coração mais se aproximar de Ti”. Ele parece conversar com as crianças, gesticulando com a mão esquerda. Talvez esteja a falar algo sobre sua missão de renascer a cada ano, ali, naquela espetacularidade sagrational promovida desde os tempos da *véia* Joana.

Bandeirolas, bolas de vários tamanhos, pisca-piscas, festões e outros adereços dão brilho e cor à estrutura. Uma placa amarrada com a frase *Merry Christmas*, sino dourado e laço vermelho, baila no ar pendurada no meio do arco verde de folhas. A *verdura* dessas folhas continua nas mangas penduradas nos caibros e ripas da sala, por cima das bandeirolas, transformando o teto numa generosa copa de mangueira a milagrar frutos abundantemente. A subjetividade dessa composição expande a minha compreensão estética sobre a relação homem/natureza e homem/existência. Talvez essa seja uma das experiências mágicas de suspender o céu nas vivências tradicionais das quais fala Ailton Krenak (2009, p. 15). Isso amplia nosso horizonte existencial e enriquece nossas subjetividades.

Na época da *véia* Joana, às vezes se pendurava coco, banana, pitomba, goiaba. O *enfeito* dependia da generosidade da natureza naquela *quadra*, termo que representava um período dentro de um ciclo, como o da lua, das plantas, das águas. Enfim, estávamos na *quadra* da manga, compreendi. Isso, no entanto, não me bastava. Aquelas frutas, para mim, constituíam uma representação simbólica profunda no contexto do ritual. Elas giravam sobre a minha cabeça se multiplicando. Do nada, brotavam do telhado. Inquieto, perguntei a dona Pulu o que significavam aquelas mangas no teto da sala onde estava o altar, que relação havia entre as frutas e aquela manifestação sagrational.

“É só enfeito mermo”, respondeu ela, simplesmente

Quem era eu para atribuir significados aos elementos do altar a partir das minhas impressões, se esses mesmos elementos já tinham significados próprios para aquelas pessoas? Guardei minhas reflexões metafísicas sobre as mangas no teto e fiquei apenas com o deslumbre daquele *enfeito* intrigante e simbólico que não passava de *enfeito*.

Final da manhã. O altar está montado e a sala pronta.

Supersticiosa, dona Pulu *tampa* a frente do altar com uma toalha.

“É mode o povo num fica ali atentano, essas coisa assim. Ficá ali negoçado, né? Aí tampa! Na hora de rezá, aí é só destampou e pronto”, explicou ela.

Parto

A noite chegou sorrateira, depois de uma tarde quente e modorrenta. Ali, naquele *baixão*, o sol se esconde mais cedo. Escuto alguns pássaros ao longe. Seus cantos que emprestam mistério ao trançado das árvores e arbustos na mata. A escuridão espalha seu corpo sobre a terra. Surgem algumas estrelas. Discretas, elas piscam, piscam... A lua cheia alumia os rastros de conversas prosaicas perdidas nas estradas que levam à casa de dona Pulu e seu Camilo. A maioria das pessoas chega a pé, em grupos, a passos cadenciados. Alguns chegam de moto, rasgando o som da noite em retalhos.

Há muita gente espalhada pelo terreiro e interior da casa. Há cumprimentos afetuosos, gestos delicados, risos curtos e frouxos, olhos curiosos e reflexivos. Dona Filismina, Carma e outras rezadeiras já estão na sala, acomodadas em bancos, tamboretas e sobre uma esteira colocada à frente do altar. Elas são de todas as idades, de todas as vaidades, de todas as belezas do percurso trajetivo da vida – a reza do altar de dona Pulu é feminina.

Já são quase oito horas quando as rezadeiras, com suas vozes carregadas de sentimentos profundos, iniciam a reza, que abordarei com mais detalhes à frente. Aliás, para mim, objetivamente, a reza é o momento-chave da devoção, o espaço subjetivo dos diálogos secretos com os bondosos e caridosos seres invisíveis, o momento dramático da manifestação.

Acho curioso que, apesar do ritual festejar o nascimento do Menino Deus, é sua mãe Maria a mais celebrada na reza. Das 18 orações identificadas, pelo menos 11 eram voltadas para Ela. A partir dessa percepção de aquela reza era feminina, que aos homens cabia apenas a presença discreta no fundo da sala, com a cabeça baixa, chapéu no peito, mastigando um silêncio de fé; e que era uma mulher a mais reverenciada, passei a enxergar a reza como a representação simbólica do trabalho de parto, na sua dilatação ritmada no compasso do nascimento. Os versos das ladainhas, benditos e outras orações soam como gemidos de dor a reverberar pela casa, vazar pelas frestas das janelas, portas e brechas do telhado. As mulheres suspiram, pedem graça e proteção a debulhar poemas que saem de seus lábios trêmulos. Seus corpos são instrumentos de outras consciências, vozes, seres e dores paridas da memória; são corpos inebriados pela subjetividade da poética sagrational.

Na hora da Salve Rainha, lembrei-me de minha infância na escola, no mês de maio. Mas não era a mesma Salve Rainha, era diferente. Rezada por aquelas mulheres, daquela forma, naquele espaço, a Salve Rainha se vestia de outra estética sonora e cumpria uma função pontual no ritual, ao marcar a única participação masculina na reza. Rezada daquela maneira, a Salve Rainha parecia continuação da Ladainha de Nossa Senhora em latim. De

modo que, assim elas concluíram o jogo de *pergunta e resposta* entre a dupla da cabeceira e a outra dupla da Salve Rainha:

(...) Rogai a Deus por nós, e a Santa Mãe de Deus (cabeceira)
Deus para que? Para que sejamos dignos (dupla)
De alcançar as promessas são de Cristo (cabeceira)
As promessas são de Cristo, promessas de Jesus Cristo (dupla)
Deus para sempre, para sempre amém Jesus (cabeceira)
Amém Jesus, e Maria e José, amém (dupla)

Ao fim do último verso, as mulheres se calam e a sala se enche de um apreensivo silêncio. De repente, em um latim rural gasto pelo tempo, sai o oferecimento ensinado pela *véia* Joana da boca de seu Camilo: “Ora Pro nobis, Sancta Dei Genitrix...”. Só entendi a primeira frase da fala de 15 segundos. A reza volta para as rezadeiras, que respondem em uníssono: “Amém, amém! Jesus, Jesus”.

Muitas das orações dessa reza são resíduos ativos do devocionário colonial português (Williams, 1979, p. 125), a exemplo da Ladainha de Nossa Senhora, que vem do final do século XVI e ainda é rezada em latim. Isto, no entanto, não representa uma barreira para as rezadeiras, nem a materialidade linguística é o único caminho para o sentir e o saber da fé. Embora haja a Ladainha de Nossa Senhora em português, as rezadeiras preferem na língua indo-europeia. É no latim que está o arquivo memorial afetivo da tradição. A tradução é incapaz de incorporar e reativar no processo cultural a ancestralidade e as variáveis subjetivas das experiências. O significante, pois, ganha outro significado, uma semântica sensorial e ancestral próprias. Era assim que a *véia* Joana rezava a ladainha no passado, é assim que dona Pulu rezava no presente.

Samba

Meia-noite. O tempo é suspenso para que o galo anuncie o nascimento do Menino Deus, como é da tradição católica. Depois do imaginário desse canto, as fazem o canto de encerramento, batem palmas e soltam vivas.

“Viva a Pulu!”

“Viva!”

“Viva o Menino Deus!”

“Viva!”

“Viva a lapinha de Belém!”

“Viva!”

“Viva Jesus Cristo!”

“Viva!”

“Viva Nossa Senhora!”

“Viva!”

Assim se encerra o primeiro dia de reza do altar. As rezadeiras se abraçam contentes, aliviadas e descansadas como quem acaba de parir. Um foguetório explode no terreiro, dando eco ao canto alegórico do galo. O parto é anunciado no mundo do Jataí, no mundo do território, acordando aquele sertão meio catingueiro e meio cerratense de sua dormência noturna. Imagino que o Menino Deus recém-nascido, ali no centro do altar, se sentisse pleno de ter nascido de todas aquelas mães naquela noite, naquela sala; mães negras e caboclas de luta, jovens e velhas.

As rezadeiras se dispersam e um grupo de foliões de reisado chefiado por seu Camilo adentra a sala em fila. Eles carregam tambores, pandeiros, flautas, triângulo, ganzá e reco-reco. Um a um, se ajoelham diante do altar, fazem o Sinal da Cruz e formam um círculo na sala para cantar a *lapinha*. Depois do canto de saudação, eles dão início ao samba. Nessa hora, discretamente, dona Pulu *tampa* o altar. A sagrada criança recém-nascida é privada daquela folia e posta para dormir. Agora, era a vez dos homens ocuparem a sala para protagonizarem a louvação ao Menino Deus com cantos, danças e batuques. Eles sambam animados e em círculo, como um corpo único em movimentos improvisados. Um folião desafia o outro a se apresentar ao centro, outro se concentra no invisível, outro reza calado em passos tortos...

Os foliões brincam, cantam, dançam, suam, bebem, transpiram, rodam, rodam... tomam cachaça, raizada amarga, vinho de gengibre... e bebem da fé que os move nessa experiência sagracional que atravessa a madrugada.

Não acompanhei a reza nos demais dias, nem estive presente no seu encerramento, no Dia de Reis, quando os foliões retornaram para se despedir da *lapinha*.

Imagem 31 – Estrada e casa de dona Pulu e seu Camilo, Jataí



Registro de uma das barrigudas na estrada que leva à casa de dona Pulu e seu Camilo, onde é realizada o festejo do Menino Deus.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 32 – Imagens, enfeito



Imagens herdadas da vóia Joana e mangas para decorar o teto da sala.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 33 – Enfeito



Decoração do oratório para o altar e mangas já penduradas no teto da sala.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 34 – Enfeito



Elementos natalinos atualizam a decoração da sala e do altar, e envolve crianças da família e da vizinhança.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 35 – Altar e sala



Reza conduzida somente por mulheres acontece em volta do altar.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 36 – Dona Pulu e Malvina



Dona Pulu, a cabeceira, ao lado de sua filha Malvina, sua dupla de reza.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 37 – Rezadeiras



A reza e a ancestralidade feminina.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 38 – Rezadeiras e gerações



A tradição da reza é passada para as novas gerações através de um aprendizado orgânico.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 39 – Samba



Após os dois momentos de reza do altar, foliões entram na sala, reverenciam, saúdam e cantam ao Menino Deus. Seu Camilo foi cabeceira do canto.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 40 – Samba



Samba adentra a madrugada a partir da meia-noite, já é 25 de dezembro.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

Imagem 41 – Madrugada



Antes e durante a reza e no samba, o terreiro está sempre em movimento na iluminada noite de Natal.

Fonte: Cícero Félix, dez/2015

FOLIA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Jataí, 1982.

Naquele ano, Rê sofreu o primeiro desmaio. A *descurpa* foi um cuscuz com leite que não assentou. Conta ele:

Nesse tempo a gente pastorava uns gado, aqui tudo era mato. Aí soltaram um gado acolá eu saí correno, quando cheguei acolá e aponteí na casa de um tio meu, só sei bem assim: quando eu vi, as vista escureceu de vez e eu pá, caí. Quando eu caí, também não vi mais nada não. Quando dei fé o povo já tava comigo aqui, pensando qu'eu ia morrê, uns chorano quando eu acordei. Deus ajudou não morri, mas eu fiquei assim dano aquele tipo ataque. Nas quadras de lua sentia as vista escurecia duma vêiz e pá, caía no chão e pronto, eu num via mais nada.

Rê perdera a mãe Maria das Virgens em um parto mal-sucedido. Era muito pequeno na época, e ficou aos cuidados de Senhora, irmã de sua mãe. Crescera saudável, até aquele episódio no qual ele tinha nove anos. A partir daí, passou a ser vigiado o dia inteiro e proibido de sair sozinho de casa.

“Ninguém confiava ni mim, deixá eu só num canto não. Puque era todo mês, quadra de lua, aí caía. Quando caía, pronto, dava como morto”, lembra.

Um dia, seu pai, Chico de Tôca, irmão da mãe de dona Pulu por parte de pai, decidiu procurar Paulo Moreira, um afamado agricultor da comunidade São Felipe que *cortava barái* e “falava até da vida da gente”. Desde o dia em que conheci Rê, em 2017, ele me falava desse senhor, de quem seu Limiro também tinha *reportagem*. Em uma das conversas que tive com Rê, em 2022, perguntei se Paulo Moreira era médico.

“Naquele tempo, esse pessoal era espiritismo, né? O povo era espiritismo. Só que tem que dava remédio... e cortava barái”, explicou.

“O que é cortar baralho?”

“Ele vai perguntano ocê quêqui tá conteceno – e ele tem o barái dele mermo. Você vai falano. Ele qué sabê de era. Você tem que dá a era, seu nome, a era que nasceu certin. Quando cê pá acaba de falar, ele dá o remédio certin”.

Tarô

Paulo Moreira nasceu em Canápolis no ano de 1913, na comunidade São Felipe. Teve dois irmãos e três irmãs, com quem dividiu importantes aprendizados nas brincadeiras da roça. Foi assim que aprendeu a ler e escrever, com os irmãos, riscando o chão. Já era adulto quando um dos irmãos apresentou doença mental e ele foi obrigado a levá-lo para o Hospital Colônia de Barbacena⁵⁴, em Minas Gerais. A viagem durou semanas no lombo do cavalo, por uma estrada que *sabe Deus*. Pouco tempo depois de voltar para casa, recebeu a *reportagem* que o irmão havia morrido no hospital. Para piorar, o outro irmão adoeceu em seguida e ele teve que levá-lo para lá também. Antes de retornar, o irmão sumiu do hospital, ninguém sabe o que aconteceu. Então Paulo decidiu ficar em Barbacena e foi estudar para ser detetive. Trabalhou como garimpeiro e carpinteiro. Morou ainda em Salinas e Belo Horizonte, antes de voltar para São Felipe, entre 1955 e 1957.

Quem me conta essa história é José Moreira, filho mais velho de Paulo Moreira. Ele tem 61 anos e mora no bairro Planalto, em Santa Maria da Vitória. Hermes me levou até ele em setembro de 2023. Na primeira visita conversamos pouco, na segunda, José me recepcionou com uma mochila cheia de livros antigos do pai. Eram livros de ciências herméticas e psicologia experimental (fisiognomonía e frenologia), filosofia, gramática, contabilidade, direito, psicologia do consumidor, quiromancia, tarologia e astrologia. Teriam aqueles livros relação com o curso de detetive feito por Paulo? Talvez. Mas ele nunca exerceu a profissão de detetive, explica o filho.

Assim que chegou a São Felipe, voltou às atividades próprias do *labuto* da vida na roça – cuidar das criações, engenho, canaviais e outras culturas. No entanto, com os saberes adquiridos em Minas Gerais, passou a exercer também a atividade de tarólogo e de astrólogo. Seu filho não sabe precisar quando Paulo Moreira começou a atender as pessoas. Mas com certeza ele já atendia em 1957, pelo menos é o que indica uma anotação encontrada entre seus

⁵⁴ Hospital psiquiátrico fundado em 1903 e fechado na década de 1990. Nesse período, mas 60 mil pessoas morreram no “hospital dos loucos”. Para saber mais, ver matéria [Barbacena, a cidade-manicômio que sobreviveu à morte atroz de 60.000 brasileiros](#), publicado no El País e acessado em 26 de novembro de 2023.

livros.

José se recorda que o pai chegou a atender até 30 pessoas em um dia, se dividindo entre o trabalho do sítio e as práticas do ocultismo. Suas habilidades logo ganharam o território, mas não era tão claro para as pessoas o que ele fazia. Às vezes chegava gente em sua casa com uma peça de roupa para benzer e ele respondia irritado: “‘Eu num sô feiticeiro, não!’ Pegava um monte de livro e jogava em cima da mesa. ‘Ó aqui o quéqueu faço. Eu faço é estudar! Eu estudo psicologia, astrologia’, era assim”, conta José sobre o pai, que era católico não praticante e só rezava o Pai-Nosso.

Com o tempo, Paulo Moreira deixou de trabalhar com o tarô porque “descobria muitas coisas das pessoas”, coisas que provavelmente não eram para serem descobertas. Assim, dedicou-se a fazer apenas o mapa astral, no qual interpretava as condições de saúde da pessoa atendida a partir do exato momento de seu nascimento. Segundo José,

Ele descobria o que a pessoa ia ter, doença, que é propício aquele signo dava. Cada signo da pessoa tem um mapa, né? se o sujeito tem doença do coração, do fígado, dor de cabeça, tudo ele sabia. Através disso daí ele passava o remédio pra pessoa. Só que remédio de farmácia. Nada enraizada!

Nem sempre o encaminhamento era esse, quando não se tratava de “doença natural”, e sim espiritual, “ele mandava aquela pessoa ir pra um centro espírita, um curador, um benzedô pra benzê”. Quando não, prescrevia o receituário com o nome do medicamento e a posologia. De onde e como ele adquirira aqueles saberes José não sabe, mas aquilo fizera de seu pai, que faleceu em 2007 com 95 anos, um importante homem do território, conhecido e respeitado pela assertividade de seus métodos e orientações.

Foi essa fama de Paulo Moreira que fez Chico de Tôca procurá-lo em 1982 para tratar de seu filho, Reinaldo Vieira de Farias, nascido em 20 de maio de 1973, em uma determinada hora. Com o medicamento diário prescrito pelo astrólogo, Rê deixou de desmaiar. Assim, atravessou três anos de quadras de lua sem ter que preocupar a família, até parar de tomar o remédio. Os desmaios voltaram nos mesmos períodos e Rê tornou a ser medicado. Uns dois anos depois, Rê parou de tomar o remédio novamente porque achava que estava curado, mas voltou a cair nas quadras de lua. Foi aí que sua tia-mãe Senhora decidiu fazer uma promessa para a Nossa Senhora do Livramento. Aquela que livrava o devoto “de todos os perigos do corpo e da alma⁵⁵”, havia de tirar de seu sobrinho-filho aquele mal que se manifestava irremediável. A partir dessa promessa, o dia 2 de fevereiro passou a se destacar no cotidiano

⁵⁵ Trecho de uma das versões da oração à Nossa Senhora do Livramento.

do Jataí, na vida de Rê, e na vida de muita gente devoto da santa do livramento.

Chula

Em junho de 2015, Hermes Novais me levou a comunidade do Morro do Guará. Queria me apresentar a chula, através de um importante tocador de tambor do território: Né de Teodósio, um senhor de 76 anos, com a mesma estatura de dona Pulu e seu Camilo e também descendente de indígena *pega no dente de cachorro*. Da casa de seu Né de Teodósio fomos à de Joãozinho, outro folião de chula respeitado.

Era fim de tarde. Joãozinho tentava afinar sua viola de 10 cordas enquanto seu Né de Teodósio aguardava em silêncio com seu tambor artesanal. Estávamos no terreiro. Hermes instigava os dois com uma lembrança ou outra, falava do “Encontro de Chula – Memória Secular Carregada de Histórias”, evento organizado por ele há alguns dias na casa de seu Né de Teodósio, mas nada da chula sair. Talvez por esquecimento, ausência de inspiração, desacordo com o momento; por alguma razão sensível, a chula não quis se manifestar naquele dia.

Voltei a encontrar seu Né de Teodósio em 2017, na Folia de São Sebastião, nos dois últimos dias do giro, que se encerrou na casa de um senhor chamado Ulisses, na Baixa da Casca, na manhã do dia 20 de janeiro. Foi nessa ocasião que conheci a chula e as habilidades de seu Né de Teodósio com seu pequeno tambor. Apesar da idade, suas mãos continuavam ágeis como outrora. Enquanto tocava, parecia flutuar em êxtase com seus olhos miúdos virados para o além, sob a cortina das pálpebras. Seu corpo se expandia sob os efeitos transcendentais da chula. Ele cantou, e dançou em roda. Depois, com mais três foliões, participou de uma dança especial no giro. Antes, os quatro conversaram, combinaram os passos e se posicionaram frente a frente em duplas. As cordas deram o ritmo e a percussão entrou na sequência, seguida das vozes. Os quatro começaram a sacudir o corpo e trançar os pés, com passos que lembravam o xaxado. Iniciaram um movimento compassado em que cada folião, simultaneamente, fazia um giro sobre si, sobre o folião da frente, da diagonal e da lateral, até que todos estivessem enredados naquela costura simbólica da dança da chula.

Nesses dois dias, poucas palavras troquei com seu Né de Teodósio. Fiquei apenas a observá-lo e registrá-lo através da lente da câmera, que guardava em memória digital aquela memória ancestral da espetacularidade extracotidiana do território.

Chegamos⁵⁶ atrasados na casa de Ulisses no último dia da Folia de São Sebastião. Mas o suficiente para acompanhar alguns sambas de chula e conversar com Júlio Cainana (Júlio de Almeida Souza), primo de Rê, por parte de mãe. Ele estava com 55 anos e convivia com o ambiente da chula desde que nascera, por influência do pai folião. Começou a girar tinha 12 anos: “Nós via vendo os mais velhos cantano, nós vinha prendeno, cantano, cantano, cantano e vai até hoje. Agora, o mais novo vai pegano, daqui uns dias eu já morri, fica meu filho e assim vai pra frente”.

Quero saber mais sobre a chula e Júlio Cainana me explica que o canto e a composição instrumental são duas características importantes. Diz ele:

Ali é assim: Tem uma Chula... elas muda de toada, elas muda de altura, talvez a nota mais baixa, a nota mais alta, né? Mas ali é assim: o apurado é só refrão, o resto dos verso o camarada joga na hora que tá cantano. Lembrou de pedi uma pinga, lembrou de agradecê o café que bebeu. Joga um verso agradecendo aquele café. Pede uma cachaça. Pede um café... E assim por diante. Fala da namorada. Mas tudo ali é verso, repente, o que vem na cabeça pra jogá naquela hora, não é pra dizê que tem nada escrito. O que fica repetino é só o refrão. Todos ele tem que repetí o refrão. Mas os verso, cada um tem seus verso. Também num tem problema se um jogá um verso e outro jogá o mesmo verso lá na frente. Num tem problema nenhum.

Sobre a composição instrumental, justifica:

“O povo gosta mais de tá mudando pra não fica na viola pura, aí eles modifica. Quando é um giro de mastro de bandeira, aí sempre usa a viola, aí quando é de Reis, agora eles usa mais a gaita e o bumba, outros usa a sanfona... essas coisa, pra entusiasmar mais.

Apesar dessas mudanças, Júlio defende que a chula *original* não usa sanfona nem gaita, e sim viola e violão com os instrumentos de percussão. Mas isso também não representa problemas, cada festejo é único e nem sempre são os mesmos foliões. O grupo é convidado frequentemente para fazer festejos sagracionais, a exemplo da Folia de Reis, Folia do Bom Jesus, Folia de Santa Luzia, Folia de Nossa Senhora da Conceição, Folia do Divino Pai Eterno, entre outras. No próximo dia 2 de fevereiro, mesmo, o grupo já tinha compromisso, confessou Júlio, fazer Folia de Nossa Senhora do Livramento, no Jataí. Acrescentou ele:

(...) é uma coisa que a gente faz porque gosta, nós num faz pra ganhá dinheiro. Nós não fazemos isso com interesse nenhum, nenhum, nenhum. Nós faz mesmo assim lembrano de ajudá aquela pessoa pagá a promessa dele ou seguí a devoção dele. (...) A única coisa que nós queremos em troca, é assim: se nós girá pra um que é folião e depois quando saí o giro da gente, a gente qué que ele vá ajudá a gente.

⁵⁶ Eu, Renata Pinho e Hermes Novais

O grupo, formado por camponeses e aposentados, tem folião de diversas localidades rurais do território (Furado dos Pires, Canudos, Bebedouro Grande⁵⁷, Lagoa dos Baratas, Umbaúba, Salitre e Morro do Guará), mas a formação nem sempre é a mesma:

Tem vês qué um grupo, tem hora que é eu mais esse ôto, esse aí já ôto, já eu tô mais ôta turminha. Qué vê se num dá pá dois, vem ôtos dois dali. Uma hora o grupo tá completo, ôta hora o grupo só tem dois. (...) É uma parceria, é uma irmandade, é um bocado de irmão. Também as brincadeira que sai aí, a gente diz que é de menino – um véi quem eu. Brincadeira de criança.

Depois dessa conversa com Júlio Cainana, guardei comigo uma definição da chula: é uma brincadeira de criança com velhos senhores.

Giro

2 de fevereiro de 2017.

O dia já estava quente quando o sol surgiu na manhã daquela quinta-feira. Até então, para mim, aquela data era Dia de Yemanjá. Minto: era Dia de Nossa Senhora das Candeias também. Como já disse lá atrás, no início da noite desse dia, em 2015, enquanto no cais do rio Grande de Barreiras os tambores invocavam a ancestralidade em danças e ressacas de oferendas, casas das ruas Guiomar Porto e José Bonifácio no centro antigo da cidade eram alumeadas por velas postas aos pés das portas e janelas. Eram as candeias da fé, era a festa dos encantados. No Jataí, era Dia de Nossa Senhora do Livramento, dia de folia, reza e samba.

Nos três primeiros anos da promessa, realizou-se apenas a reza para Rê cumprir seu voto. Quando ele estava com 17 anos, decidiu fazer a folia e assumir a chefia do festejo, com o apoio dos familiares e da comunidade. Desde então, o roteiro da manifestação é o mesmo: o grupo sai em giro no dia 31 de janeiro, da casa de Rê, e para lá retorna em 2 de fevereiro, dia da reza e do encerramento da folia,

Quando chegamos⁵⁸ ao Jataí, naquela manhã, encontramos a folia na derradeira visita antes de chegar à casa de Rê, o alferes da bandeira. Lá estavam os foliões dos festejos de São Sebastião que encontrara no mês anterior na Baixa da Casca: Júlio Cainana, Joãozinho, Bastião, Zezão e seu Né de Teodósio, entre outros. Mas, algo estava estranho no instrumental do grupo: além da viola e violão no acompanhamento, havia também uma sanfona. Depois, me explicaram que o folião da sanfona não fazia parte do grupo, mas que queria participar da

⁵⁷ As três primeiras localidades são do município de Santa Maria da Vitória, os demais são de Canápolis.

⁵⁸ Eu, Hermes Novais, Renata Pinho e Paulo Henrique Martinez, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e neto de Osório Aves de Castro, que à época estava nos visitando.

folia e foi acolhido, mesmo afetando a chula do gosto do grupo.

Eles calculavam ter visitado aproximadamente 30 casas entre Jataí e Barreiro do Guará. O procedimento do grupo a cada visita do giro era o mesmo: abrir com o canto da santa e depois emendar com os sambas. Entre uma visita e outra, Rê recebia a esmola, valor em dinheiro doado para as despesas do farto almoço servido à comunidade no encerramento da folia.

À frente do grupo, Rê conduzia a bandeira com a imagem da santa ao centro e a frase “Devotos de Nossa Sra. do Livramento” em volta. Não havia padronização estética entre os foliões. Cada um se apresentava a sua maneira. Alguns carregavam uma toalha no pescoço que lembrava a estola; outros, o chapéu enfeitado de festões coloridos; uns carregavam instrumentos e outros, apenas o corpo na alegria de estar ali, compartilhando coletivamente do viver em festa e em fé. Eles imitavam nas mãos e nas solas dos pés a casca grossa das árvores retorcidas do sertão cerratense. Na pele, imitavam o solo da caatinga castigada pelo sol com suas rachaduras murchas, vincadas pelas expressões dos tempos da vida acalentada pelos sambas e cantos das folias, chulas e rezas.

A sala da casa de Rê não era grande, e logo foi tomada pelos foliões e gente que ali estava para festejar e manifestar silenciosamente na coletividade o seu compromisso de fé. Os foliões se posicionaram em círculo e iniciaram o canto da santa. Alguns devotos se ajoelharam, fizeram o Sinal da Cruz, beijaram e abraçaram a bandeira em destaque entre os foliões. Havia naquele gesto tanto carinho e cumplicidade, que quase não me dei conta de que a estética diversa da fé era a representação simbólica da devoção singular e plural de cada um.

Terminado o canto de entrada, os foliões fizeram uma pausa, foram regados com generosos goles de bebidas e iniciaram o samba. Eles giravam, cantavam, giravam, bebiam, cantavam, giravam, sambavam e cansavam. O suor caía com os corpos em balanço. Eles se desafiavam no canto em dupla, se desafiavam na dança, riam e o festejo contagiava. Também entrei no círculo, desafiei um folião, dei um giro e voltei para o grupo. Aquilo me deixou leve. Imaginei quantas sensações aqueles homens experimentavam na folia.

Distanciei-me um pouco do grupo. Queria outro ângulo, outro enquadramento, outras imagens. Foi aí que percebi que alguns daqueles foliões estavam também no altar de dona Pulu, em 2015. Aliás, dona Pulu estava ali, na folia de seu primo Rê. Conversamos um pouco e depois não a encontrei mais. Já seu Camilo, estava de folião *Camilin*, pimentinha, ligeiro *que nem coice de preá, dizedô*. Encontrei também outras rezadeiras do altar, como dona Filismina e Carma, amiga de dona Pulu. Todos esses encontros me fez pensar as

manifestações sagracionais como fenômenos espetaculares integradores do meio rural. Talvez por isso as pessoas circulassem com tanta naturalidade entre elas.

Próximo ao meio-dia, a chula foi silenciada e os instrumentos guardados em um quarto contíguo. A sala começa a ser aprontada para a reza. Bancos, cadeiras e esteira são colocados à frente do altar, que guarda várias imagens de santa em seu interior e tem sobre si a bandeira de Nossa Senhora do Livramento carregada por Rê durante o giro. No chão, aos pés da mesa do altar, uma fileira de velas apagadas, aguardando o início da reza, principal momento da devoção à santa.

Seu Né de Teodósio vai à porta, anuncia que vai começar a reza e se posiciona na frente, atrás das crianças. Logo, a sala é ocupada por rezadeiras, devotos e foliões. O altar, a essa altura, já está todo alumiado pelas velas. De repente, ajoelhado sobre a esteira e ao lado de sua companheira don'Ana, seu Né de Teodósio inicia:

Então vamos dá início a nossa oração. Pelo sinal da santa cruz, livrai-nos, Deus nosso Senhor, dos nossos inimigos. Em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo. Amém. Vinde Espírito Santo, enchei os corações dos vossos fiéis e acendei neles o fogo do Vosso Amor...

Foi aí que eu conheci o seu Né de Teodósio rezador. Com fala pausada e palavras bem pronunciadas, ele vai debulhando as orações incorporado de uma autoridade religiosa. Aquele que girava inebriado ao som do seu próprio tambor, agora fazia louvações à Igreja Católica, ao papa e aos seus sacerdotes. De olhos fechados, rezou a Ladainha de Nossa Senhora mastigando o seu latim antigo.

Rê acompanhou a ladainha de joelhos, segurando uma vela acesa que deixava escorrer a parafina quente pela mão. Uma toalha branca lhe cobria a cabeça. Sobre ela, um pequeno quadro com a imagem de Nossa Senhora do Livramento segurado por Rosania, companheira de Rê. Depois da ladainha, vieram outras orações, cantos, benditos e oferecimentos.

Com o fim da reza, que durou cerca de uma hora, há um pequeno alvoroço na sala. As mulheres pegam as velas e as santas do altar, Rê a bandeira e os foliões os instrumentos. Logo, todos saem da sala pela porta da entrada – primeiro as mulheres, depois os foliões seguidos dos demais participantes. Rê, em movimento contínuo, passa a bandeira sobre as pessoas, que dão uma volta em torno da casa. Deslizam com passos firmes, com pernas que titubeavam, com mãos a apertar o peito e afetos que embalam as memórias, invocando a ancestralidade e a encruzilhada dos saberes. Quando retornam à sala, as pessoas se dispersam e os foliões enchem a casa de chula outra vez.

A esse movimento de dar a volta na casa Rê chama de *alvorado*:

Pá terminar a reza, pá dá o viva, tudo, ocê tem que tê o alvorado. Isso é o principal da reza. Pode sê de bandeira, ou de bumba – qué o de Reis –, nós sai o alvorado. Todo ano queu rezá aqui eu sai eu sai o alvorado. Pode sê só a reza sem os folião, as muié sai o alvorado também.

O *alvorado*, no entanto, embora represente o encerramento da reza, na prática não significa o encerramento da folia. A chula continua a ressoar na sala, embora em clima de despedida. O chão da sala respira os pés de três dias de giro. Os foliões gingham, riem, bebem, dançam, cantam mais uma vez, mais uma vez... Enquanto isso, no terreiro do lado casa, uma fila se forma para o almoço que começa a ser servido. É outra experiência sensorial da folia, outro acesso a outros saberes através do sabor, do aroma; do alimentar-se em festa.

O samba continua, os foliões celebram a conclusão de mais um giro, de mais uma folia. Até que eles são convidados a almoçar. A sala silencia. O altar e a bandeira ficam sozinhos, na companhia de umas velas que já se derreteram. Um imenso vazio ocupa o espaço. Logo se escuta os foliões no terreiro. Eles estão em volta da mesa, sem chapéus, prontos para o último compromisso da folia: fazer o canto de louvação a mesa. Nesse momento, oficialmente a Folia de Nossa Senhora do Livramento é encerrada.

“Todo ano já fica certo. Na época, no dia 31 de janeiro, vem todo mundo pa cá. Aí nós sai a caminhada no dia 31 e chega aqui dia 2. Agora só ano que vem de novo, se Deus dé a licença”, diz Rê.

Imagem 42 – Paulo Moreira



No final da década de 1950, Paulo Moreira passa a realizar na comunidade São Felipe, consultas de quiromancia, tarologia e astrologia, produzindo mapa astral. Foi a ele que o pai de Rê recorreu para curar o filho de uma doença que o fazia cair nas quadras de lua.

Fonte: Cícero Félix/Reprodução

Imagem 43 – Último dia do giro



2 de fevereiro: chegada dos foliões no último dos três dias de giro, que saiu da casa de Rê no dia 31/1 e chegou no dia da santa da folia, Nossa Senhora do Livramento.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 44 – Santa do livramento



Bandeira conduzida por Rê durante o giro da Folia de Nossa Senhora do Livramento. Ele é o promesseiro permanente do festejo, mas o acontecimento é um espaço coletivo para os participantes firmarem compromisso de fé com a santa.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 45 – Decoração



Decoração da sala da casa de Rê, onde acontece o samba de chula e a reza.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 46 – Chula democrática



A chula tradicional, segundo os foliões mais velhos, é com viola, violão e instrumentos de percussão. No entanto, o grupo não a participação de outro instrumento. No folia de 2017, o grupo foi acompanhado por um folião sanfoneiro.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 47 – Chula dança



Essas imagens são da chula da Folia de São Sebastião, na comunidade Baixa da Casca, realizada pelo mesmo grupo que faz a Folia de Nossa Senhora do Livramento. As imagens mostram um momento peculiar da chula, no qual acontece uma dança com quatro foliões. Nem sempre a dança é executada nas visitas.

Fonte: Cícero Félix, jan/2017

Imagem 48 – Foliões



Após o canto à santa e o samba de chula, os foliões brindam o momento partilhado e guardam os instrumentos para a realização do ritual da reza.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 49 – Reza



Seu Né de Teodósio e don'Ana encabeçam a reza, que dura cerca de uma hora. Dona Filismina (na imagem do alto) é uma das rezadeiras e comadre de dona Pulu.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 50 – Reza



Faz parte da promessa de Rê acompanhar a ladainha de joelhos, com uma toalha e uma pequena imagem de Nossa Senhora do Livramento sobre a cabeça.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 51 – Reza



Lugar coletivo e individual de fé.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 52 – Rezadeiras



Rezadeiras de todas as idades saem para o alvoredo ao final da reza, cada uma porta uma vela.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 53 – Alvorado



Chamada por Rê de alvorado, a volta em torno da casa acontece após a reza representa o encerramento do ritual.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 54 – A mãe de Rê



Durante o ritual do alvarado a sala fica vazia. As velas iluminam um quadro com a imagem de Senhora, a mãe de Rê, seu tio Herculano e sua tia Ambrósia, também tia de dona Pulu. Ambrósia é filha da véia Joana.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

Imagem 55 – Almoço coletivo



Depois de servidos, os foliões cantam em louvam a mesa em agradecimento pelo alimento.

Fonte: Cícero Félix, fev/2017

REZAS

Até começar esta pesquisa, entendia que reza era apenas sinônimo de oração. Orações como o Pai-Nosso, Ave-Maria, Salve Rainha, Credo e Santo anjo, para mim, eram tudo reza. Em 2017, perguntei ao padre Marcos da Silva Santos, à época pároco em Bom Jesus da Lapa, licenciado em filosofia e bacharel em teologia, se a Igreja Católica fazia distinção entre uma coisa e outra. Ele explicou que “rezar seria recitar alguma oração já existente e oficial”. Meu entendimento não estava errado, mas aquela resposta me fez observar o dinamismo da palavra reza: é substantivo quando se refere à oração, e verbo quando se refere ao ato de rezar a oração. Continuei a usar reza como sinônimo de oração, até que comecei a perceber que quando aquelas pessoas do território usavam a palavra reza, davam a ela um significado que não correspondia ao que eu pensava.

Quando dona Pulu me convidou para a reza do Altar do Menino Deus, Carma para a reza de Nossa Senhora do Carmo, Malvina para a reza do Senhor Bom Jesus e Rê para a reza de São Bartolomeu, entendi que a reza, para eles, era mais que uma oração, era um acontecimento para se rezar orações, cantar, sambar e estar juntas. E mais: a folia era uma espécie de acessório que dava à reza uma estética festiva e dilatava o tempo e espaço da manifestação sagrational. Ou seja: a reza podia acontecer sem a folia, mas a folia não podia fechar o giro sem a reza. Explica Rê: “Não existe girá e num rezá não, pode não. O giro é pá completá a promessa que a pessoa fazê. Uma vez a pessoa faz a promessa com giro, ôto já faz somente pá rezá, sem tê giro. Mas num pode saí um giro e num rezá não”. Isso não quer dizer que a reza seja igual em toda manifestação sagrational. Apesar de aparentada na organização

e metodologia, cada reza tem sua própria estrutura e ocupa tempo e espaço diferentes. Há, ainda, outras variáveis que determinam a reza, mas tratarei disso à frente.

Compreendido, pois, o significado de reza, passei a problematizar o significado de oração. Segundo o Manual da Paróquia, livro que faz parte do aprendizado religioso de se Né de Teodósio, oração “é uma elevação da alma a Deus, para adorá-lo, agradecer-lhe os benefícios e pedir as graças de que necessitamos”. Diz ainda: “a melhor de todas as orações é o Padre-Nosso, porque nos foi ensinada pelo próprio Jesus Cristo”; a segunda é a Ave-Maria, dirigida à mãe de Jesus “para implorar sua proteção” e, a terceira, a Salve Rainha que, depois da Ave-Maria, é “a oração mais bela e eficaz, composta pela Igreja, que podemos dirigir à Santíssima Virgem” (Franca, 1950, p. 13). E qual o lugar das outras orações? E daquelas que foram compostas fora do âmbito da Igreja Católica?

Estudos dão conta que o povo, à revelia da Igreja Católica, a partir de suas experiências individuais e coletivas, acabou criando suas próprias orações e rituais de benzeções para lidar com as necessidades imediatas do cotidiano. Esse tipo de oração, presente na prática de benzeção de dona Pulu, não é o foco deste trabalho, mas valem algumas considerações. Enquanto a reza de festejo é anual, conforme a data do santo ou da santa no calendário católico gregoriano, e se fundamenta na devoção, pedido ou agradecimento de votos; a reza de benzeção tem uma função imediata, conforme a necessidade do momento.

Em 1989, o padre José Evangelista de Souza, filósofo e mestre em teologia, publicou pelo selo da Vozes o livro Raízes e histórias – A saga de viver I – A religião do povo. Pesquisador da cultura da bacia do rio Carinhanha, no contíguo TI Velho Chico, Souza registrou nessa publicação 233 orações e bênçãos, compostas de benditos, hinos, incelenças, cantigas, lendas e simpatias. Há orações e rituais para tirar espinho da garganta, coser, benzer, parir, tirar quebranto, mau-olhado, isipa (erisipela), caminhadeira, espinguela caída; atravessar lugar perigoso, estancar sangue, curar cobreiro, aguamento, descobrir caminho no mato, curar de mordida de cobra, benzer animal, levantar campainha caída, esconder o corpo do inimigo, curar frieira, olhado nas tripas, entre outras. Isso me fez pensar da fala de dona Pulu e sua relação com a fé e a natureza: “Eu sô da igreja, eu sô da medicina, eu sô de tudo que pensá”.

A mãe de seu Limiro também era benzedeira. Ele me contou que, certa vez, chegou a sua casa uma criança “quage morta, com as mosca no zói sem ela piscá e saiu boazinha”. Essa imagem da criança com os olhos inanimados, sem forças para mover as pálpebras e espantar o inseto de sua paisagem desfalecida, me deixou impressionado, sobretudo com as forças da

reza e do sobrenatural que agiram para tratar a criança. A cura residia nos ministérios das ciências tradicionais das culturas ancestrais afro-indígenas, cujos saberes foram forjados nas experiências com os encantados, os invisíveis, o outro, a outra, as plantas, os céus, os ventos, as águas, a terra e os animais.

Um dia, estava na casa de Jairo e Norminha, sua companheira, em Santa Maria da Vitória, quando alguém bateu à porta. Era Divina, uma conhecida do professor.

“Jairo, será quitunumtem um sapo cururu grandão aí no teu quintal, não?”

Surpreso, perguntei para que ela queria o sapo.

“Pá fazê um remédio pá dor nas junta”, respondeu.

“E como é feito?”

Ela explicou que matava o sapo, cortava sua barriga, tirava a gordura debaixo da pele e a derretia em uma panela no fogo brando, até virar óleo. Estava pronto. Era só esperar esfriar e passar *nas junta* com dor.

“E a dor passa?”

“Ô!! Isso é dos antigo, do povo das roça”, garantiu Divina.

Voltando a questão da reza, não importa se ela é feita por devoção, para cumprir uma promessa ou pedir uma graça; para curar um mau-olhado, ferida de um animal peçonhento ou no auxílio do parto. Não importa se o pedido é para uma graça distante ou imediata; se é no ritual de sepultamento ou no batismo, na encomendação das almas ou na penitência, na missa ou no culto. Não importa se é para amansar um boi brabo ou para acalantar o coração atormentado. Em qualquer situação, a reza, ou oração, vai agenciar a relação do devoto com o sagrado. É como se a reza abrisse um espaço de interlocução no espírito da existência para a manifestação da fé e diálogo com o sagrado invisível, representado por imagens santas, caridosas, benevolentes, protetoras e atenciosas. Nesse sentido, a reza é uma experiência individual, mesmo que coletiva, mesmo que criada por alguém por alguma razão particular. Portanto, o Altar do Menino Deus e a Folia de Nossa Senhora do Livramento eram espaços abertos a quem quisesse pagar seu voto, cumprir sua penitência e conversar com sua entidade de fé.

Cabeceiras

Em geral, a reza é conduzida por duas duplas e um coro. As duplas podem ser só com mulheres, só com homens, ou mistas. A primeira voz da primeira dupla é a *cabeceira*, conduz

o ritual da reza e puxa a *pergunta*. A segunda dupla *responde*⁵⁹. Esse *trocado*, no entanto, não acontece em todas as orações. Há orações em que todos os participantes do ritual respondem em coro, aquelas em que todos rezam juntos, como o Credo, e outras ainda que são rezadas apenas pelas duas duplas. É importante pontuar que uma mesma oração pode ser rezada de dois modos: cantada e recitada. No altar, por exemplo, no primeiro momento da reza, o Pai-Nosso e a Ave-Maria são cantados⁶⁰, já no segundo momento essas orações são recitadas.

Cada reza tem uma estrutura específica, e a formação da *cabeceira* nos saberes sagracionais é determinante para isto. Dona Pulu é a *cabeceira* do altar, faz dupla com sua filha Malvina. Elas guardam aqueles saberes na memória do corpo, e em algumas memórias de papel. Aqueles saberes que vinham de longe, de algum lugar no horizonte do tempo espiralado⁶¹, de um lugar anterior a *véia* Joana.

Quando dona Pulu nasceu, em 1948, sua avó já montava o altar. Ela cresceu absorvendo os saberes daquela tradição, as rezas e os procedimentos de benzeções da *véia*. Com a morte da avó, em 1977, e de sua mãe, em 1990, o compromisso de levantar o altar na família Barbosa do Rosário com ela.

Dona Pulu prefere não classificar objetivamente sua prática de fé: é da igreja, da medicina, de tudo. Aos sábados reza o ofício, na capela São João, que fica entre a sua casa e a casa de Rê. Nos domingos, quando dá, assiste a missa celebrada por alguém da comunidade. Nunca aparece um padre. Em toda sua vida, dona Pulu não se recorda de nenhuma visita. Ela tem muita clara a distinção de sua reza para o que é praticado no âmbito da Igreja Católica:

É praquê eles vai é pela Bíblia, né? E a minha Bíblia é minha cabeça, é meu dom que Deus me deu. Então eles vai fazê a celebração é de João é de num sei de quê, num sei de quê, ali na Bíblia. E eu, não. Eu vou rezar meu ofício, minha ladainha, minhas coisa – tem escrito tudo no livro, mas eu não sei negoçá assim não. É por ideia. Ideia assim: se eu começá, aí eu sei se conseguí. Agora, já se qualquer um d'ocês começá na frente mode eu acompanhá atrás, aí eu fico misturada, num dou conta direito.

A *cabeceira* da reza da Folia de Nossa Senhora do Livramento é seu Né de Teodósio.

⁵⁹ Para as rezadeiras e rezadores pesquisados, perguntar e responder equivale a uma dupla dizer uma frase da reza e a outra dizer a frase seguinte, como na Ladainha de Nossa Senhora. Por exemplo: a dupla 1 diz: “Vas spirituale,/ Vas honorabile,/ Vas insigne devotionis,/ Ora pro nobis”; a dupla 2 responde: “Rosa mystica,/ Turris Davidica, Turris ebúrnea,/ Ora pro nobis”.

⁶⁰ O Pai-Nosso e a Ave-Maria são cantadas durante o Terço, no primeiro momento. No segundo momento, essas orações intercalam a estrutura da reza.

⁶¹ De acordo com o conceito de temporalidade espiralada da cosmologia africana bantu-kongo abordado por Leda Maria Martins (2003), diferente da concepção ocidental de tempo com cronologia linear, tudo vai e volta, “vivenciar o tempo significa habitar uma temporalidade curvilínea”, “o que flui no movimento cíclico permanecerá no movimento” (Martins, 2003, p. 75).

Ele ajuda Rê a pagar a promessa desde que ela foi firmada com a santa por sua tia-mãe. Mas a relação de seu Né de Teodósio com esses saberes sagracionais vem da década de 1940, com a descoberta do alfabeto.

Ele morava na comunidade Olho d'Água dos Correias e, perto de sua casa, morava um professor que lhe ensinou “leitura e doutrina”.

“Cresci nessa habituação”, contou-me seu Né, em 25 de maio de 2019. Nesse dia, conheci um pouco de sua trajetividade sagracional. Ele lembrou do Monsenhor Félix⁶², dos padres Rodolfo e Antônio, todos de Santana, da missa em latim na capela de Santo Antônio e de quando ela mudou para o português:

Naquele tempo eles virava a costa pro povo e depois deu pá celebrá de frente com o povo e as costa virada pro altar. Muita gente achou errado, achou que... mas tudo muda, né? Tem as mudança e tem o significado dessas mudança. Foi indo, todo mundo acostudou e hoje continua. Sobre a missa, era isso: mermo que a gente não entendia o que era que eles dizia no latim, mas a gente tinha aquela tenção, nera? de ganhar alguma indulgência mermo sem conhecer o que é que tava participano.

Atento ao que escutava, seu Né acabou aprendendo a rezar a Ladainha de Nossa Senhora em latim com os mais velhos. Uma referência nesse aprendizado é a *véia* Zifirina, que vinha da Lagoa dos Barata rezar a Via-Sacra nas quartas-feiras e sextas-feiras da Quaresma:

No final da Via-Sacra rezava a ladainha. Mas rezava assim: de palavra. E aí eu aprendi e continuei depois de adulto rezano mais os meu companheiro. Inclusive, eu tinha aqui no Morro do Guará [onde mora atualmente], um compadre Benevides que nós rezemo várias ladainha assim de festejo. Eu e ele. Sempre o povo me colocava pra iniciá e aí eu continuei mais ele. Mas sempre ele só queria queu tivesse de frente mais ele. Fazia as orações iniciais, o Sinal da Cruz, o Creio em Deus Pai, o Ato de Contrição, e depois seguia com a ladainha.

Os convites para *encabeçar* rezas se tornaram frequentes na vida de seu Né – era reza para Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião, São Bartolomeu, Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Livramento. Com a morte do compadre Benevides, ele passou a rezar com Sebastião das Miúdas e o compadre Geraldo, seu genro. “Quando um num tá, mas o ôto tando, é como diz: tanto faz mais um como mais ôto, nós tem costume de rezá”, explicou seu Né. No entanto, na Folia de Nossa Senhora do Livramento de 2017, ele não *encabeçou* a reza nem com um nem com outro, mas com don’Ana, sua

⁶² Monsenhor Félix (1914-2008) foi um importante sacerdote católico da região. Ele chegou em Santana (BA) nos anos de 1940. Na época, Canápolis era chamada de Distrito de Ibiagui, e pertencia a Santana. Só seria emancipada em 1962.

companheira. Tenho a impressão que o “nós”, do trecho “nós tem costume de rezá”, não se refere apenas aqueles parceiros de reza citados por ele, fala da cultura da reza entre as pessoas das comunidades rurais do território.

Estrutura

Embora muitas orações se repitam nos festejos de devoção, as rezas não são iguais. Nem na estrutura nem na execução. Isso sem falar que há orações com várias versões. Cada reza dura em torno de uma hora e pode acontecer em vários dias, conforme a tradição.

A reza do Altar do Menino Deus é realizada durante 14 dias, de 24 de dezembro a 6 de janeiro. No primeiro dia, a reza é dividida em dois momentos: às 20h e às 23h. A estrutura apresentada abaixo corresponde ao segundo momento da reza, considerado o principal por dona Pulu.

Tabela 2 - Reza do Altar do Menino Deus (2015)	
Orações	Trechos iniciais
Abertura	Pelo-Sinal, Sinal da Cruz e fala inicial
Credo*	“Creio em Deus-Pai, todo poderoso (...)”
Ao anjo da guarda	“Santo anjo do senhor, meu zeloso (...)”
Glória ao pai	Glória ao pai, ao filho ao espírito santo...
Ofício da Imaculada Conceição da Virgem Maria*	“Deus vos salve Virgem, Filha de Deus Pai! (...)” (depois dessa introdução do ofício, há a inserção de dois trechos do Terço Caipira (Glória e Jaculatório) e depois retorna para o ofício)
Ladainha de Nossa Senhora*	Em latim: “Kýrie, eléison/ Kýrie, eléison (...)”
Salve Rainha*	“Salve Rainha, mãe da misericórdia (...)”
<i>Oferecimento</i>	Feito por seu Camilo, em latim. É a única participação masculina na reza.
<i>Oferecimento</i>	Feito por dona Pulu ao Santo Reis e ao Menino Deus
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
<i>Oferecimento</i>	Feito por dona Pulu à São Sebastião
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
Glória ao pai	Glória ao pai, ao filho ao espírito santo...
Bendito para antes do Senhor Deus*	“Maria, mãe de graça/ mãe da misericórdia/ livrai-nos do inimigo (...)”
Bendito da cruz*	“Meu Jesus, me encomendou (...)”
Senhor Deus*	“Senhor Deus, misericórdia! (2x) Senhor Deus, pequei, Senhor, misericórdia! (2x) (...)”
<i>Oferecimento</i>	Iniciada pela cabeceira e seguida pelas demais rezadeiras: “Ó minha virgem Nossa Senhora, nós oferecemos essas santas orações (...).Oh Maria concebida e sem pecado, rogai à Deus por nós que recorreremos a vós (...)”

Oração do anjo da guarda	“Meu anjo da guarda que andou junto comigo (...)”
Oração desconhecida	“Quem falar no nome dessa senhora agora (...)”
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
O sonho de Nossa Senhora	“Quem quiser ouvir e aprender o sonho de Nossa Senhora (...)”
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
Bendito bateu asa o galo	“Bateu asa o galo no primeiro dia (...)”
Bendito pedindo chuva	“Senhora Santana foi subir ao morro (2x) (...)”
Dai-nos a benção*	“Dai-nos a bênção, ó virgem mãe, penhor seguro (...)”
Oração da noite	“O meu senhor Jesus Cristo, filho da Virgem Maria, me acompanhai (...)”
Oração desconhecida	“Vós que labutai na glória (...)”
<i>Encerramento</i>	Pelo Sinal, Sinal da Cruz, “Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo (...)”
<i>Canto</i>	“Vamos cantando com muita alegria (...)”

Observações:

* Todas essas orações são rezadas também na folia, na mesma versão;

Todas as **orações em vermelho** foram identificadas nos estudos do padre Souza (1989) em várias versões diferentes. Essas orações, segundo o padre, foram criadas pelo povo;

Todas as **orações em negrito** estão registradas no Manual da Paróquia (1950) e na Porta do Céu (2006) e são consideradas próprias da Igreja Católica, como o louvor “Glória ao pai”, que está apenas no manual. O “Ofício da Imaculada Conceição da Virgem Maria” tem versão e até nome diferente em cada publicação, mas o que mais se aproxima do que foi rezado está no site da [Comunidade Católica Shalom](#);

Os **oferecimentos** são falas destinadas ao santo do festejo e têm diversos fins, como pedir pelas almas do purgatório ou por um devoto específico. São momentos livres e não exclusivos da cabeceira, embora nesta reza dona Pulu encabeçou todos os oferecimentos;

Não encontrei nenhuma referência escrita do “**Bendito bateu asa o galo**”, assim chamado por Malvina, filha de dona Pulu. Já o “**Dai-nos a benção**” há registros de várias versões, mas a que mais se aproximou desta reza é o que está no livro digital Mês Mariano de 2021, do [Santuário de São Francisco das Chagas de Canindé](#) (CE);

O “**Terço Caipira**” foi encontrado apenas no blog da [paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus](#), de Mogi Guaçu (SP);

A reza da Folia de Nossa Senhora do Livramento acontece no último dia festejo, dia 2 de fevereiro, dia da santa, ao meio-dia. A reza é encerrada com o *alvorado*, cortejo em volta da casa.

Tabela 3 - Reza da Folia de Nossa Senhora do Livramento (2017)

Orações	Trechos iniciais
Abertura	Pelo-sinal, Sinal da Cruz, fala inicial e Ato de Contrição.
Ato de contrição	“Senhor meu, Jesus Cristo, Deus e homem verdadeiro, Criador e Redentor meu, (...)”
<i>Oferecimento</i>	Feito por seu Né, por intercessão de Nossa Senhora do Livramento.
Credo*	“Creio em Deus-Pai, todo poderoso (...)”
Ofício da Imaculada Conceição da Virgem Maria*	“Deus vos salve Virgem, Filha de Deus Pai! (...)” (depois dessa introdução do ofício, há a inserção de dois trechos do Terço Caipira (Glória e Jaculatório) e depois retorna para o ofício).
Ladainha de Nossa Senhora*	Em latim: “Kýrie, eléison/ Kýrie, eléison (...)”
Salve Rainha*	“Salve Rainha, mãe da misericórdia (...)”
<i>Oferecimento</i>	Feito por seu Né, em latim. É um texto maior que o de seu Camilo na reza do altar. Embora tenham frases idênticas, são textos aparentemente distintos.
<i>Oferecimento</i>	Feito por seu Né a Nossa Senhora do Livramento.
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
<i>Oferecimento</i>	Feito por seu Né, que pede especialmente “pelas intenções do santo padre em Roma, pelos bispos e sacerdotes, pelos momentos das vocações e pelas necessidades espirituais e temporais, desta diocese, desta paróquia e de nossas comunidades, rezamos pelo amor de Deus”.
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
<i>Oferecimento</i>	Feito por seu Né a Nossa Senhora do Livramento.
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
<i>Oferecimento</i>	Feito por seu Né a Nossa Senhora do Livramento.
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
<i>Oferecimento</i>	Feito por seu Né a Nossa Senhora do Livramento.
Pai-Nosso*	“Pai nosso que estás no céu (...)”
Ave-Maria*	“Ave Maria, cheia de graça (...)”
Glória ao pai	“Glória ao pai, ao filho ao espírito santo (...)”
<i>Pedido de graça: Ó meu Jesus</i>	“Ó meu Jesus, perdoai-nos, livrai-nos do fogo do inferno (...)”
Lembra-vos	“Lembra-vos, ó puríssima Virgem Maria Senhora do Livramento (...)”
<i>Preces</i>	“Santa Maria socorrei os pobres (...)”
Bendito de nossa Senhora do Livramento	“Nossa Senhora do Livramento, padroeira forte, seja nossa amparo na vida e na morte (...)”. Este bendito é adaptável ao padroeiro ou padroeira do festejo.
Dai-nos a bênção*	“Dai-nos a bênção, ó virgem mãe, penhor seguro (...)”

Bendito para antes do Senhor Deus*	“Maria, mãe de graça/ mãe da misericórdia/ livrai-nos do inimigo (...)”
Bendito da cruz* Senhor Deus*	“Meu Jesus, me encomendou (...)” Trecho: “Senhor Deus, misericórdia! (2x) Senhor Deus, pequei, Senhor, misericórdia! (2x) (...)”
Encerramento	Pelo-sinal, Sinal da Cruz, “Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo (...)”
Canto	“Vamos cantando com muita alegria (...)”

Observações:

* Todas essas orações são rezadas também na folia, na mesma versão;

As **orações em vermelho** foram identificadas nos estudos do padre Souza (1989) em várias versões diferentes. Essas orações, segundo o padre, foram criadas pelo povo;

Todas as **orações em negrito** estão registradas no Manual da Paróquia (1950) e na Porta do Céu (2006) e são consideradas próprias da Igreja Católica. O “Ofício da Imaculada Conceição da Virgem Maria”, como já foi dito, tem versão e até nome diferente em cada publicação, mas o que mais se aproxima do que foi rezado está no site da [Comunidade Católica Shalom](#);

Os **oferecimentos** são falas destinadas às santidades e têm diversos fins, como pedir pelas almas do purgatório ou por um devoto específico. São momentos livres e não exclusivos da cabeceira;

O “**Terço Caipira**” foi encontrado apenas no blog da [paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus](#), de Mogi Guaçu (SP);

A oração “**Lembrai-vos**” está registrada no site do Vatican News, da [Biblioteca Apostólica Vaticana](#);

Informações sobre “**Dai-nos a bênção**” está na tabela anterior.

Não consegui localizar registro do “**Bendito de nossa Senhora do Livramento**”.

Não conto quantas vezes voltei o áudio das rezas do Altar do Menino Deus e da Folia de Nossa Senhora do Livramento para chegar a essas informações, a essas estruturas de reza utilizadas por dona Pulu e seu Né de Teodósio. Todo esse esforço, no entanto, não exime esses dados de equívocos.

À primeira vista, a reza é um ritual em que várias orações são rezadas em uma determinada sequência, mas é mais que isso. A reza é uma composição complexa marcada por atravessamentos históricos, ideológicos e eurocentrados; e por saberes transculturados, que transpõem o imaginário bíblico criado por aqueles textos rebuscados e em latim. É uma rede complexa, uma trama de orações inteiras, enxertos, pedaços, emendas, oferecimentos e outras interferências da *cabeceira* que formam a arquitetura de cada ritual.

Essas tabelas são resultado de flagrantes auditivos, fotográficos e etnográficos capturados sob o ângulo de minha apreciação, filtrados pela tecnologia da lente fotográfica, captadores de som e pela linguagem estética do audiovisual. Em minha cosmopercepção, a

reza, é afetada por todos esses olhares técnicos que antecederam o olhar de minhas reflexões, que também foram atravessadas pelas consultas às rezadeiras, padres, livros e ao universo digital da internet.

Olho para essas rezas e fico a me perguntar como as orações do devocionário colonial, a exemplo do Ofício da Imaculada Conceição da Virgem Maria e a Ladainha de Nossa Senhora rezada em latim, foram preservadas e absorvidas naquelas manifestações sagracionais? Como as rezas criadas pelas pessoas foram se multiplicando em versões, mas mantendo o mesmo nome? Como todas essas orações chegaram até ali e se consolidaram como identificação cultural da cena contemporânea rural do território são-franciscano?

Faço esses questionamentos e penso na elaboração daquelas estruturas. O que elas podem nos dizer sobre as *cabeceiras*, sobre como elas apreenderam aqueles saberes sagracionais? Em 2019, quando conversei com seu Né de Teodósio sobre o assunto, ele me lembrou do Manual da Paróquia⁶³: “Nele continha a leitura de cada festa, de cada festa religiosa ele tinha a leitura (...) fazia a primeira leitura, depois vinha o evangelho. Depois do evangelho a reflexão daquele mermo evangelho”. Essa estrutura do Manual, no entanto, não corresponde às da reza do altar e nem a da folia.

Seu Né de Teodósio era um dos poucos do território que havia sido alfabetizado, mesmo que precariamente. Crescera na “leitura e doutrina”, convivera com padres, beatas, rezadores e rezadoras e ia às missas. Desse modo chegou ao livro Manual da Paróquia, editado pela primeira vez em 1929. No dia em que o visitamos, ele me mostrou alguns blocos e páginas soltas do que outrora deve ter sido o livro.

Se alguém me pedisse para definir seu Né, eu diria: “É um folião letrado na reza”. Foi dedicado à leitura, mas foi através da oralidade que aprendeu profundamente o sentido das rezas e orações. Assim se firmou como rezador e *cabeceira*.

Na reza da folia, assim como na reza do altar, após a Salve Rainha há o oferecimento em latim. No altar, é feito por seu Camilo, na única participação masculina da reza; na folia, por seu Né de Teodósio. Os dois oferecimentos são aparentados apenas no início, mas o encerramento é similar, com as rezadeiras em coro cantando “Amém, amém! Jesus, Jesus”. O oferecimento de seu Camilo era mais curto, com menos frases. Pergunto a seu Né de Teodósio o por que, ao que ele explica:

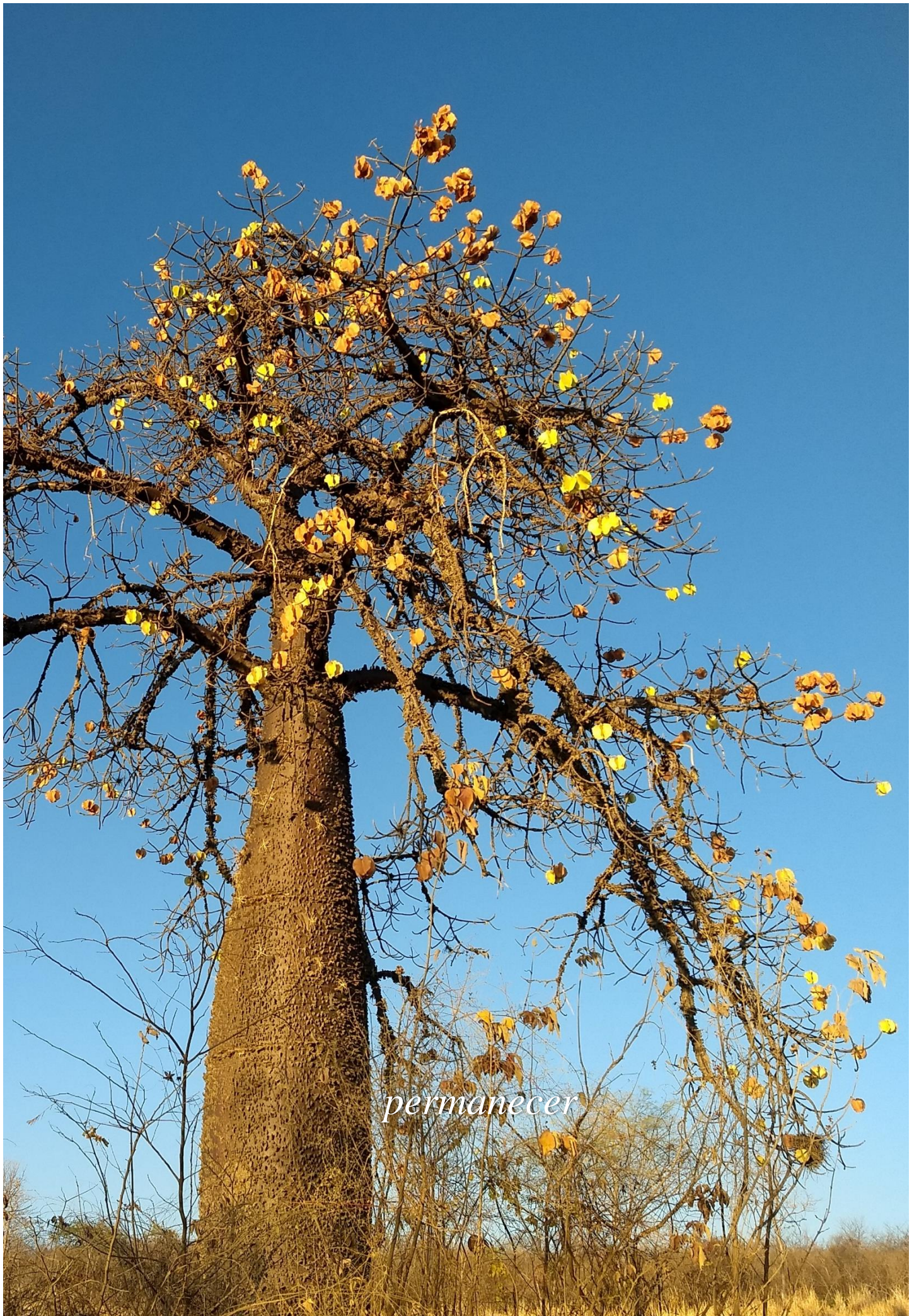
⁶³ O Manual da Paróquia, contendo resumo da doutrina cristã, exercícios de piedade, ladainhas, hinos, cânticos, cerimônias, ritos, epístolas e evangelhos dos domingos e festas, com piedosas reflexões, foi editado pela primeira vez em 1929, no Rio de Janeiro, compilado pelo Monsenhor Leovigildo Franca.

A gente sabe que num tem quem sabe das coisa tudo a fundo, mas um pouquinho que saber é bom a gente praticá. E aí é o que acontece com nós (eu, Camilo), nós somos parente, um parente meio longe mas somos parente, e sempre toda vida nós seguimo a doutrina da Igreja Católica.

Claramente, seu Né de Teodósio tinha consciência da doutrina católica na sua prática devocional. Tanto é que no quarto oferecimento da reza da folia ele diz: “pelas intenções do santo padre em Roma, pelos bispos e sacerdotes, pelos momentos das vocações e pelas necessidades espirituais e temporais, desta diocese, desta paróquia e de nossas comunidades, rezamos pelo amor de Deus”.

Já a relação de dona Pulu com os saberes sagracionais não passou por nenhuma educação formal religiosa. Sabia ler o suficiente para algumas necessidades formais. Não sabia rezar na letra, na palavra, na frase. Tudo estava escrito em sua cabeça, na ideia. Foi assim com a *véia* Joana, *devera de sê* com ela também.

Poderia dizer que dona Pulu nasceu no altar, mas é mais apropriado dizer que ela nasceu e cresceu dentro de sua avó e de outras rezadeiras. E que foi criada no altar – e que nasceu nele também, junto com Menino Deus. O fato é que esse aprendizado é para lá de umbilical, sanguíneo. É um aprendizado espiritual, de cultura ancestral, pra lá do horizonte do tempo, forjado na experiência diária. Talvez por isso ela não classifique sua fé: “Eu sô da igreja, eu sô da medicina, eu sô de tudo que pensá”.



permanecer

PLANTAÇÃO

Sobrevivi à pandemia. 700 mil, não. Senti muita dor na minha reclusão, muita indignação com tanta ignorância, muita raiva com as políticas de caráter genocida do desgoverno brasileiro. Nesse período, encontrei um vídeo de Nêgo Bispo⁶⁴ no qual ele falava sobre o compartilhamento de saberes e memória ancestral nas comunidades quilombolas, a partir da passagem do seu tio Noberto Máximo para o *plano da ancestralidade*. Certo dia, seu tio o chamou e disse: “Olha, a comida já não me alimenta mais, eu enfraqueço a cada dia; o remédio não enfraquece mais a doença. Então estou passando, estou indo”. Depois de uma pausa, continuou: “Olha, eu quero lhe dizer que não tive filhos, mas criei muitos filhos; nunca fui rico, mas sempre comi e dei de comer”. Em seguida, começou a chorar, o que fez Nêgo Bispo perguntar a razão. Respondeu seu tio:

Eu estou chorando porque lhe ensinei tudo que eu sabia, mas eu não sabia tudo que eu queria lhe ensinar. Mas mesmo assim eu quero lhe dizer que enquanto você passar para as outras gerações aquilo que eu passei para você, mesmo que eu esteja enterrado, estarei vivo. Mas no dia que você deixar de passar para as outras gerações isso que eu recebi de outras gerações e estou lhe passando, mesmo que eu esteja presente eu estarei morto. Então a minha vida, a partir de hoje, está nas suas mãos. A minha vida está na sua vida.

Aquela explicação expandiu minha compreensão sobre a transmissão oral dos saberes. A *véia* Joana continuava viva na vida de dona Pulu, a *véia* Zifirina e o professor Francisco continuavam vivos na vida de seu Né de Teodósio. Joana, Zifirina e Francisco não morreram,

⁶⁴ Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, é um pensador e escritor piauiense que construiu um pensamento a partir das experiências nas comunidades quilombolas e nos movimentos de luta pela terra. Ele partiu para a ancestralidade no dia 4 de dezembro de 2023, aos 63 anos. O vídeo [Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola](#) foi publicado no dia 15 de março de 2021, pelo canal do Itaú Cultural no YouTube. Acessado em 10/04/2021.

apenas passaram para o *plano da ancestralidade*.

Certa vez, ao falar sobre os antigos e a região, seu Limiro contou a seguinte história:

É... que o mundo foi começado, pelo menos aqui, nessa região nossa aqui, foi começado assim pelos índio. Os índio era vivedôzin que era assim: todas peça que... – eu era pequeno, eu ainda assisti um bocado; todas peça que tinha dos índio prantado numa panela ou num pote, cortado e guardado, pra suberrar dento do chão aguardado – aguardado lá no lugar que convivesse. Se morria um novo ou pequeno botava dento daquela vasia e prantava onde queles estava conviveno. Não era prantado dento de çumitério como nós pranta, que tem um canto fixe pra nós prantá ôto. Agora, antigamente, não. Ali, aquele canto, todo canto que nós convivesse aí prantava aquela pessoa. Aquela panela ficava 15, 20 anos, mas os osso mermo não destrói dento da panela não. Destrói aqui dento do chão, mas na panela de barro queimado não destrói não.

Escutar seu Limiro era sempre um privilégio, uma sabedoria a mais – ou várias. Ao dizer que depois de mortos os indígenas eram plantados, ele subverteu a lógica que estabelecia o limite entre a vida e a morte. Ao invés de “sepultar” ou “enterrar”, “plantar” o corpo, como se este fosse uma semente a criar raízes, se espalhar em todas as direções, crescer e permanecer; se fazer flores, frutos, sementes e... assim, tornar a nascer. Penso que esse “plantar” de seu Limiro, tem a ver com a observação de Norberto Máximo sobre a transmissão dos saberes ancestrais entre as gerações, com a integração de dona Pulu com o seu lugar (“Nasci, criei e tô aqui até hoje”) e com aquelas tradições do imaginário sagrational do território. Assim, o tempo de vida do Altar do Menino Deus e da Folia de Nossa Senhora do Livramento era o tempo da ancestralidade, um tempo onde não se morre, se esquece.

Chuva

No primeiro dia de reza do Altar do Menino Deus de 2016, por pouco não aconteceu uma desgraça. “Eu falar a verdade, tem hora que eu fico pensano assim, o que aconteceu com nós aqui. Té hoje eu num gosto de oiá naquela casa véia aculá, móde minha neta”, contou seu Camilo em maio de 2021, ainda atravessado por uma dor latente.

A filha de Malvina estava em casa, se preparava para acompanhar a reza da avó, quando foi surpreendida pelo ex-namorado à porta do quarto, de quem havia se separado há pouco tempo. Minutos depois, chega ao ouvido de Malvina a notícia de que o rapaz estava batendo na sua menina. Formou-se um alvoroço no meio da reza. Seu Camilo saiu cego na direção da casa de Malvina. Nada! A menina não estava em nenhum cômodo. Correu para o lado da barragem. Sua cabeça girava. De repente, no silêncio de uma respiração para outra ele ouviu o gemido da neta. Ela estava no chão, encolhida, no meio do mato, banhada em sangue com um braço quebrado e um corte profundo na testa.

“Vamo caçar esse infeliz!”, disse alguém.

“Não! Vamo acudir é ela que tá quage morta”, respondeu se Camilo.

A cicatriz na frente e o braço emendado da filha de Malvina não foram as únicas marcas deixadas por aquele acontecimento. A violência praticada por um filho de uma rezadeira causou profundo desgosto em dona Pulu, que desanimou de continuar com o altar. Todos os corpos femininos da comunidade também se sentiram agredidos, violentados. O desalentador episódio violou a sacralidade do altar daquela gente e o tempo da ancestralidade, que não é um tempo isolado do mundo, mas contemporâneo de todas as realidades, doces ou amargas, difíceis ou agradáveis.

Em 2019, para atender ao pedido da mãe de uma afilhada sua, que tinha uma promessa a pagar, dona Pulu voltou a levantar o altar. Não estive presente nesse período, mas a visitei meses depois. Ela estava benzendo alguém quando eu, seu Limiro e Jairo chegamos. A tireoide havia deformado seu pescoço. Ela emagrecera, fizera alguns exames em Goiânia e estava se preparando para retornar a capital de Goiás. Dona Pulu iria fazer cirurgia dos dois olhos e da tireoide, que inspirava mais preocupação. Mas ela estava animada. Inclusive me confessou que voltaria a levantar o altar quando retornasse. Já tinha até promessa feita.

No final de agosto de 2020 ela viajou para Goiânia. Os tempos não eram bons. Um clima de luto cobria o país de tristeza. O medo da morte era um fantasma onipresente que nos sufocava. Naquele mês, o Brasil já registrava 143 mil mortos pela covid-19. Os hospitais experienciavam o estresse de combater um vírus até então sem vacina. Essa dramática crise sanitária acabou retardando as cirurgias de dona Pulu, mas não tirou seu humor. Todo dia, à boca da noite, ela ligava para seu Camilo, que estava de prontidão ao lado do celular conectado diretamente na antena da internet. Dias depois de realizada as cirurgias dos olhos, ela ligou brincando: “Ei, véi. Menino, mas eu tô enxergano os meninim novo lá na frente”. A resposta ao gracejo foi imediata: “Cê num tá enxergano um véim também lá na frente, não?”. Ambos caíram na risada, contentes com o resultado das duas primeiras cirurgias. Contudo, internamente seu Camilo andava angustiado naquela expectativa solitária, naquela casa em que dona Pulu preenchia todos os espaços.

Em uma das visitas que fizemos a seu Camilo, ele confessou:

Tem hora deu deitar na cama eu dô com o sono. Quando eu acordo, aí agora acabô: o sentir daqui e o sentir pra lá, pensando nela, pensando nos fii, tudo. (...) Ói, falá a verdade, tudo quanto em nós não é bom, né? Uma dor, um quê, não é bom. Mas esse pedacin daqui [do pescoço] pá cima é o mais perigoso. Mas Deus coloca a mão sagrada dele na frente.

A cinco dias de dona Pulu completar um ano em Goiânia, seu Camilo recebe a ligação: “Pai, mãe morreu. Mãe morreu, pai. [...] Ela tá nos aparei. Ela tá movimentano, mas é os aparei, o corpo dela já cabô. O cérebro dela já morreu”. Era 2 de setembro de 2021. A dor daquela notícia não cabia no corpo miúdo de seu Camilo. Sua Lu, como ele a chamava carinhosamente, partira para a ancestralidade. Fazia dias que ela havia perguntado a ele sobre os coqueiros e as laranjeiras. “Ô, Lu, os cacho tá assim, despejadin minha fia. A hora que ocê chegá tem muita água procê bebê. [...] O pé de laranja tá começano madurecê”, respondera ele. Agora, Lu não viria mais beber água de coco e nem o suco das laranjas do seu sítio. Naquele ano, não se ouviria no Jataí a alegria dos foliões e as rezas que cortavam as noites de

24 de dezembro a 6 de janeiro, com aquela paisagem sonora emoldurada na ancestralidade.

Havia poucos dias da primeira chuva do caju quando chegou aquela notícia. Fiquei desorientado. Pensei em seu Camilo, em Malvina, no *ôtos fii*, nos netos e netas e na *véia* Joana. E pensei também na fala de Norberto Máximo e no futuro da tradição do altar.

Na manhã do dia 4 setembro, saí com Jairo de Santa Maria da Vitória com destino a casa de dona Pulu, onde seu corpo estava sendo velado desde a noite anterior. Passamos em Santo Antônio e pegamos seu Limiro. Na estrada, íamos conversando sobre as memórias de dona Pulu quando reparamos na beleza das barrigudas pela estrada. Elas estavam paridas de frutos com cores que iam do amarelo claro para o terroso. Pareciam lanternas penduradas nos galhos pendentes. Por um momento lembrei das mangas no teto da sala do altar a milagrar frutos.

Chegamos ao Jataí antes das 7h. Havia gente espalhada pelo terreiro. Não tinha tido muita convivência com dona Pulu, mas me sentia tão próximo dela, que estava apreensivo e com receio de me aproximar do caixão. Seu Camilo, com os olhos já secos de lágrimas e vidrados pelo impacto das últimas noites não dormidas, veio ao nosso encontro. Depois de um afetuoso abraço ele disse “Bora. Coragem”, e me colocou na direção da porta. Ao passo que fui me aproximando do caixão, uma paz crescente foi invadindo meu corpo e diluindo a tensão em uma sensação de tranquilidade plena.

Apesar da dor causada pela morte, era a vida que fluía na atmosfera naquela sala onde tantas vezes se rezou e se cantou o nascimento do Menino Deus. Dona Pulu, vestida de um azul celestial, estava serena dentro do caixão, com as mãos cruzadas sobre cordão de São Francisco a descansar da vida. Sua filha Maronita alisava seu rosto, arrumava uma flor, compunha o cabelo fora do lugar, suspirava, olhava para mãe trocando cumplicidades, ria suavemente e seguia naquele cuidado contínuo de deixar a mãe bonita para ser plantada.

Às 8h, o corpo de dona Pulu foi levado para a capela São João, a igreja da comunidade que ela ajudou a construir e na qual se reunia aos sábados e domingos para rezar. No meio do ritual de celebração do corpo presente, dona Filismina adentrou a capela com um vestido azul, se apoiando em um cajado. A tia de Rê é comadre de dona Pulu. Elas cresceram juntas naquelas terras onde nasceram seus ancestrais, onde estão plantados seus umbigos e enraizados seus espíritos. Dona Filismina caminhou pelo corredor central, acenando para um lado, para outro, dispensando alguns cumprimentos em voz alta e se aproximou da cabeceira do caixão. Colocou sua mão sobre a mão de dona Pulu, ajeitou o véu e trocou algumas palavras. Elas estavam a dialogar, trocar confidências, memórias e alegrias de décadas.

Aquela conversa poderia durar horas, mas dona Pulu precisava ir.

“Minha comade, guarde um lugazin lá pra mim”, disse dona Filismina.

Da capela do Jataí, o cortejo saiu para o cemitério da Umbaúba.

O caixão foi colocado no centro do salão.

Seu Né de Teodósio, que eu não via há dois anos, iniciou o ritual de despedida, acompanhado por uma rezadeira. Ele estava abatido, nem parecia aquele folião rezador que eu conheci nas folias de São Sebastião e de Nossa Senhora do Livramento. O tempo agia implacável sobre sua memória. Já não lembrava mais das orações até o fim, perdia-se nos versos. Sua dupla corrigia, emendava, *encabeçava* e até o término da reza. Em seguida, o caixão foi fechado sob forte comoção e carregado até o cruzeiro na área mais antiga do cemitério, onde está plantada sua mãe Sula. Lá, deram uma volta no cruzeiro e se dirigiram para a cova onde o corpo de dona Pulu foi plantado.

Assisti aquele rito de passagem para a ancestralidade e fiquei pensando que aquilo também não era só um ritual de despedida de dona Pulu, mas da *véia* Joana e da própria ancestralidade.

Dias depois encontrei Seu Limiro, que me contou com ares de espanto: “Cilço, nessa idade nunca vi nascer tanta barriguda. Ói, você vai debaixo dum pé dela e tá assim, ó! Nunca vi!”.

Isso me fez imaginar que a barriguda, na sua espetacularidade extracotidiana, com todos aqueles frutos de movimento helicoidal que se deslocavam através do vento para germinar em outros solos, era festa da natureza para receber dona Pulu em seu corpo-terra.

Sicupira

De maio para setembro de 2022, dona Isabel *arruinou*.

Seu corpo diminuía, e a cada dia ficava um pouco menos. Ela estava pouquinha, pouquinha sentada no sofá. Sua voz era um frágil sopro que saía à força. Dona Isabel estava distante em seus olhos fundos e naufragados, as expressões da face pouco comunicavam sobre os seus sentires. Resolvi provocar sua memória com a lembrança da *véia* Joana, que me parecia trazer boas recordações para ela. Foi aí que ela arrancou de sua pele cansada uma suave expressão de alegria. “A saudade num deixa a gente esquecer dela”.

Essa resposta me fez refletir sobre o quanto da *véia* Joana já havia se perdido e sobre o quanto de dona Isabel, a querida Bezinha, havia de se perder. Muito já havia se perdido. Ela já não lembrava mais das eras, *quadras* e outras represas do tempo. “A cabeça ficou lelé”, nos disse ela na conversa que tivemos em maio. No entanto, Bezinha ainda guardava em si um pouco da *véia* Joana. Era uma alegria revisitar o eterno festejo do Altar do Menino Deus da *véia*.

Havia gente espalhada pela casa, pelos terreiros, debaixo da mangueira e na casa de Malvina. Eram visitas de despedida. Aquela gente sabia que a morte se aproximava. Assim, com a naturalidade e tranquilidade de quem aguarda o inevitável, tomavam café com biscoito de tapioca e proseavam sobre a vida, enquanto Bezinha cochilava no sofá.

No dia 9 de outubro, Malvina me deu a notícia de que dona Isabel havia passado para a ancestralidade. Faltava um mês para ela completar 91 anos. Na manhã do dia seguinte, acompanhamos a reza de despedida e plantação no cemitério da Umbaúba. Foi mais uma manifestação sagracional, espetacular e contemporânea presenciada no território.

Um frondoso jatobá e uma enorme sicupira a deitar flores lilás pelo chão receberam o cortejo à entrada do cemitério. O caixão foi posto sobre cavaletes no centro do salão sem paredes e iniciou-se a reza. As orações eram as mesmas das rezas de festejos, mas naquela reza as orações incorporavam outra função, e os oferecimentos cumpriam as demandas do ritual de passagem para a ancestralidade. Era outra reza.

Terminado esse momento do ritual, repetindo o mesmo roteiro da plantação de dona Pulu, o corpo de dona Isabel foi levado até o cruzeiro, para contorná-lo, e de lá para o local onde foi plantada. Durante a plantação, enquanto a terra encobria seu corpo, dois homens e duas mulheres entoavam o Bendito da Sexta-feira Santa⁶⁵, dando ao ritual uma paisagem sonora de lamento. Ou, talvez, uma paisagem sonora de fertilização, do enraizamento do corpo-semente no corpo-mãe.

⁶⁵ Há outras variações desse bendito, inclusive com nome diferente. Padre Souza, por exemplo, registra uma versão desse bendito chamando-o de “Bendito da quinta-feira Santa” (Souza, 1989, p. 110)

Ruminar

Sábado, 18 de março de 2023.

Acordei às 5h da manhã como de costume. Abri o portão e olhei a rua a procura de seu Limiro. Ele vem da roça todo sábado, desce na rodovia que atravessa Santa Maria da Vitória e vem caminhando lentamente pela rua São João, quase sempre com bolsas, sacolas e um galão de água vazio. Quando seus chinelos se aproximam do chão, sobe uma poeira suave como se a terra abrisse passagem para seus passos. Ele chega ao portão e, antes de tocar a campainha, Joaquim dá as boas-vindas. É algo entre latir e uivar. Logo, Amorilda e Luar se juntam a ele na recepção, e os três, em latidos descompassados de alegria, avisam a vizinhança que seu Limiro chegou, com toda sua generosidade – às vezes traz peta, brevidade, biscoito de polvilho, batata doce, galinha tratada, toucinho para banha, pernil de porco, farofa aprontada por ele mesmo, limão galego, polpa de buriti, cana-de-açúcar, raízes e cascas de cura. No seu matulão invisível havia sempre algo a doar, porções de afetos e gratidão.

Durante o café, ele refletia olhando para os cachorros: “Cilço, como pode gente fazê mal a um vivente desse?”.

Este sábado não foi assim. Havia silêncio de latidos e vento com pouca coragem para roçar o chão. Olhei a rua e fechei o portão. Seu Limiro não viria. Na última quarta-feira, 15 de março, ele sofrera um AVC isquêmico e estava hospitalizado em Canápolis. O Limirão, companheiro de dona Honorina, arruinou. Fiquei triste. Na semana anterior havíamos conversado sobre a caretagem, que ia acontecer em 8 de abril. Ele estava empolgado, feliz, envolvido nos preparativos e na logística da brincadeira, que vinha crescendo nos últimos anos. Sobretudo na do ano anterior, a primeira depois da pandemia da covid-19.

O fazer artístico de seu Limiro já vinha, há algum tempo, despertando a atenção de estudiosos, ativistas das artes e das culturas tradicionais. Em 2006, os professores João Batista Alves de Lima, Celi Dalva de Oliveira Moraes e Vilma Pereira Alves Oliveira defenderam a monografia “A caretagem em São Pedro e Santo Antônio”, no curso de especialização em Formação Sócio-econômica do Brasil, na Universidade Salgado de Oliveira. Desse trabalho, eles produziram o primeiro documentário sobre a caretagem de que se tem notícia.

Em 2019, ele foi convidado para realizar a caretagem na III Feira Literária de Samavi⁶⁶ e tema do documentário “Seu Limiro das caretas, artesão de resistência popular”, de Justino Cosme, aluno do curso de especialização Produção Audiovisual da UFOB/Samavi. Foi também sujeito-colaborador do Trabalho de Conclusão de Curso “Máscaras e caretagem: o ensino de artes e as manifestações culturais da comunidade de Santo Antônio”, defendido por Lília da Silva Passos Conceição no curso de Artes Visuais da UFOB/Samavi. Em 2020, seu Limiro participou da exposição coletiva “Além São Francisco”, na Galeria Cañizares, da Escola de Belas Artes da UFBA, em Salvador. Em 2022, eu lancei o documentário “Seu Limiro – Quando a caretagem chegar”, na revista Francisco⁶⁷, plataforma digital e colaborativa da UFOB. O filme trata do trabalho do mestre durante a pandemia da covid-19 e sua expectativa para o retorno da caretagem às ruas de Santo Antônio e São Pedro.

“Vamo fazê um movimento aqui, Cilço mais Jairo, que o movimento nosso vai ficá na história pra região nossa aqui”, confessou um dia.

A alegria de seu Limiro era a alegria da comunidade no cortejo dos seres *limirenses* a seguir o Judas, sob o ritmo frenético das flautas, tambores, triângulos, pandeiro, atabaque e reco-reco dos foliões. Nada o deixava mais *aprazerado* do que ver o povo a se divertir atrás daquele imaginário real.

Como ele imaginava, de fato, aconteceu: a caretagem de 2022 foi um sucesso. Agora, seu Limiro só pensava no planejamento da caretagem de 2023. Conversamos sobre isso no sábado passado, há exatamente sete dias atrás, na mesa da cozinha. Era assim: quando ele chegava aos sábados, eu oferecia água, pedia que se sentasse à mesa e ia preparar o café. Os cachorros ficavam ao seu redor a dialogar com ele, que se ria das companhias. Às vezes, eu servia tapioca com manteiga da roça, ovos mal passados, pão com queijo assado no forno e, menos frequentemente, favada ou carneiro cozido com cuscuz, com coentro e cebolinha por cima. Ele adorava, lambia os dedos e dizia que se sentia um rei.

⁶⁶ Samavi é a sigla de Santa Maria da Vitória adotada pelo santa-mariense para se referir à cidade.

⁶⁷ A matéria “[A memória do mestre Limiro](#)” foi publicada na edição 4 da revista Francisco, em junho de 2023.

Esse era o primeiro café do sábado, o nosso primeiro tempo de prosa. Ficava a escutá-lo como quem contempla os mistérios da paisagem. Lidar com a linguagem de seu Limiro era um desafio que me deixava *aprazorado*. Sua fala era um livro a ser lido, suas palavras e expressões eram pistas, signos de linguagem, sinais e códigos de um mundo que vivo a ruminar, ruminar, ruminar, numa busca incessante pela compreensão – embora reste sempre a dúvida e a incompletude nas apreensões dos saberes.

O segundo café era na casa de Jairo e Norminha. O maroto Joaquim acabou nos convencendo a levá-lo nessas visitas. Jairo servia café adoçado com rapadura e um pão que ele mesmo fazia, com queijo derretido por cima. Depois, servia licor de genipapo ou uma cachaça – só pra gente! Limirão nunca bebeu, mas gostava de participar dos furdunços e acompanhar as prosas. Era um bom escutador, mas não se esquivava de manifestar sua percepção sobre as coisas.

“Num ataiando a sua proposta que adiante vai...”, dizia ele, interrompendo o interlocutor quando necessário, para emendar seu compreender. Nossa prosa era comprida, demorada. Conversávamos sobre as visitas nas roças, os costumes, as pessoas. Era preciso mastigar e engolir, e tornar a mastigar e engolir de novo, para expandir o entendimento sobre os enredos e as narrativas rurais que escutávamos. Aquelas conversas, de alguma forma, alongavam a vida, esticavam a ancestralidade, reativavam a memória, invocavam os antigos e tratavam das sabenças do povo daquele território.

No entanto, neste sábado não escutei a voz de seu Limiro. Faltavam duas semanas para o Sábado de Aleluia, e ele hospitalizado... Já não respondia a estímulo algum e tinha um lado do corpo totalmente paralisado. Seu Limiro era um corpo desmaiado, uma vela a perder a chama. Ele já habitava o mundo dos seres encantados, dos filhos fantásticos da criação de sua cachola fértil, parideira.

Às 23h21, recebi a mensagem de seu sobrinho Joêmio: “Tio Limiro faleceu”. Em lágrimas, disse baixinho: “Descansou, meu amigo. Descansou...”. Na tarde do dia seguinte, seu Limiro foi plantado no cemitério de Santo Antônio, ao som comovido dos foliões e o lamento da comunidade. Era 21 de março de 2023, domingo. Dia de luto e de celebrar a vida. Naquele mesmo dia, seu amigo e folião rezador Né de Teodósio, fazia 84 anos.

Roça

A última vez que vi seu Né de Teodósio rezar foi na plantação de dona Pulu, em 2021. Visivelmente, ele já não tinha mais a firmeza de outros tempos, nem a segurança e a altivez do rezador que o fez reconhecido no território. Naquele ano, ele também *encabeçou* pela última vez a reza da Folia de Nossa Senhora do Livramento. A velhice o consumia aos poucos, limitando um movimento ou outro, um alimento ou outro, uma memória ou outra. O corpo estava cansado da caminhada, das chulas e dos batuques. O corpo de tantas rezas estava a cada dia mais esmorecido, fatigado.

Das vezes que o visitei no Morro do Guará, a visita do dia 30 de julho de 2023 foi a mais simbólica. Foi a primeira visita desde que seu Limiro passara para a ancestralidade, e me lembrou a visita de despedida de dona Isabel. Monca (Mônica) me mantinha atualizado sobre a situação do seu pai e alertou: “Ele num tá muito animado não, não tá querendo alimentar. E aí quando a pessoa num tá querendo alimentá, a pretendência é só enfraqueá cada vez mais, esmorecido”.

Assim, fomos visitá-lo naquele dia – eu, Jairo, seu Camilo e Joãozinho, que encontramos no caminho. Seu Né estava deitado sobre uma cama, na sala da casa de Monca. Já fazia uns dois anos que ele morava com ela e seu compadre Geraldo. Pouco tempo depois, chegou Hermes. Em seguida, um carro com várias pessoas. Logo, a casa de Monca e Geraldo ganhou um movimento de vozes que fez circular outros sons; sons de memórias misturados aos ventos e aos cantos dos pássaros que enfeitavam a paisagem com coloridos sonoros.

Seu Né sentou-se e deixou-se levar pela fala de um, pelo caso de outro, pelas lembranças dispersas do mundo que se desmanchava no fundo do esquecimento. Balançava a

cabeça, confirmava algo, ficava em dúvida, dizia algo que não se escutava, olhava aquela gente – quanta gente! O que faziam todos ali? Que festa era aquela?

Dois dias depois dessa visita, Monca me enviou a seguinte mensagem:

Então, pois é, o véi pai, daquele dia que cêis vieram aqui, graças a Deus, só melhora. Ele hoje foi lá na casa dele – e nem foi com aquele cacetin não, com o bastãozin não, foi sem nada. Foi lá na casa dele, passou adimanhã lá, voltou pra trás caminhano e ele disse que num sentiu as pernas fraca não. Graças a Deus, tá de boa, sentou na frente da casa, ficou lá muito tempo lá sentado, agora deitou, tá dormino. Hoje, comeu, armoçou com a mão dele, sem precisar ninguém botá na boca dele... só melhora.

A notícia foi animadora. Seu Né de Teodósio reagia, não era de arredar o pé. Era homem de reza, de tambor, de luta. Um dia, Jairo o encontrou ele e don’Ana em uma manifestação dos trabalhadores rurais, no centro de Santa Maria da Vitória, e os fotografou. Era inspirador ver aquele casal miúdo, negro, falar da flor da velhice, reivindicar um futuro melhor para o homem do campo, reclamar do trato da terra no presente, e sonhar com o sabor dos frutos, dos alimentos e das águas sem veneno.

No sábado, 11 de novembro, às 14h07, Monca me dá a notícia: “Seu Cícero, boa tarde... seu Cícero, meu pai faleceu, o sinhô passa o aviso pros ôto minino”. Era uma voz despedaçada, com palavras a se equilibrar em soluços. O inevitável, enfim, chegara.

Monca estava em Goiânia, havia ido cuidar da filha. Seu Né ficara com Caetano, explicou ela:

Os meninos ficou chamano ele paí. Luís chamou pa casa dele, ele num quis, disse que era longe. Cumade Rita chamou pa casa dela, ele disse que também num ia porque tava longe. Ele ia fica mesmo na casa de compade Caetano, porque era lá pertin. Aí, quando foi na véspera deu saí, ele levantou da cama dele e ficou de frente pro santo – o sinhô sabe, que lá em casa, na estante, tem um bocado de santin, lá, que nós põe lá, aí na hora de rezá o terço, a gente encosta e reza. E ele levantou, sentou dicima do bracin do sofá, e ficou lá sentado, encarado nesse santo. E aí eu tava moiano as planta, aí eu vi quando eu passei na janela, eu vi ele lá. Botei o chuveiro lá no canto e entrei. “Uai, pai, por que o sinhô sentô no braço do sofá, porque num senta numa cadeira? Cê vai rezá?” Ele num me disse nada, e tava focado no santo. E aí eu peguei a cadeira, encostei dijunto dele e mandei ele sentá, porque no braço do sofá uma hora ele podia caí. Aí ele foi e sentô na cadeira e ficô... eu acho quele ficô mais de uma hora lá, sentado, de frente do santo, focado nesse santo. E eu já fiquei mei assim, pensano...

Dontonte pa onte ele passô mei ruim, aí eu mandei os menino comprá remédio lá pa ele, dá pa ele. Tudo queu disse eles fez, disse quele melhorou. Dormiu a noite, de onte pa hoje até bom. Na noite passada disse quele num dormiu muito bom não, mas pa amanhecê hoje ele dormiu bom, e onte de noite ele chamô pra rezá. Aí eu disse: “Apois, se ele chamô pa rezá, cêis vai rezá mais ele”. Ele esquece, mas de vez em quando ele alembra, e o dia

quele alembra ele qué rezá. Aí chamô os menino pa rezá, ele rezô mais ele, o que ele dava conta, né? puquê ele num dá conta de fazê as oração tudo.

Seu Né de Teodósio fez a passagem para a ancestralidade depois do meio-dia. Ele acordara bem. Tomou café e sentou-se em uma cadeira lá fora.

“Hoje é sábado?”, perguntou.

“Sim”.

Ele pediu que cortassem suas unhas, o cabelo e fizessem sua barba. Depois do almoço, o encontraram andando pela roça e o levaram para casa. No caminho, a vida de seu corpo escorregou pelas pernas e se espalhou na terra.

Seu Né de Teodósio foi plantado na tarde do dia seguinte, no cemitério da Umbaúba, dentro do mesmo ritual de plantação de dona Isabel e de dona Pulu.

ALTAR DE MALVINA

O 6 de janeiro de 2023, Dia de Santo Reis.

Dois meses depois da plantação de dona Pulu, eu, Jairo e seu Limiro fomos visitar Malvina e seu Camilo. Ele havia mudado do Jataí para o Barreiro do Guará, onde Malvina morava desde o acontecido com sua filha. Apesar da ausência do corpo, dona Pulu estava presente em tudo. Ela pertencia àquele lugar, aquele lugar também era ela. Todo lugar reivindicava sua ancestralidade. Ela estava em seu Camilo, em Malvina, nos ventos e nas águas frescas, nas frutas e naquela terra em que habitavam seus antigos.

Contei para Malvina que dona Pulu me disse que voltaria a levantar o altar, quando retornasse de Goiânia, e perguntei se ela iria continuar com a tradição da família.

“Esse ano não. Não sei depois”, respondera ela na época.

Agora, o altar estava montado, e aquele 6 de janeiro já era o dia de encerramento. Seu Camilo estava no Pará, visitando o filho, e fizera falta.

Que dia *aprazorado*! Fazia quatro anos que o altar não era levantado na família Barbosa do Rosário, e dois anos da plantação de dona Pulu. Malvina pensou em até doar o oratório e as imagens do altar para a capela São João. Depois, desistiu. Estava melhor em casa. Era santo de casa. Foi da sua mãe, de sua avó e de sua bisavó. É verdade que tivera pouca convivência com a *véia* Joana, mas sabia da força que ela tinha e também era herdeira dos saberes sagracionais daquela tradição.

Malvina levantou o altar no dia 31 de dezembro. Queria ter levantado no dia 24, como no tempo de sua bisavó e de sua mãe. Mas não foi possível, assim como também não foi possível pendurar mangas e bandeirolas no teto. A tradição se ajustava à necessidade, à

realidade e as condições de realização. A tradição era um fenômeno vivo.

Aparentemente, tive a impressão de que o altar estava mais imponente do que aquele de 2015, com uma *verdura de pranta* renovada, vibrante. Para dona Pulu, o altar através da reza era claramente o lugar de diálogo com o invisível, simbolizado nas imagens sagradas.

“Na hora que a gente tá precisano, vamo pedir. Na hora que for arremediado, vamo agradecer”, disse ela.

Desse modo, a *véia* Joana fez seu voto quando levantou o altar pela primeira vez na família Barbosa do Rosário; da mesma forma dona Pulu fez voto com o Santo Reis e o Menino Deus pela saúde de seu filho Argemiro, “que passasse tudo em paz e ele recuperasse bem”; agora, era a vez de Malvina pedir pela saúde de seu filho Evaldo. A história de devoção se repetia, o altar era para atender as necessidades de todos e todas. Era o encontro da ancestralidade na contemporaneidade, do passado com o presente, do velho com o novo e o novo com o velho, do adulto com a criança e da criança com o adulto, da mulher com o homem e do homem com a mulher, da mulher com a mulher e do homem com o homem, e dos jovens com outros jovens e com os velhos e as velhas. O altar era um encontro com a *véia* Joana, com Sula, com dona Pulu, com Bezinha e todos os outros e outras que se encantaram na ancestralidade, no além das imaginações, nas imaginações das encantarias.

A respeito desses encontros subjetivos de existência, Malvina me fez o seguinte relato sobre o dia 31 de dezembro, depois da reza: “Na hora que foi cantá a lapinha, me bateu uma vontade de chorá muito forte. Mas eu tentei me controlá, fui ao banheiro pa disfaçá. Era como se eu tivesse vendo a minha mãe ali”.

No dia seguinte, os foliões continuaram o giro pelo Barreiro do Guará, Umbaúba e Jurema, retornando naquela manhã de 6 de janeiro.

Foi um dia *aprazerado*.

Ainda acompanhei a última visita antes dos foliões chegarem à casa de Malvina. Estavam exaustos, triturados pelo giro, mas revigorados pela fé, pelo samba e pelos generosos goles de bebidas. Evaldo estava travado, com a coluna fora do prumo. Mesmo assim, acompanhou de joelhos o canto do santo em todas as visitas. E o que para mim poderia ser cansaço dos foliões, talvez fosse apenas uma manifestação de prazer, um prazer individual e coletivo, físico e espiritual, marcado por trajetividades, experiências e compartilhamento de alegria de devoção festiva.

No dia da plantação de seu Né de Teodósio encontrei Malvina e perguntei se ela iria levantar o altar naquele ano. Ela respondeu que não. Entendi que a interrupção também fazia parte da vida da tradição.

FOLIAS DE RÊ

1 de fevereiro de 2023.

Já passava das oito horas da noite quando recebi a mensagem:

Boa noite, Cilço. Tudo bom, Cilço. Ei, comigo aqui tá tudo ótimo. Nós só tá cozinhano carne e comeno. Cilço, eu quero que você chegue aqui amanhã cedo. Só que amanhã, quando ôcê vim cedo, quando passa pu Santo Antõe, pode passá direto, que Limiro tá certo de vim mais o Herme. Joêmio disse que vai pu Juazeiro. Eu te espero aqui bem cedo, amanhã. Bem cedo, mermo, que a premêra casa qu'eu quero cantá amanhã cedo é na casa de Joaquim de Jovi. Então você vem cedo, pa você toma o café aqui mais eu, o primeiro cafezin. Só bastava ocê passá só água na boca, enxaguá aí, que nós vamo tomá um café mais confortado aqui em casa. Beleza? Se você num pudé vim, Cilço, ocê me fala. Num deixe eu in neutro não, viu? Poquê eu te esperei aquele Dia de Reis e você num apareceu, você num mandô o audo dizendo se vinha ou não. Mas amanhã eu espero você cedo, mas eu quero cedo mermo, Puquê quando for sete hora, os folião tá chegado aqui em casa. Valeu? Tchou, Cilço.

Era mais um convite de Rê para a Folia de Nossa Senhora do Livramento. Havia reza e folia o ano inteiro no TI Bacia do Rio Corrente; havia rezadoras, rezadores e foliões por todo canto; ali se nascia na reza e no samba, no meio daquelas espetacularidades extracotidianas. Nesse meio nasceu Rê, desse modo nasceu a sua folia e ele ficou *experimentado* na organização desses festejos sagracionais.

Assim como seu Né de Teodósio era convidado para encabeçar reza; assim como Júlio Cainana e outros foliões faziam vários festejos; assim como as rezadeiras e rezadores participavam de diversas rezas, para os mais variados santos e santas; Rê, além de *chefiar* sua própria folia, também era convidado a *chefiar* outros festejos sagracionais. Por isso, na

mensagem que enviou, ele cobrou minha presença em uma Folia de Reis que organizara.

Nessa relação com Rê, aprendi que o dia do santo ou da santa no calendário, nem sempre correspondia ao dia do santo ou santa da promessa do devoto. Explico. Em agosto de 2022, Rê me convidou para a Folia de São Sebastião.

“Folia de São Sebastião, em agosto?”, perguntei, uma vez que o dia do santo é 20 de janeiro.

“É qué fora de época”, respondeu Rê, entre sorridente e acanhado.

O giro era para cumprir a promessa de um amigo. No dia 20 de janeiro, os foliões já tinham outro compromisso, por isso a folia foi adiada para aquele período. O giro saiu no dia 21 de agosto da igreja do Brejo do Espírito Santo, passou por São Pedro, Santo Antônio, até chegar à casa de Rê, no Jataí, em 24 de agosto, Dia de São Bartolomeu. Esse giro aconteceu carregado de tristeza – ou, melhor: carregado de uma alegria triste. Júlio Cainana, que há dias estava hospitalizado em Bom Jesus da Lapa, passara para a ancestralidade no dia 22. No dia 23, os foliões interromperam o giro para plantar o amigo no cemitério de Cafundó dos Gerais. A chula perdeu um devoto e, os festejos, uma viola e um cantador.

Na manhã do dia 2 de fevereiro de 2023, contrariando a recomendação de Rê, passamos em Santo Antônio para pegar seu Limiro. Não sabíamos, mas aquela seria a última folia do nosso mestre. Era também a primeira sem Júlio Cainana, e a segunda sem seu Né de Teodósio, sem a sua oratória paroquial rural eloquente e sem seu o tambor, companheiro inseparável da folia.

Desde a pandemia, a Folia de Nossa Senhora do Livramento passou a ter um giro de um dia. Da mesma forma que Malvina ajustou o período de duração do altar, Rê ajustou o tempo e o percurso do giro. Eram demandas da realidade, e não afetavam o compromisso da promessa do devoto ou da devota, assim como a ausência de seu Né de Teodósio não comprometia a reza e nem a falta de Júlio de Cainana desafinava a chula. A tradição fazia sentido, sobretudo, em sua transformação, em sua ebulição.

Além da folia de 2017, eu havia acompanhado a de 2021, 2022 e agora a de 2023. De modo que Rê passou a me convidar com frequência para as folias e rezas que aconteciam na região, chefiadas por ele ou por algum conhecido ou conhecida. Naquele ano, ia ter ainda a Folia do Divino Pai Eterno na casa de Rê, para pagar a promessa de seu tio, o finado Zeca de Satú, tio Rê, que passara para a ancestralidade antes do acerto com o santo, entre 29 de junho e 2 de julho; a reza de Nossa Senhora Carmo, no dia 16 de julho, na casa da rezadeira Carma, também no Jataí; a Folia de Nossa Senhora Aparecida, na casa de João de Manézin, no

Barreiro do Guará, entre os dias 10 e 12 de outubro; e a Folia de Santa Luzia, na casa de Pito, no Furado dos Pires, entre 11 e 13 de dezembro.

Rê e Rosania tinham três filhos: Sueli (17 anos), Kauan (13 anos) e Valternan (4 anos). Assim como os pais, eles nasceram naquelas folias, naqueles rituais espetaculares. Estavam no fluxo da transmissão daqueles saberes. Respiravam e se alimentavam daquilo. Eram sementes a se enraizar, a se fortalecer naquele pertencer rural, a brotar de um umbigo plantado ao pé da porteira do curral. Diante desse panorama, perguntei a Rê se ele vislumbrava em seus filhos a continuação da Folia de Nossa Senhora do Livramento.

“Não. Porque só é feita pra mim. Se uma hora... aí acaba. Só foi feita pra mim”.

“E se eles quiserem continuar?”, insisto.

“Aí é atitude deles, a opinião que se eles quisé continuá, mas a promessa mermo é minha”.

1 de fevereiro de 2024, 20h20.

O celular sinaliza chegada de mensagem. É de Rê, certamente me alertando sobre mais uma Folia de Nossa Senhora do Livramento. Escuto:

“Ei, Cilço. Quanto mais chegá cedo é mió. Eu quero começa a reza mermo é 11h. Chega cedo pa ocê toma café aqui mais nós. Os folião vai chegá cedo. Uns tá dizeno que tá doentado, tá gripado. Mas os que vem vai vim mermo”.

RENASCER

2 de fevereiro de 2024, dia de Nossa Senhora do Livramento.

Terminada a louvação da mesa, os foliões se reuniram na sala para fazer o canto do finado, em homenagem a seu Né de Teodósio. Antes, porém, Rê pediu atenção, avisando que eu queria conversar com eles. Era a primeira vez, em todos esses anos, que eu ia falar para o grupo. Zezão, Sebastião e os demais foliões que eu não conhecia por nome me olhavam atentos, curiosos, desconfiados. Lembro que alguns deles estavam no altar de 2015 de dona Pulu.

Inicialmente, informei que os estudos do meu doutoramento se encerravam naquele dia, e que era sempre uma alegria reencontrá-los. Disse que lamentava a falta dos que foram plantados, mas sabia que eles estavam presentes ali – era um paradoxo que me alimentava. Disse também que, como forma de reconhecimento e respeito por aqueles fazeres espetaculares, queria lhes mostrar os filmes produzidos a partir do conteúdo audiovisual coletado desde 2015. O evento de exibição seria realizado no terreiro da casa onde moravam dona Pulu e seu Camilo, no Jataí, em data a ser definida. Para encerrar, disse que fazia gosto que na ocasião tivesse um samba de chula para celebrar o encontro. Mal terminei de falar, e a aprovação se manifestou nas expressões de contentamento dos foliões.

“É só marcar o dia”.

Imagino que nesses nove anos de pesquisa, minha presença com câmera, lentes, microfone e outras parafernalias tecnológicas tenha despertado questionamentos, por mais que eu sempre estivesse acompanhado de alguém conhecido ou da comunidade. E por mais que alguns se sentissem prestigiados, havia sempre desconfiança, mínima que fosse. Agora, essa

desconfiança virara expectativa, moldada na relação ética, no reconhecimento da alteridade e na valorização daquela cultural rural ancestral. Por isso considero este dia de exibição, o primeiro importante retorno da pesquisa para a comunidade.

Em 2015, na pescaria de documentos sobre o TI Bacia do Rio Corrente, encontrei o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS)⁶⁸, que tinha por objetivo auxiliar as políticas públicas de governo para mitigar as desigualdades sociais. Na definição do perfil identitário religioso do povo do território, descrevia o documento:

(...) a presença da igreja católica na região foi deficiente, levando os princípios católicos a serem desnaturados nas classes mais baixas, dando origem a credices e superstições que sustentavam os valores morais e as regras de conduta da sociedade (Brasil, 2010, p. 27).

Nessa pescaria, encontrei também o artigo “Sobre o comportamento arcaico do médio São Francisco”, assinado por Clarival do Prado Valladares, “crítico de arte, historiador de arte, fotógrafo, poeta e médico”⁶⁹. Publicado no livro-catálogo da exposição “Guarany 80 anos de carranca”⁷⁰, ele se explica:

Comportamento arcaico, locução criada por mim, em 1965, para conceituar aspectos culturais defasados, decorrentes da contingência social de qualquer grupo, povo ou nação, capaz de ocorrer em qualquer época, remota ou atual, se caracteriza, sobretudo, pela ausência da *atualidade* em relação aos padrões de civilização (Valladares, p. 18, 1981).

Mas a frente, Valladares faz o seguinte comentário sobre as obras de bronze de Deocleciano Martins de Oliveira, no Santuário do Bom Jesus da Lapa e da Mãe da Soledade: “Dizem os entendidos que não é obra de bom gosto, mas na verdade é que é o gosto do romeiro. Senão a festa acaba...”.

Essa imagem depreciativa sobre aquela região são-franciscana e seu povo, corroborava com a visão preconceituosa do migrante sulista, “espécie de novo bandeirante, difusor ao mesmo tempo da modernidade da sociedade de consumo e do ‘tradicionalismo’ da cultura gaúcha”, que se achava superior e promotor do “processo civilizatório” (Haesbaert, 1997, p. 16).

⁶⁸ O documento foi elaborado em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Coordenação Estadual dos Territórios (CET) e Conselho de Desenvolvimento do Território Velho Chico (Codeter).

⁶⁹ Definição disponível no site Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira para o verbete [Clarival do Prado Valladares](#). Acesso em: 25 de outubro de 2023.

⁷⁰ A exposição que teve o livro-catálogo com o artigo de Valladares foi organizada pelo Serviço de Documentação Geral da Marinha e itinerante, sendo apresentada no Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Salvador, Recife e Petrolina.

Diante dessa contextualidade de desqualificação do modo de viver dessa gente, é natural que haja desconfiança sempre que um estrangeiro pise em sua terra e desfrute da intimidade de sua cultura. Creio que isto seja uma estratégia de proteção e de resistência a essas *marafundas coloniais*, que obsediam e desencantam a realidade cultural do outro e a cultura de encruzilhada. Por isso, antes de colocar o ponto de fechamento do ciclo desta pesquisa, quero fazer umas considerações.

A frase de dona Pulu foi tão fundamental para estruturar esta tese, quanto para compreender as manifestações pesquisadas. Ela trouxe à discussão outra percepção sobre o ciclo da vida, sobre o pertencer àquele lugar. Um pertencer reafirmado pelas plantações do umbigo e do corpo. Um pertencer em que o viver está relacionado à ancestralidade e ao comportamento da natureza, enredado nos movimentos da lua, nos ciclos das plantas, no tempo das águas e das colheitas, e no tempo de festejar o sagrado juntos.

Embora a Etnocenologia tenha “clara opção pelo campo estético” (Bião, 2009, p. 50), a visualidade não consegue dar conta das tensões e conexões sociais que interagem no processo de criação e realização dessas manifestações extracotidianas. Privilegiar o visual é ignorar as outras camadas e invisibilizar as forças que deram vida e significado àquela estética; é incorrer no risco da romantização, folclorização e exotização das culturas tradicionais. Ao adotar a *cosmopercepção* como metodologia de compreensão, creio que expandi essa opção etnocenológica pela visualidade, o que favoreceu a inserção de múltiplas percepções sobre esses fazeres da cena contemporânea.

Aliás, foi através desse modo de perceber, que entendi a importância da *véia* Joana do Jataí. Ela não era a *véia* Joana de Zé Pretin nem a *véia* Joana de Severo, era a *véia* Joana do Jataí, uma referência para o lugar. Era uma mulher generosa, mas não era rica pelos seus *teres*, e sim pelos seus saberes, herdados por dona Pulu, dona Filismina e por outras rezadeiras antigas, e repassados para Malvina, Carma e outras rezadeiras mais jovens. De modo que a ancestralidade da *véia* Joana estava presente no Altar do Menino Deus, na Folia de Nossa Senhora do Livramento, na reza de Nossa Senhora do Carmo, na Folia de Reis, na Folia do Divino Pai Eterno, na Folia do Senhor Bom Jesus e em tantos outros rituais sagracionais daquela região rural.

Diz Bião (2009, p. 36) que as manifestações extracotidianas contribuem para a manutenção da cultura, para sua respiração, para sua sobrevivência no meio coletivo. Diante da contextualidade de uma região que perdeu 23,1% de sua vegetação nativa, entre 1985 e 2022, e ainda vislumbra incorporar 4 milhões de hectares aos mais de 2 milhões de área

cultivada (Sousa, ed. 22, 2014, p. 56-60), é de se conceber que essas manifestações extracotidianas são movimentos de resistência das culturas tradicionais. Assim, sobrevivem o Altar do Menino Deus, a Folia de Nossa Senhora do Livramento e todas aquelas manifestações sagracionais; assim continuam vivas a *véia* Joana do Jataí, dona Pulu e dona Isabel; assim continuam vivos seu Né de Teodósio, seu Limiro e Júlio de Cainana.

Cada manifestação ocupa um lugar singular de existência na comunidade. Representa um elo de sociabilidade de uma tradição oral, é uma amálgama que une as pessoas em torno do festejo ao sagrado, da partilha do viver, da fé na vida. Enreda o árduo cotidiano na roça com prazeres de devoção completados com a alegria da presença do outro.

No entanto, essas manifestações não são feitas para plateias e nem para o olhar do outro. São motivadas por uma iniciativa de devoção particular, mas extrapola essas motivações para o coletivo, para o desejo de participação de todos. Essa participação, inclusive, é ativa. A devoção é individual, o voto é individual, a gratidão é individual, mas a manifestação ao sagrado é coletiva. Participar é ser fluído e vibrar com o outro, beber com o outro, comer com o outro e desfrutar da presença do outro. Nesse sentido, é importante observar que esses encontros em torno dos saberes sagracionais transcendem o caráter devocional e a fé. São momentos de partilhamento da vida, dos afetos, das experiências; são momentos de reencontros festivos; momentos para se estar juntos.

Essas manifestações sagracionais são agenciadoras da relação afetiva, festiva e sagracional da comunidade. Portanto, são lugares da espetacularidade; lugares habitados por seres de todas as naturezas e matérias, de todos os tempos (passado, presente e futuro) e espaços; lugares de encontros de saberes, memórias, histórias, idades e gêneros; lugares da partilha, da mescla, dos modos singulares e plurais de viver. Os participantes experimentam os sabores da convivência coletiva, reduzem a distância dos corpos para o abraço e o cumprimento, para o riso e o olhar acanhadamente contente, para as falas divertidas e as agitações das brincadeiras.

São lugares de pedir, agradecer, rezar e estar juntos! Lugares de corpos ancestrais, de corpos em estados alterados, das encruzilhadas dos saberes e da ressignificação dos objetos do domínio religioso colonial; lugares de resistência, persistência e permanência; lugares de revisitar o passado, invocar a sabedoria dos antigos e ser contemporâneo.

Enfim, na compreensão da minha experiência nesse lugar de espetacularidades extracotidianas, entendo que mais que uma forma cultural de resistir, essas manifestações sagracionais representam uma forma cultural de renascer.

REFERÊNCIAS

- ADIB, Renault Alberto. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia de planejamento**. Brasília: SDT/MDA, 2005.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Perfil dos Territórios de Identidade**. Série territórios de identidade da Bahia, v. 3. Salvador: SEI, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. do francês por Maria Ermantina Galvão. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BERQUE, Augustin. **Le sauvage et l'artifice: les japonais devant la nature**. Paris: Gallimard, 1986.
- BIÃO, Armindo Jorge de Carvalho. **Etnocenologia e a cena baiana: textos reunidos**. Salvador (BA): P&A Gráfica e Editora, 2009.
- BRANDÃO, Paulo Baqueiro. Um Território Indiferenciado dos Sertões: A geografia pretérita do Oeste baiano (1501-1827). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v. 29, n. 1, 2009.
- _____. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1987-1985). In.: **GeoTextos**, vol. 6, n. 1, jul. 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS)**. Bahia, novembro de 2010.
- BRASIL, Mercedes-Benz. **São Francisco: o rio da unidade (a river for unity)**. São Bernardo do Campo, SP; Cia. Lithographica Ypiranga, 1977.
- CARIBÉ, Clóvis; VALE, Raquel; LOBÃO, Jocimara Souza Britto. Modernização da agricultura e ocupação de cerrados no oeste baiano. In: CARIBÉ, Clóvis; VALE, Raquel (orgs.). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco**. Feira de Santana: UFES Editora, 2012, p. 175-226.
- CARVALHO, Orlando M. **O Rio da Unidade Nacional: o São Francisco**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Edições de Ouro, 1972.
- CASTRO, Osório Alves. **Porto Calendário**. 3 ed. Santana, BA: Editora AJASS, 2010.
- CRUZ, Jairo Sardeiro da. **Missão de Aricobé: a saga de Sebereba e a luta pela terra em Angical-Bahia**. Monografia do Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2016.

CRUZ, Júlio Cezar da; LENA, Vinícius Azzolin. **Traçando Barreiras**. Barreiras: Gráfica Irmão Ribeiro, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Ideias Religiosas** (Tomo II / Vol. 2). Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. Org. e tradução de Roberto Machado. 22 ed. São Paulo: Edições Graal, 2006.

FRANCA, Mons. Leovigildo. **Manual da Paróquia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1950.

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. Ntangu-Tandu-Kolo: The Bantu-Kongo Concept of Time. In: ADJAYE, J. K. (Org.). **Time in the Black experience - Contributions in Afro-American and African studies**. London: Greenwood Press, 1994, p. 17-34.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

KRAYCHETE, Gabriel; COMERFORD, John Cunha. Oeste Baiano – Os movimentos sociais face ao novo cenário regional. In: CARIBÉ, Clóvis; VALE, Raquel (orgs). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco**. Feira de Santana: UFES Editora, 2012, p. 97-130.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

MARTINS, Leda Maria **Afrografias da memória: O Reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997 (Coleção Perspectiva), p. 28 e p. 30.

MARTINS, Leda Maria. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras, revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM**, n. 26. Santa Maria (RS), 2003, p. 63-81.

_____. Performances do tempo espiralar. In. RAVETTI, Gradeia; ARBEX, Márcia. (Orgs.) **Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais**. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras/UFMG: Poslit, 2002.

MAMMÌ, Lorenzo (org.). **A viagem das carrancas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, Instituto Moreira Salles, Instituto do Imaginário do Povo Brasileiro, 2015.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra. Pe. Ibiapina: figural matricial do catolicismo sertanejo no Nordeste do século XIX. In **Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)**, Fortaleza, v. 112., 1998.

MORAIS, Clodomir; SANTOS, João Alfredo; MARIANI, Romênia. **Estado do Rio São Francisco: de Dom Pedro I a Marlan Rocha**. Barreiras: Speck & Santos, 2011.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos (org.). **Adinkra: sabedoria em símbolos africanos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PATAXOOP, Liça; PATAXOOP, Kanatyó. O grande tempo das águas. In: RABELO, Ana Maria; LIMA, Deborah; OLIVEIRA, Mariana; MARQUEZ, Renata (org.). **Catálogo da exposição Mundos Indígenas**. Belo Horizonte, 2020, p. 135-169.

PORTA DO CÉU. **Devocionário popular composto pelos Padres Missionários Filos do Imaculado Coração de Maria**, 31 ed. Bom Jesus da Lapa: Gráfica Bom Jesus, 2006.

PRADIER, Jean-Marie. Etnocenologia. In.: BIÃO, Armino; GREINER, Christine. **Etnocenologia: textos selecionados**. São Paulo: Annablume, 1999.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 16 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROSS, Anton; SOUSA, Cícero Félix; ATHAYDE, Marco. As memórias de organizador de massas. **Revista A**, Barreiras, ano 1, ed. 6, p. 46-52, 2011.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**, Paraná, v. 24, n. 31, 2008. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUSA, Cícero Félix. Deocleciano Oliveira: o ‘Ciclo de Bronze’ franciscano. **Revista A**, Barreiras, ano 3, ed. 16, p. 17, 18, 56 e 57, 2013.

_____. Gérard, le faiseur d’images. **Revista A**, Barreiras, ano 2, ed. 9, p. 84 e 85, 2012.

_____. Século XXI: tribo Kiriri. **Revista A**, Barreiras, ano 1, ed. 7, p. 70 a 73, 2011.

_____. Uma Bahia que fala tchê. **Revista A**, Barreiras, ano 1, ed. 6, p. 70 a 73, 2011.

SOUZA, José Evangelista de. **Raízes e histórias: a saga de viver: a religião do povo**. Petrópolis: Editora Vozes, v. 1, 1989.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiços e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Padre José Evangelista. **Coronéis no Médio São Francisco: fatos e histórias**. 2 ed. Santana: Editora AJASS, 2007.

SOUZA, Padre José Evangelista. **Raízes e Histórias: a Saga do Viver v.1: a religião do povo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

VELOSO, Jorge das Graças. **A visita do divino**. Brasília: Thesaurus, 2009.

_____. Paradoxos e paradigmas: a etnocenologia, os saberes e seus léxicos. In.: **REPERTÓRIO: TEATRO & DANÇA**. Universidade Federal da Bahia. Escola de Teatro. Escola de Dança. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Salvador, ano 19, n. 26., 2016.

_____. Saberes e Fazeres: significações e ressignificações acadêmicas no universo do conhecimento comum. In: **IV REUNIÃO CIENTÍFICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS**, 2008, Belo Horizonte. Memória ABRACE. Belo Horizonte: Fapi, v. 1. p. 159-162, 2008.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília. 2018. Acesso em: 1 fev. 2023.

APÊNDICE A – Links de filmes



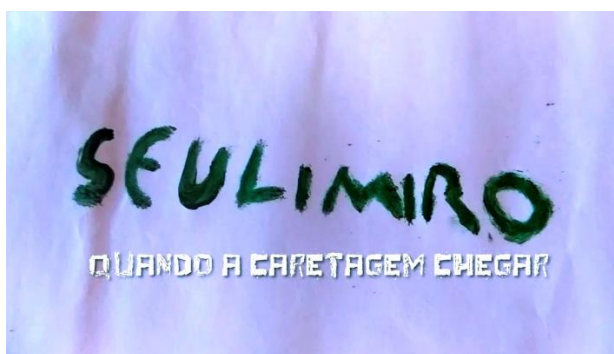
[O altar de Pulú \(2015\)](#)



[Folia de Nossa Senhora do Livramento \(2023\)](#)



[O folião rezador \(2020\)](#)



[Seu Limiro – Quando a caretagem chegar \(2022\)](#)

APÊNDICE B – Links para publicações

Apresentação e publicação do artigo O LUGAR DA REZA NO ALTAR DO MENINO DEUS E NA FOLIA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, publicado nos [Anais da XI Reunião Científica da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas \(ABRACE\): Artes Cênicas na Amazônia: saberes tradicionais, fazeres contemporâneos](#), págs. 724-740. Evento realizado em junho de 2021.

Este artigo também foi publicado no livro “Etnocologia: saberes de vida, fazeres de cenas”, organizado por mim e pelo meu orientador. O livro foi lançado em formato e-book em 2024 e está disponível no [Portal de livros da UnB](#).

Apresentação e publicação de resumo A ESPETACULARIDADE DO ALTAR DO MENINO DEUS E A FOLIA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, EM CANÁPOLIS (BA), [10º Seminário de Pesquisa em Andamento SPA](#), págs. 404-406. Evento realizado em setembro de 2021.

Apresentação e publicação do resumo A ESPETACULARIDADE ADJETIVA DO ALTAR DO MENINO DEUS no [3º Encontro Nacional de Etnocologia](#). Evento realizado em novembro de 2021.

Apresentação do trabalho RÊ E A ESPETACULARIDADE DA FOLIA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, EM CANÁPOLIS (BA), no XII Congresso ABRACE - Artes Cênicas na Amazônia: saberes tradicionais, fazeres contemporâneos. Evento foi realizado em junho de 2023. Os anais ainda não foram publicados. Abaixo, certificado de participação:



APOIO



FINANCIAMENTO



REALIZAÇÃO



APÊNDICE C – Links para áudios

[Link para áudios da Folia de Nossa Senhora do Livramento:](#)

- entrevista com Rê e Júlio Cainana;
- reza da folia de 2017 e de 2023;
- samba de chula;
- conversa com Rê sobre “suas” folias.

[Link para áudios do Altar do Menino Deus:](#)

- reza do altar de dona Pulu de 2015 e oferecimento de seu Camilo;
- reza do altar de Malvina, no Dia de Reis de 2023;
- entrevista com Camilo e Malvina;
- conversa com dona Isabel.

Obs.: Para acessar o link, recomendo copiar o *hiperlink* e colar na barra de endereço do navegador.

APÊNDICE D - Registros de bordo da pesquisa



Eu, Hermes (D) e seu Né de Teodósio (ao centro), em 16/06/2015.



Encerramento da Folia de São Sebastião, na Baixa da Casca, em 20/01/2017.



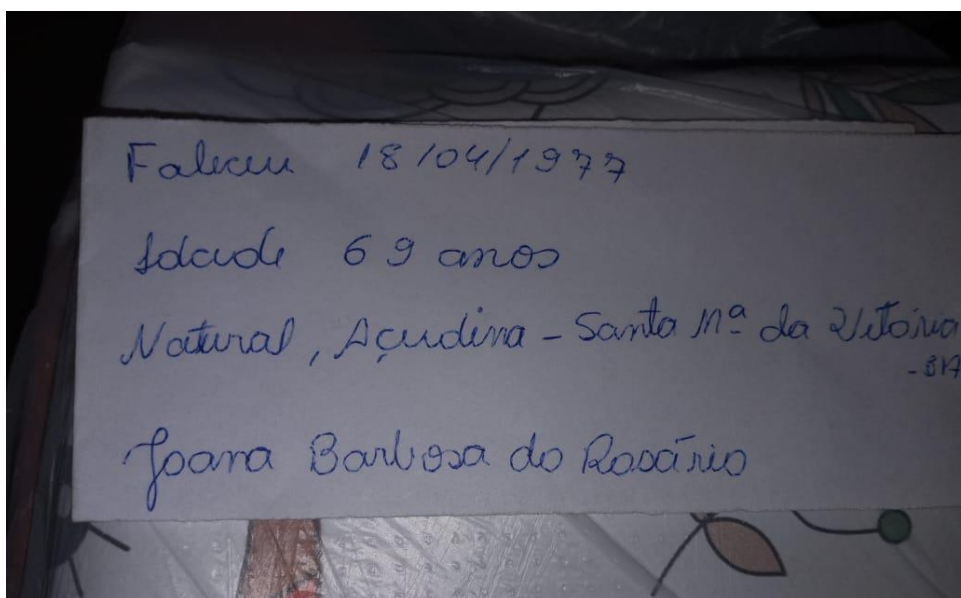
Seu Limiro e Jairo retirando barro, em 21/06/2020.



Lembrança Albana Alves de Souza, mãe de seu Limiro. No quadro ao lado, ele com a companheira do primeiro casamento e seus filhos.



Eu e seu Limiro, em visita a seu Camilo, em 09/05/2021



Informação do cartório de registro civil de Canápolis sobre a data do óbito e suposta idade da vóia Joana do Jataí, obtida em 2022. No entanto, segundo informações de conhecidos ela nasceu antes de 1905, logo, tinha mais 69 anos quando passou para a ancestralidade.



Dia da plantação de dona Pulu. Seu corpo é conduzido para capela da comunidade, em 04/09/2021.



Seu Camilo em visita ao túmulo de dona Pulu, no cemitério da Umbaúba, onde a mãe dela, Ursulina Barbosa do Rosário, também está plantada. Registro de 31/07/2022.



Paisagem da região no dia da plantação de dona Pulu, em 04/09/2021.



Leito de um córrego no vale que fica atrás da casa de dona Pulu e seu Camilo, em 30/08/2022.



Seu Camilo em sua nova casa, no Barreiro do Guará. Na foto: seu Limiro, Jairo, Malvina, seu Camilo e seu irmão, em 07/11/2021.



Dona Mira, irma de seu Limiro, em 31/07/2022.



Visita à dona Mira, na comunidade Santo Antônio, em 31/07/2022.



Justino e dona Isabel. Ele nasceu em 1905.



Seu Limiro e dona Isabel, em visita no dia 22/05/2022.



Dia da plantação de dona Isabel, em 09/10/2022.



Dia em que entregamos os estandartes feitos por mim, Anne Stella, Jairo e seu Limiro. O rapaz de camisa branca é Joêmio, filho de dona Mira. Registro de 10/04/2022.



Última Caretagem de seu Limiro, no Sábado de Aleluia, em 8 de abril de 2023.



Dona Honorina, companheira de seu Limiro, em 08/04/2023.



Dia em que seu Limiro foi plantado, no cemitério da comunidade Santo Antônio, em 26/03/2023. Ao centro, de vestido verde, dona Honorina.



Visita a seu Né de Teosósio, em 19/12/2021. Ao centro, sua filha Monca e Geraldo (camisa vermelha), seu genro, folião e rezador também.



Seu Camilo, seu Né de Teodósio e Malvina. Visita em 30/08/2022.



Plantação de seu Né de Teodósio no cemitério da Umbaúba, em 12/11/2023.



Don'Ana, companheira de seu Né de Teodósio. Registro de 25/05/2019.



Altar de Malvina, Dia de Reis: primeira vez que ela levanta o altar depois da passagem de sua mãe para a ancestralidade. Registro de 06/01/2023.



Chegada dos foliões à casa de Malvina, no Barreiro do Guará, em 06/01/2023. Eles saíram em giro no dia 31/01/2023.



Altar de Malvina: imagens herdadas da véia Joana. Registro de 06/01/2023.



Altar de Malvina: no primeiro plano Carma e, atrás e ao centro, Malvina ladeada por outras rezadeiras. Dia de Reis, 06/01/2023.



Barriguda como testemunha: terreiro nos fundos da casa de Rê. No centro, um senhor benze uma criança no colo da mãe. Registro de 02/07/2023, Dia do Divino Pai Eterno.



Regininha (saia verde), cozinheira-chefe das folias de Rê, e suas colegas, em 02/07/2023.



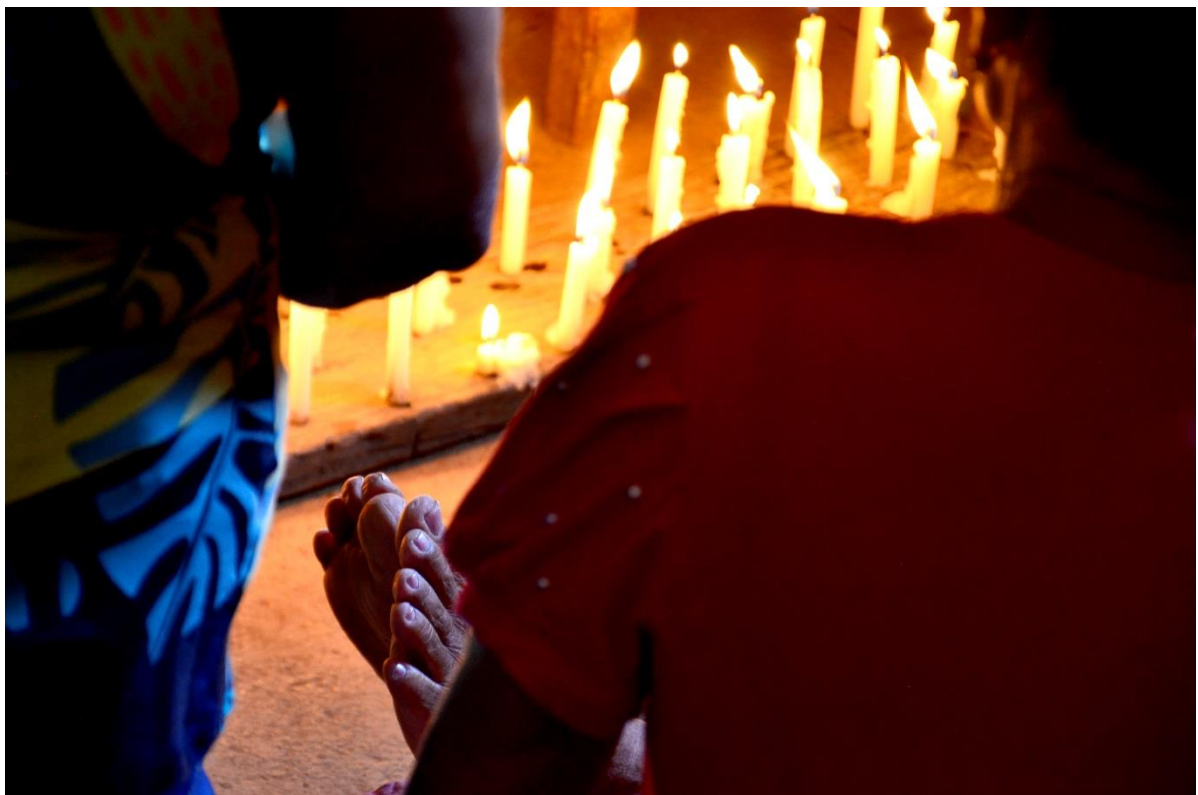
Chegada dos foliões com Rê à frente, no dia 02/02/2024, Dia de Nossa Senhora do Livramento.



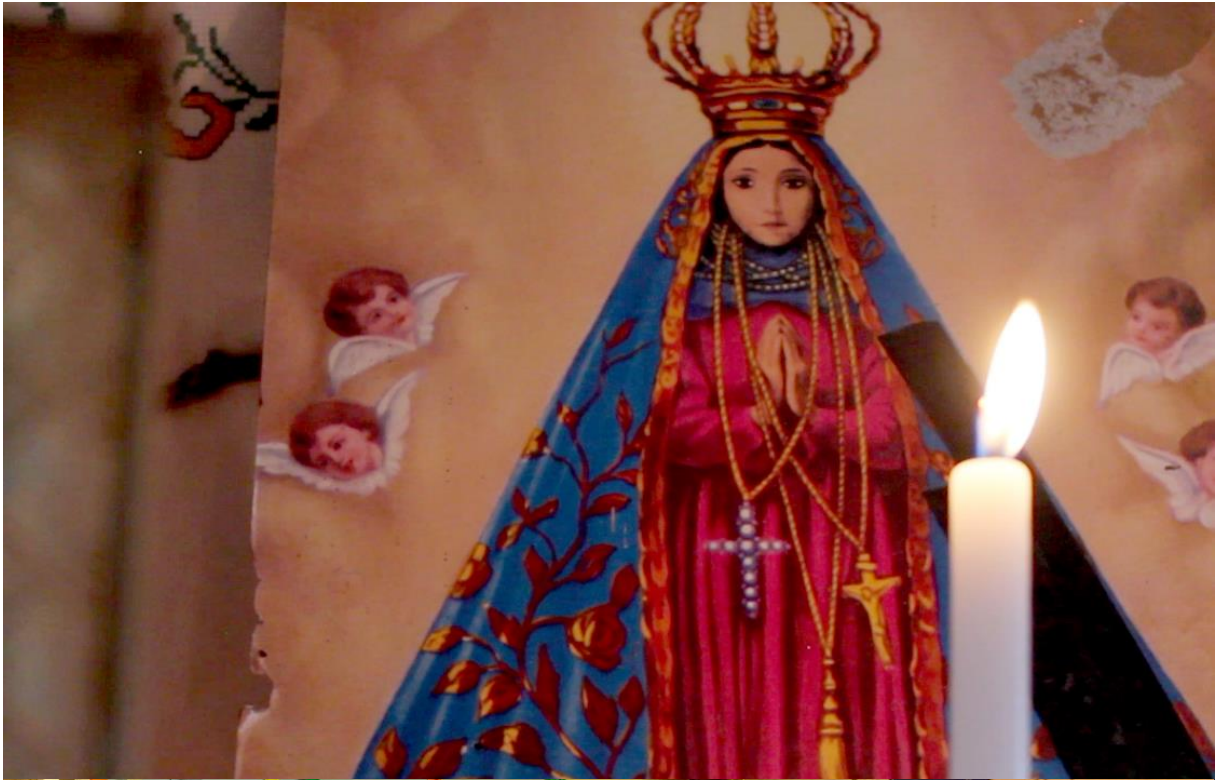
Visão externa da lateral da casa de Rê, durante a reza da Folia de Nossa Senhora do Livramento, em 02/02/2024.



Neta de Rê, filha de Sueli, no dia 02/02/2024.



Detalhe de reza em 02/02/2024.



*Altar da Folia de Nossa Senhora do Livramento, com detalhe para Nossa Senhora Aparecida branca.
Registro de 02/02/2024.*




Rê, durante a reza da Ladainha de Nossa Senhora, em 02/02/2024.



Umburana de cheiro, em 29/12/2022, na estrada para o Jataí.



Barriguda-de-espinho, em 29/12/2022, na estrada para o Jataí.



*Barriguda-lisa carregada de frutos
no dia da plantação de dona Pulu,
em 04/09/2021.*